

# **COLETÂNEA DE TESES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

*TESIS COLECTION OF POSGRADUATE PROGRAM OF REGIONAL  
DEVELOPMENT AND AGRIBUSINESS*

#### **Coordenadores**

Weimar Freire da Rocha Jr.  
Miguel Angel Uribe Opazo  
Débora da Silva Lobo

#### **Organizadores**

André Ricardo Bechilin  
Elizabeth Giron Cima  
Maiara Oliveira Noronha

*Coletânea de tese do PGDRA, Toledo, v. 1, n. 1, 2019.*

*ISBN: 978-65-80474-01-1 (on-line)*

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná**

Reitor  
Paulo Sergio Wolf

**Campus de Toledo**

Diretor  
Prof. Dr. Remi Schorn

**Centro de Ciências Sociais Aplicadas**

Diretor  
Prof. Dr. Ricardo Rippel

**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio**

Coordenador  
Prof. Dr. Lucir Reinaldo Alves

**Coletâneas de Teses do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - PGDRA**

Coordenadores:

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.  
Prof. Dr. Miguel Angel Uribe Opazo  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora da Silva Lobo

Organizadores:

Doutorando André Ricardo Bechlin  
Dr<sup>a</sup> Elizabeht Giron Cima  
Doutoranda Maiara Oliveira Noronha

**Revisão de texto**

Secretária Executiva Roseli Immig Lotte

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.  
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

C694 Coletânea de teses do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - PGDRA [recurso eletrônico] / Weimar Freire da Rocha Jr; Miguel Angel Uribe Opazo; Débora da Silva Lobo (coords.); André Ricardo Bechin, Elizabeh Cima Giron, Maiara Noronha (orgs.) – Toledo PR., 2019, 211 p.

Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/pos/pgdra>

ISBN: 978-65-80474-01-1 (*on-line*)

1.Economia regional; 2. Agroindústria - Coletânea; 3. Planejamento regional  
4. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Teses I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Sociais Aplicadas II. Rocha Jr., Weimar; Opazo, Miguel Angel Uribe; Lobo, Débora da Silva.

CDD - 20. ed.

338.9

## PREFÁCIO

As pesquisas realizadas nos programas de doutorado, em especial na área de planejamento urbano e regional e demografia, têm o intuito de apresentar resultados de temas inéditos e relevantes para academia e para sociedade. O retorno para a sociedade dos recursos aplicados nas pesquisas, não é apenas uma forma de disseminar o conhecimento, mas, principalmente de gerar novas sementes que podem prosperar e se tornarem impactantes para o desenvolvimento do nosso país.

Na academia, há diversos canais de comunicação entre os pares, e o livro é um deles. O esforço do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio é ímpar, no sentido de sintetizar os resultados e disponibilizá-los para toda sociedade, como forma de retornar o investimento público nestas pesquisas. Em termos de inserção social, é imperativo entender a importância da pós-graduação no crescimento do nosso país por meio das pesquisas realizadas, especialmente na área de ciências sociais aplicadas e sua participação relevante para o desenvolvimento e planejamento regional.

A pós-graduação e a pesquisa no Brasil são recentes, se institucionalizaram a partir da década de 1950. Contudo, os programas na área de planejamento urbano e regional e demografia surgiram na década de 1970 e somente a partir de 2000 tiveram um crescimento exponencial.

Em um contexto histórico, a área originou-se dos programas criados com intuito de fortalecer a formulação e implementação de políticas urbanas e regionais. Este tema ainda é objeto de estudo e pesquisa, porém com uma maior complexidade, principalmente após a retomada da democracia e a busca por um novo modelo de desenvolvimento.

As políticas urbanas e regionais se desdobraram em estudos sobre dinâmica demográfica, alternativas para o desenvolvimento regional, planejamento regional e territorial, possibilidades para o enfrentamento da questão ambiental articulada com o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento e gestão urbana, englobando as políticas sociais e as dinâmicas regionais aliadas ao processo de planejamento e políticas públicas.

A contribuição do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio foca-se na sua delimitação de área de influência e

discussão sobre modelos de desenvolvimento, bem como interveniências dos agentes, por suas particularidades e características, integração de uma determinada região com outros locais ou países. Neste contexto, possui um papel preponderante para (re)pensar o nosso modelo de processo de desenvolvimento, não somente em nível local e regional como também em nível nacional.

Desta forma, expressam-se nas teses deste programa, muito bem representada nesta publicação, a preocupação com o modelo de desenvolvimento, com quem e para quem é moldado esse modelo e qual a sua interação com outras regiões do país, ou mesmo outros países. Esta preocupação reforça que o estudo sobre o desenvolvimento regional não se limita a dinâmica de um território, mas engloba as interações propiciadas por um espaço muito mais abrangente e nem sempre circunscrito àquela região. Por isso, a área se consolidou com programas como este, que prioriza não somente as discussões e a participação ou inserção social, mas o intercâmbio de experiências com intuito de fazer “ciência” em torno desse importante problema para o nosso país: o modelo de desenvolvimento que considera as características inerentes de cada região brasileira.

Como Mário de Andrade retrata o herói sem caráter em *Macunaíma*. O autor é obcecado pela busca da unidade, como se recusasse a ideia de um Brasil constituído de vários Brasis, e cheio de contradições. Não podemos nos utilizar de um modelo de desenvolvimento único, porque devemos considerar as realidades distintas de cada região, que exigem a compreensão de cada história, de cada dinâmica e das limitações e delimitações territoriais, sociais, econômicas e culturais. Contudo, estas regiões constituem um único país. O desenvolvimento não é persistente se for isolado; precisa ser em processo de unicidade com um projeto de nação. Essa divergência e disparidade entre as regiões, faz com que a pós-graduação seja um ambiente propício para compreensão destas diferentes dinâmicas e oportunidades, em torno da unicidade de novas metodologias e saberes, que aproximam a lógica e a racionalidade científica da realidade.

Aprofundar pesquisas em um campo como a ciências sociais aplicadas é mais do que um exercício de “laboratório”, envolve um acurado senso de percepção da realidade aliado à capacidade de definição teórica e de

interpretação dos caminhos trilhados pela sociedade, além de problematizar questões pertinentes a esse processo social. Na área de planejamento urbano, regional e demografia espera-se um olhar para o futuro, em meio a modelos e desconstruções teóricas e práticas, com a capacidade de interpretar o presente a partir do passado. Longe de ser trivial, torna-se imprescindível para traçar novos rumos, aplicações e conclusões práticas e teóricas por meio das pesquisas realizadas, para um país que está se construindo. Essa construção pode ser fruto de polêmicas decisões passadas ou futuras, carregadas de ideologias nas suas bases teóricas, mas que se torna ciência ao ser transformada em objetos de pesquisa que possam ser revisitados por diferentes cientistas, de distintas áreas do conhecimento e que se articulam em prol da construção crítica dos fundamentos desta área.

Cada tese ou dissertação é um alicerce na consolidação desta área de pesquisa, com tintas fortes de multidisciplinariedade e cotejada pelo realismo histórico e pela robustez teórica e metodológica que sustentam os resultados da pesquisa fortalecendo essa consolidação. Neste bojo, os capítulos constituem em alicerces. O rigor ou a proposição metodológica, as alternativas que sustentam as pesquisas e os resultados que provocam discussões teóricas ou empíricas em diferentes regiões do país, tornam este livro uma relevante contribuição, registro do caminho trilhado por este programa na área de planejamento urbano e regional e demografia.

Talvez nosso maior desafio como pesquisador e brasileiro, seja desenvolver um país constituído de desigualdades, transformando as oportunidades em ações que melhorem a condição de vida de todos os brasileiros. Para isso, as discussões são fundamentais e a diversidade de ambientes e atores com os quais buscamos socializar as nossas pesquisas, se consolida como característica dessa área. Este livro é um exemplo desse esforço coletivo.

Esperamos que este livro sirva de inspiração para diversos atores como: outros programas que podem utilizar seu conteúdo como fonte de pesquisa; para nossos pares (professores e alunos) que podem contar com exemplos e citações para seus trabalhos, estimulando a leitura das teses e outras produções dos autores; para sociedade, em especial, para que possa compreender e discutir os resultados apresentados, para avançar no processo de

consolidação do Brasil como um país cheio de divergências, mas na unicidade pretendida por Mário de Andrade em Macunaíma.

Parabenizo a todos envolvidos, não somente pelo resultado, mas pela iniciativa e execução. Congratulações ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, em nome do corpo docente, discente e egressos envolvidos nesta produção, por transformar ideias de pesquisa em resultados para discussão e construção do nosso país.

Boa leitura!

**Prof. Dr. Christian Luiz da Silva**

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Coordenador da área de Ciências Sociais Aplicadas – Fundação Araucária. Docente dos Programas de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública e Professor da disciplina de Ciência, Tecnologia e Sociedade da UTFPR.

## **APRESENTAÇÃO**

O conjunto de trabalhos apresentado neste primeiro volume de coletâneas de Teses do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – PGDRA do Centro de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo* é um primeiro esforço de sinteticamente, apresentar as teses que foram defendidas no Programa.

Nesta primeira edição serão apresentados treze resumos expandidos das teses que serão divididas pelas linhas de pesquisa do PGDRA: 1) Cadeias Produtivas e 2) Economia Regional e Sociedade.

Os trabalhos pertencentes ao grupo Cadeias Produtivas são definidos pelos seguintes títulos e autores:

### **ANÁLISE DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO BIODIESEL NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA**

Dr<sup>a</sup>. Bárbara Françoise Cardoso  
Prof. Dr. Pery Francisco Assis Shikida

### **TRÊS ENSAIOS SOBRE A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO BRASIL PÓS-DESREGULAMENTAÇÃO**

Dr. Darcy Jacob Rissardi Júnior  
Prof. Dr. Pery Francisco Assis Shikida

### **UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA COMPETITIVIDADE DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO OESTE DO PARANÁ**

Dr. Paulo César da Silva Ilha  
Prof. Dr. Carlos Alberto Piacenti

### **A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DA SOJA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MARANHÃO**

Dr. Stefan Hubertus Dörner  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirian Beatriz Scheneider



**O BIOGÁS NO OESTE DO PARANÁ: POTENCIALIDADE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS À LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)**

Dr. Udo Strassburg

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.

Os trabalhos pertencentes ao grupo Economia Regional e Sociedade são definidos pelos seguintes títulos e autores:

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MÉDIO ALTO URUGUAI: PERCEPÇÕES, IMPASSES E ALTERNATIVAS**

Dr<sup>a</sup>. Claudia Cristina Wesendonck

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima

**CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DE ALIMENTOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

Dr<sup>a</sup>. Ednilse Maria Willers

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Dr<sup>a</sup>. Katia Fabiane Rodrigues

Prof. Dr. Ricardo Rippel

**JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DAS COLETIVIDADES GERACIONAIS JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PR**

Dr<sup>a</sup>. Luciana Vargas Netto Oliveira

Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese

**CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO: IMPLICAÇÕES ESPACIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL AO FINAL DO SÉCULO XX**

Dr<sup>a</sup>. Marines Orlandi Taveira Chioveto

Prof. Dr. Jefferson A. R. Staduto

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS**

Dr. Nilton Marques de Oliveira

Prof. Dr. Moacir Piffer

**A ECONOMIA CRIATIVA NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

Dr. Sérgio Luiz Kuhn

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima

**AS TRANSFORMAÇÕES DA BASE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DO CENTRO NORTE -BR (2000-2015)**

Dr. Thiago José Arruda de Oliveira

Prof. Dr. Moacir Piffer

Com este primeiro volume espera-se incentivar os demais doutores que defenderam suas teses no programa.

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Jr.

Prof. Dr. Miguel Angel Uribe Opazo

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora da Silva Lobo

**Coordenadores da obra**

## CAPÍTULO 1

### ANÁLISE DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO BIODIESEL NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA<sup>1</sup>

**Bárbara Françoise Cardoso**

**Pery Francisco Assis Shikida**

**Resumo:** Este capítulo tem por objetivo apresentar de forma sucinta os principais resultados da tese de doutorado intitulada “Análise do sistema agroindustrial do biodiesel no Brasil e União Europeia”. O objetivo da tese foi identificar e analisar comparativamente os principais fatores envolvidos na coordenação do sistema agroindustrial (SAI) do biodiesel no Brasil e na União Europeia, sob a perspectiva dos *stakeholders*. Utilizou-se o aporte analítico da Nova Economia Institucional (NEI), a aplicação de questionários, e a utilização de componentes principais. Os principais resultados mostraram a existência de um *trade-off* no que se refere ao avanço tecnológico dentro do SAI biodiesel em ambos os casos. Se, por um lado, a inclusão dos agricultores familiares na economia é um dos fatores a ser considerado para a sustentabilidade do sistema, por outro lado, o conflito alimento *versus* biocombustíveis, marginaliza estes produtores.

**Palavras-chave:** Sistema Agroindustrial do Biodiesel; Brasil; União Europeia; Nova Economia Institucional; Análise Fatorial.

**Abstract:** *The aim of this chapter is to show the main results from the PhD thesis entitled “Analysis of the agro-industrial system of biodiesel in Brazil and in the European Union”. The aim of the thesis was to identify and analyze comparatively the main factors involved in the coordination of the agro-industrial system of biodiesel in Brazil and the European Union, from the perspective of its stakeholders. It was used an analytical approach of the New Institutional Economics (NIE), questionnaires, and factor analysis. The main results showed the existence of a trade-off regarding to the technological advances on the system. If, on the one hand, the inclusion of family farmers and smallholders in the economy is one of the factors to be considered for the sustainability of the system, on the other hand, the development of this, seeking to resolve the conflict food versus biofuels, marginalizes these producers.*

**Keywords:** *Agro-industrial System of Biodiesel; Brazil; European Union; New Institutional Economics; Factor analysis.*

## INTRODUÇÃO

Embora o biodiesel tenha sido inserido na economia mundial há mais de meio século, a produção mundial de biodiesel ainda enfrenta dificuldades

---

<sup>1</sup> Este capítulo é basicamente um resumo expandido da tese (CARDOSO, 2016).

técnicas e econômicas para viabilizar o comércio em grande escala, o que desfavorece o comércio internacional. Diante das dificuldades, cada país elabora suas leis aplicadas à agricultura e à produção de biocombustíveis com o intuito de prover melhorias na coordenação do SAI biodiesel. As diferenças e as semelhanças deste sistema entre países é, ainda, um fator a ser estudado. Essas diferenças no SAI de cada país e a forma como é vista a produção, seja de biodiesel seja de suas matérias-primas, são fatores ainda pouco estudados na literatura. Obviamente, as diferenças edafoclimáticas e culturais evidenciam algumas das distinções dentro de cada SAI. Contudo, há semelhanças que podem ser encontradas se analisadas as perspectivas dos *stakeholders* deste sistema. Evidenciar tais diferenças e semelhanças é útil para melhorar a coordenação do SAI em cada país, pois as experiências alheias, principalmente na visão dos *stakeholders* envolvidos no sistema, podem mostrar falhas que a legislação não considera e detectar deficiências a serem aprimoradas.

Neste contexto, a tese teve como objetivo identificar e analisar comparativamente os principais fatores envolvidos na coordenação do sistema agroindustrial do biodiesel no Brasil e na União Europeia, sob a perspectiva dos *stakeholders* deste sistema agroindustrial em ambos os contextos, como ficará patente nos próximos parágrafos.

## **2 BREVE APPROACH SOBRE INSTITUIÇÕES SOB O FOCO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL**

O aporte teórico e analítico utilizado foi a Nova Economia Institucional (NEI), a qual é baseada em estudos multidisciplinares, envolvendo, principalmente, economia, direito, sociologia e administração. Vários autores contribuíram para a formação da base teórica da NEI, no entanto, foi Coase com o seu trabalho intitulado “*The Nature of the Firm*” em 1937, que apresentou uma nova perspectiva teórica. Posteriormente houve incremento nesta teoria e surgem duas vertentes com enfoques distintos, porém convergentes, denominadas Ambiente Institucional e Instituições de Governança, as quais focam os custos de transação, as instituições e as organizações, bem como a relação entre estes elementos (FARINA, AZEVEDO e SAES, 1997).

A corrente de Ambiente Institucional foca o papel das instituições no sistema econômico. Segundo North (1991, p. 97) “*institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights)*”. Isto é, as instituições são as responsáveis pela formulação de leis e normas com o propósito de restringir a ação de organizações e indivíduos. As instituições podem operar em nível macro, como a legislação de um país, ou em nível micro, como o código de conduta de uma empresa.

Para North (2005), existem cinco proposições que caracterizam a mudança institucional, as quais estão inter-relacionadas. A primeira proposição diz respeito ao fato de as instituições determinarem o tipo de organização que existirá. As organizações podem influenciar na mudança institucional uma vez que elas devem sobreviver em um mundo de concorrência e escassez de recursos. Na segunda proposição, North afirma que o ambiente de competitividade e as mudanças exógenas no ambiente externo às organizações fazem com que estas invistam cada vez mais em inovação, habilidades e conhecimentos. A mudança na competição proporciona incentivos ao investimento em novos conhecimentos e, conseqüentemente, à mudança institucional. Na terceira proposição, North se refere a um *pay-off* que diz respeito ao fato de as organizações existentes fornecerem resultados ao receberem incentivos da economia para suas atividades, sendo a estrutura de incentivos o reflexo dos investimentos das organizações em habilidades e conhecimentos. Na quarta proposição são citados os construtos mentais, que se relacionam à forma como o indivíduo interpreta as informações recebidas no dia-a-dia, às experiências adquiridas por meio de herança cultural, aprendizado cotidiano e experiências. Estas interpretações são fatores de mudança nas instituições. A quinta proposição de North ressalta que a sobrevivência das organizações depende da matriz institucional existente que, por sua vez, é consistente com a direção das mudanças institucionais incrementais.

Feita esta breve revisão de literatura, a seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, utilizou-se a técnica estatística denominada análise fatorial por componentes principais<sup>2</sup> para analisar os dados resultantes de um questionário aplicado aos *stakeholders* do SAI biodiesel, que foi enviado por *e-mail* entre maio e junho de 2015. A amostragem foi baseada na disponibilidade dos contatos, procurando diversificar os respondentes dentro das Unidades Federativas do Brasil e dentro dos países da UE. Foram obtidos 81 questionários do Brasil e 81 questionários da UE válidos com os seguintes índices: Y1 (assistência ao produtor de matéria-prima); Y2 (diversificação, aquisição da agricultura familiar/pequeno produtor e garantia de oferta); Y3 (tecnologias de produção); Y4 (estratégias de crescimento); Y5 (diferenciação na produção de biodiesel); Y6 (diferenciação na usina); Y7 (incentivos à produção de biodiesel); Y8 (políticas nacionais específicas); Y9 (políticas gerais de biocombustíveis); Y10 (sindicatos e associações); Y11 (tributos e comércio internacional); Y12 (competitividade da usina); e Y13 (organizações de apoio).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise fatorial foi realizada com o auxílio do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 17<sup>3</sup>, uma vez satisfeitas as condições de adequabilidade<sup>4</sup>. Considerando o critério do autovalor, foram obtidos quatro fatores que explicam 60,2% da variação total para o Brasil (Tabela 1) e dois fatores que explicam 53,9% da variação total para a UE (Tabela 2).

---

<sup>2</sup> Optou-se pela adoção do método de Análise de Componentes Principais, critério do autovalor de Kaiser e rotação *varimax*.

<sup>3</sup> A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) disponibilizou o *software* SPSS para a realização desta pesquisa.

<sup>4</sup> KMO: 0,67 para o Brasil e 0,61 para a UE; teste de esfericidade de Bartlett: ambos significativos a 5%, alpha de Cronbach: 0,68 para o Brasil e 0,40 para a EU.

Tabela 1 – Componentes, cargas fatoriais e comunalidades: Brasil

Índices	F1	F2	F3	F4	Comunalidades
Y4	<b>0,793</b>	0,134	-0,123	-0,220	0,711
Y11	<b>0,681</b>	-0,251	0,220	0,230	0,628
Y12	<b>0,616</b>	0,520	0,184	0,067	0,688
Y10	-0,150	<b>0,763</b>	0,062	0,025	0,609
Y6	0,272	<b>0,684</b>	0,021	0,068	0,547
Y7	0,118	-0,051	<b>0,794</b>	-0,122	0,661
Y9	-0,006	0,161	<b>0,667</b>	0,186	0,506
Y2	0,141	0,203	0,347	<b>-0,602</b>	0,544
Y3	0,394	0,169	0,159	<b>0,591</b>	0,558
Y8	-0,108	0,375	0,300	<b>0,573</b>	0,570

Fonte: Resultados da pesquisa.

Os valores das comunalidades mostraram-se todos acima de 0,50, o que significa que os índices possuem sua variabilidade representada pelos componentes obtidos.

Em relação aos fatores, o fator 1 (F1), composto pelos índices Y4, Y11 e Y12, pode ser nominado *Gestão Estratégica e Condições de Mercado*. Este componente possui os indicadores com maiores cargas fatoriais, e maior percentual de variância explicada (17,7%). Em sendo maior o escore fatorial deste componente, maior é a importância da gestão estratégica e condições de mercado para a coordenação do SAI biodiesel no Brasil. Observa-se que todas as cargas fatoriais possuem o mesmo sinal (positivo), o que implica dizer que todos os índices caminham na mesma direção em termos de importância, isto é, quando um tende a aumentar o grau de importância, os demais também tendem a aumentar este grau. Com efeito, as incertezas presentes nas usinas de biodiesel quanto à qualidade da matéria-prima adquirida, do biodiesel produzido e dos recursos humanos, bem como quanto ao custo de produção e ao preço de venda (estabelecido pelos leilões) fazem com que as usinas busquem estratégias que visem reduzir tais incertezas, como a verticalização e parcerias com fornecedores e instituições de pesquisa (McCORMICK, KÅBERGEN, 2005; QUINTELLA *et al.*, 2009).

O segundo fator (F2), constituído pelos índices Y10 e Y6, pode ser nominado *Estratégias de Diferenciação e Crescimento*. Este fator possui 16,4% da variância explicada e mostra que a presença dos sindicatos dos trabalhadores e das associações que representam as usinas de biodiesel está relacionada às estratégias de diferenciação das usinas, como criação de patentes, obtenção de certificação para o biodiesel, investimentos em P&D e a busca de apoio das instituições de pesquisa. Os sindicatos e as associações no SAI biodiesel atuam

no sentido de representar corporativamente as usinas perante as políticas públicas, garantindo seus direitos. As associações facilitam o investimento conjunto em P&D dentro das usinas e a busca ao apoio das instituições de pesquisa, à certificação e à criação de patentes (QUINTELLA *et al.*, 2009).

O terceiro fator (F3), composto por Y7 e Y9, que explica 14,1% da variância total, pode ser nominado *Ambiente Institucional*. Este componente está fortemente relacionado com as políticas nacionais e internacionais voltadas à produção e uso de biodiesel, incluindo os mandatos de mistura de biodiesel no óleo diesel (BX), subsídios à produção de matérias-primas e de biodiesel, e investimentos em infraestrutura. As políticas voltadas aos biocombustíveis visam ao desenvolvimento destes para garantir a segurança energética, redução da dependência do petróleo e redução da emissão de gases de efeito estufa. Contudo, o desenvolvimento dos biocombustíveis não é viável sem o apoio público (ZEZZA, 2008). Neste sentido, o Brasil, por meio do PNPB, impulsiona a produção de biodiesel através de estímulos às usinas (Selo Combustível Social) e aos produtores de matéria-prima. Além disso, a Lei n. 13.033/2014 (BRASIL, 2014) estabelece o mandato mínimo de B7, o que também impulsiona o desenvolvimento do SAI biodiesel. Aqui se observa uma mudança institucional importante quando, em 2005, a Lei n. 11.097 propôs um mandato de B5 a ser cumprido até 2013, mas com o desempenho favorável do setor ao receber incentivos (Selo Combustível Social para as usinas e garantia de venda de parte da produção para os agricultores familiares) para o cumprimento do mandato em questão, houve a necessidade de uma mudança institucional que fez com que a meta do mandato de B5 fosse antecipada para 2010.

Por fim, o quarto fator (F4), constituído pelos índices Y2, Y3 e Y8, que explica 12,0% da variância total, pode ser nominado *Diversificação, Aquisição e Garantia, Tecnologias e Políticas*. Este fator está fortemente relacionado com os tipos de tecnologias utilizadas na produção de biodiesel e nas políticas econômica, social e ambiental, porém mostra uma peculiaridade retratada pelos sinais opostos. Ressalta-se que o biodiesel de primeira geração, aquele proveniente de culturas alimentares, ainda é o mais utilizado no Brasil e utiliza tecnologias básicas e intermediárias. Neste contexto, a diversificação da matéria-prima em busca do uso de fontes não alimentares (como resíduos provenientes das estações de tratamento de esgoto, algas, efluentes de laticínios,



etc.), demanda a utilização de tecnologias mais avançadas, o que não inclui, evidentemente, a agricultura familiar ou pequenos agricultores.

Após apresentar o cenário brasileiro, a Tabela 2 mostra os componentes obtidos para a União Europeia.

Tabela 2 – Componentes, cargas fatoriais e comunalidades: UE

	F1	F2	Comunalidades
Y2	<b>-0,692</b>	-0,121	0,493
Y5	<b>0,686</b>	-0,174	0,500
Y11	<b>0,600</b>	0,398	0,519
Y10	-0,087	<b>0,776</b>	0,610
Y13	0,177	<b>0,735</b>	0,572

Fonte: Resultados da pesquisa.

As comunalidades encontradas para a análise europeia apresentam valores acima de 0,50, exceto para o índice Y2, confirmando a variabilidade dos índices representada pelos componentes. No caso da comunalidade abaixo de 0,50, Costello e Osborne (2005) afirmam que, para as análises realizadas nas ciências sociais, é comum encontrar valores para a comunalidade entre 0,4 e 0,7; portanto, o valor de 0,493 pode ser considerado válido para esta análise.

Isto posto, pode-se considerar o índice Y2 na análise como parte do primeiro fator (F1), denominado *Diversificação e Garantia e Condições de Mercado*, junto aos índices Y5 e Y11. Este fator foi o que apresentou maior carga fatorial e maior percentual de variância explicada (26,95%). As cargas fatoriais com o mesmo sinal (positivo) implicam que o grau de importância destes índices segue a mesma direção, aumentando/reduzindo quando o outro aumenta/reduz. Contudo, a mesma peculiaridade foi observada no índice Y2 (sinal negativo). Salienta-se que a legislação vigente na UE visa à qualidade do biodiesel de forma a garantir que sua produção não tenha grandes impactos negativos ao meio ambiente e não utilize culturas alimentares, incentivando, desta forma, as usinas a investirem no aperfeiçoamento de processo e de produto, bem como no melhoramento das técnicas de produção. Contudo, isto implica no uso de tecnologias avançadas que, por utilizarem matérias-primas não alimentícias, não envolvem os pequenos produtores. A legislação europeia prioriza as matérias-primas provenientes de terrenos que não possuam alto teor de carbono e que emitam menos gases de efeito estufa do que os combustíveis fósseis. Além disso, os Estados-Membros importam a maior parte da matéria-

prima utilizada, e os países exportadores também devem seguir as leis europeias. Neste contexto, os pequenos produtores não conseguem se adaptar às exigências do mercado europeu, fazendo com que, também neste caso, eles permaneçam marginalizados no SAI biodiesel da União Europeia (EUROPEAN COMMISSION – EC, 2009a; 2009b).

O segundo fator (F2), composto pelos índices Y10 e Y13, pode ser nominado *Sindicatos, Associações e Organizações de Apoio*, e explica 26,92% da variância total. O sinal das cargas fatoriais de ambos os índices mostra que ambos seguem na mesma direção, o que implica dizer que os sindicatos, as associações e as organizações de apoio possuem relação direta quanto ao grau de importância para a coordenação do SAI biodiesel na UE. Os sindicatos e as associações atuam na representação das usinas para garantir o cumprimento dos seus direitos e deveres perante a lei. Além disso, eles servem como facilitadores na busca de apoio das universidades e das instituições financeiras, e na criação de um mercado consumidor.

## CONCLUSÕES

O desenvolvimento do SAI biodiesel depende de seus avanços tecnológicos visando à produção sustentável, o que necessita de tecnologias que poluam menos e que utilizem fontes energéticas não alimentares, divergindo da realidade produtiva de um agricultor familiar. Neste contexto, os resultados mostraram a existência de um *trade-off* no que se refere ao avanço tecnológico dentro do SAI biodiesel em ambos os casos.

Um segundo aspecto aponta para as diferenças entre os ambientes institucionais brasileiros e da UE. O conjunto de leis, normas e políticas brasileiras são mais específicos no tratamento do biodiesel, mas focam também na inclusão social. A europeia visa as questões ambientais com a pretensão de mitigar os gases de efeito estufa e segurança alimentar, além de ter seu cabedal institucional mais genérico voltadas para energias renováveis e biocombustíveis, só o biodiesel. Existe um envolvimento entre todas as organizações atuantes no SAI biodiesel no Brasil, o que não ocorre na UE.

A inclusão dos agricultores familiares na economia e a resolução do conflito alimento *versus* biocombustíveis são fatores a serem considerados de grande relevância para a sustentabilidade do sistema.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 set. 2014.

CARDOSO, B. F. **Análise do sistema agroindustrial do biodiesel no Brasil e na União Europeia**. 2016. 245 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/Brasil, 2016.

COSTELLO, A. B.; OSBORNE, J. W. Best practices in exploratory factor analysis: four recommendations for getting the most from your analysis. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, v. 10, n. 7, July 2005.

EUROPEAN COMMISSION – EC. Diretiva 2009/28/EC do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 5 jun 2009a.

\_\_\_\_\_. Diretiva 2009/30/EC do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009. **Jornal Oficial da União Europeia**, Bruxelas, 5 jun 2009b.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F. de; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.

MCCORMICK, K.; KÅBERGER, T. Exploring a pioneering bioenergy system: the case of Enköping in Sweden. **Journal of Clear Production**, n. 13, p. 1003-1014, 2005.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v.5, p. 97-112, 1991.

\_\_\_\_\_. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

QUINTELLA, C. M.; TEIXEIRA, L. S. G.; KORN, M. G. A.; COSTA NETO, P. R.; TORRES, E. A.; CASTRO, M. P.; JESUS, C. A. C. Cadeia do biodiesel da bancada à indústria: uma visão geral com prospecção de tarefas e oportunidades para P&D&I. **Química Nova**, v. 32, n. 3, p. 793-808, 2009.

ZEZZA, A. **Bioenergie: quali opportunità per l'agricoltura italiana**. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 2008. (Collana: Studi & Ricerche INEA).

## CAPÍTULO 2

### TRÊS ENSAIOS SOBRE A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO BRASIL PÓS-DESREGULAMENTAÇÃO

Darcy Jacob Rissardi Júnior

Pery Francisco Assis Shikida

**Resumo:** O período pós-desregulamentação da agroindústria canavieira no Brasil evidencia o avanço do paradigma tecnológico, em que se torna premente a maior capacitação tecnológica das unidades produtivas num contexto de mercado mais competitivo, fortalecendo lideranças e contribuindo para uma nova dinâmica no setor. Diante disso, este artigo propõe uma nova formatação (no PGDRA) para analisar alguns aspectos da agroindústria canavieira nesse período, a partir de três artigos/ensaios concatenados que procuram, no contexto geral, aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica deste importante setor diante, mormente, de uma nova institucionalidade que mudou suas condições de mercado. O primeiro artigo busca analisar, de forma concisa e numa perspectiva histórica, a evolução da agroindústria canavieira pós-desregulamentação (1990-2014). O segundo artigo procura estimar e analisar, pelo procedimento da análise fatorial por meio do método dos componentes principais, o processo de modernização e especialização vivenciado pela agroindústria canavieira, ocorrido a partir da década de 1990. Com uma visão geral do Brasil a partir de uma perspectiva histórica, e de uma mensuração do seu processo de modernização e especialização, o terceiro artigo faz uma análise empírica a partir de um estudo de caso, procurando investigar as novas formas de organização à guisa do neoinstitucionalismo e do neocorporativismo.

**Palavras-chave:** Agroindústria canavieira; análise fatorial; neoinstitucionalismo; neocorporativismo; Brasil.

**Abstract:** *The period of post-deregulation of the sugarcane agroindustry in Brazil makes clear the technological paradigm advancement, in which the improvement of technological development of productive sites becomes urgent in a more competitive market, substantiating leadership and contributing for a new dynamic in the sector. Considering it, this article proposes a new formatting (in “PGDRA”) to analyze some aspects of sugarcane agroindustry in this period, based on three papers concatenated that look into, in a general context, deepen the knowledge about the dynamic of this important sector facing, mainly, a new organization that changed the market conditions. The first paper looks for analyzing concisely and historically the evolution of sugarcane agroindustry post-deregulation (1990–2014). The second paper tries to estimate and analyze the modernization and specialization process experienced by sugarcane agroindustry from the 1990’s, using the factor analyzes procedure by means of the principal components method. With an overview from Brazil with historical perspective and from the measuring of its modernization and specialization process, the third paper makes empirical analyzes from a case study, looking into new ways of organizing according to new institutionalism and new corporatism.*

**Keywords:** *Sugarcane agroindustry; factor analysis; new-institutionalism; new-corporatist; Brazil.*

## INTRODUÇÃO

Atualmente, a importância socioeconômica da agroindústria canavieira pode ser traduzida em números, como compila Meurer (2014): esta economia (produtora de cana, açúcar, etanol e cogeração de energia, além de outros subprodutos de menor expressão como torta de filtro, gás carbônico, levedura, etc.) movimenta uma riqueza estimada em 2% do Produto Interno Bruto do País; com massa salarial de US\$ 738 milhões; gerando aproximadamente 1,28 milhões de postos de trabalhos formais. Dados da safra 2013/2014 mostram o Brasil como o maior produtor mundial de cana, tendo produzido 653,5 milhões de toneladas, matéria-prima esta que gerou 37,7 milhões de toneladas de açúcar (o que o qualifica como o primeiro produtor mundial) e 27,5 milhões de m<sup>3</sup> de etanol (o que o qualifica como o segundo produtor mundial). As exportações de açúcar e etanol em 2013 geraram, respectivamente, cerca de US\$ 11,8 bilhões e US\$ 1,9 bilhão para o País. O Estado de São Paulo é o maior produtor nacional de cana, com 56,6% da produção, seguido de Goiás (9,6%), Minas Gerais (9,3%), Paraná (6,5%) e Mato Grosso do Sul (6,3%).

A pergunta central deste trabalho é: como se comportou a agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação em termos de sua evolução histórica, processo de modernização e especialização, e formas de organização?

Devido ao questionamento, este trabalho propõe uma nova formatação (no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - PGDRA), para analisar alguns aspectos da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação. Trata-se de três artigos/ensaios concatenados que procuram, no contexto geral, responder à pergunta central e aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica deste setor, mormente, diante de uma nova institucionalidade que mudou suas condições de mercado. Este é o objetivo geral do estudo.

Os objetivos específicos compõem as três construções de artigos/ensaios que serão expostas a seguir.

A estrutura segue a ordem dos artigos/ensaios supracitados, procurando com isto dar uma sequência, de certa forma, associada ao contexto

pesquisado. Ressalta-se que a tríade metodológica das abordagens “histórica-quantitativa-qualitativa” se constitui na sustentação maior deste trabalho.

Ao final dos três artigos/ensaios, faz-se uma conclusão comum e delinham-se futuras perspectivas de investigação.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Nesta seção será feita uma revisão de literatura que está subdividida em evolução da agroindústria canavieira no Brasil Pós-desregulamentação; uma aplicação do método dos componentes principais no estudo do grau de modernização e especialização da agroindústria canavieira no Brasil; a Nova Economia Institucional e as relações corporativistas na perspectiva diretiva da agroindústria canavieira no Paraná.

### **2.1 Evolução da Agroindústria Canavieira no Brasil Pós-Desregulamentação**

Este trabalho versa especificamente sobre a evolução da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação (1990-2014), procurando revisitar e perscrutar três fases inclusas nesta delimitação temporal, quais sejam: “Desaceleração e crise do Proálcool e ruptura do paradigma subvencionista (1986/1987 a 1995/1996)” – cunhada originalmente por Shikida (1997); “Recrudescimento da desregulamentação, explicitação da debilidade estrutural e o surgimento da diversidade de interesses na agroindústria canavieira (1996/1997 a 2002/2003)” – cunhada originalmente por Vian (2003); e “Retomada do etanol com o mercado *flex-fuel*, IDE e falta de planejamento (2003/2004 a 2013/2014)” – inspirada por Shikida (2014), mas realçando a análise do Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

### **2.2 Uma aplicação do Método dos Componentes Principais no Estudo do Grau de Modernização e Especialização da Agroindústria Canavieira no Brasil**

A técnica de análise dos componentes principais (ACP) tem como principal finalidade explicar a estrutura de variância e covariância de um vetor aleatório, composto por  $p$  variáveis, obtido por meio da combinação linear de  $k$  variáveis originais (MINGOTI, 2007), ou seja, transformar os valores de um conjunto de  $p$  variáveis em valores de  $k$  componentes. As componentes são combinações lineares das variáveis, e o número de componentes não pode ser maior que o número de variáveis. Isso quer dizer que  $k \leq p$ . As componentes podem ser consideradas como novas variáveis, e cada caso tem um valor para cada uma delas. Assim, se reduz o conjunto de dados inicial em um número de poucos componentes que representam, de forma sintética, a informação de um grande conjunto de variáveis, identificando as mais importantes no espaço das componentes principais. Por meio desse expediente, é fornecida uma visão privilegiada do conjunto original de dados. A vantagem da ACP é que não existe a necessidade de se fazer quaisquer suposições iniciais a respeito da distribuição de probabilidade do conjunto de dados, bastando que existam correlações entre as variáveis observadas no início do processo (HOFFMANN, 1994).

### **2.3 A Nova Economia Institucional e as Relações Corporativistas na Perspectiva Diretiva da Agroindústria Canavieira no Paraná**

Pretende-se analisar como esta agroindústria se organizou em face às novas regras na relação entre os agentes privados e o Estado. Esta temática encontra uma importante base teórica e conceitual em duas abordagens econômicas distintas: 1º) na abordagem neoinstitucionalista, diante da premissa de que os produtores, a partir do processo de desregulamentação de suas atividades, passam a adotar características comportamentais aliadas às das transações como forma de efetuar suas operações econômicas e obter os maiores ganhos possíveis em uma situação de economia de mercado; e, 2º) na abordagem neocorporativista, que enfatiza a organização dos diversos atores por meio de grupos de interesse na articulação de demandas e apoio na elaboração de políticas públicas benéficas para o setor. Estas abordagens têm uma característica comum, que é a necessidade de liberdade de ações por parte dos agentes envolvidos. Estas ações ocorrem nas relações corporativistas dos grupos organizados e nas instituições, econômica e politicamente flexíveis, que

se adaptam aos novos paradigmas e oportunidades, determinando a “regra do jogo” e a qualidade dos “jogadores”.

### **3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

O primeiro artigo busca analisar, de forma concisa e numa perspectiva histórica, a evolução da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação (1990-2014) à guisa da literatura e sob o enfoque de três fases características, dispostas numa sequência cronológica: 1986/1987 a 1995/1996, marcada pela “desaceleração e crise do Proálcool e ruptura do paradigma subvencionista”; 1996/1997 a 2002/2003, marcada pelo “recrudescimento da desregulamentação, explicitação da debilidade estrutural e o surgimento da diversidade de interesses”; 2003/2004 a 2013/2014, marcada pela “retomada do etanol com o mercado *flex-fuel*, Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e falta de planejamento”. Esta visão histórica – com seus condicionantes e caracterizações – procura retratar as mudanças ocorridas neste novo ambiente institucional e organizacional público e privado em que passou a predominar o livre mercado.

O segundo artigo procura estimar e analisar, pelo procedimento da análise fatorial por meio do método dos componentes principais, o processo de modernização e especialização vivenciado pela agroindústria canavieira, ocorrido a partir da década de 1990. Trata-se de uma aplicação estatística que tem como intento mensurar a dinâmica dos quinze principais estados produtores de cana-de-açúcar no tocante a uma série de variáveis (foram usadas nove medidas caracterizadoras de modernização e especialização) que, a partir de um agrupamento específico (reduzindo a dimensão das variáveis originais do estudo em fatores), permite extrair interpretações simples e ordenadas.

Com uma visão geral do Brasil a partir de uma perspectiva histórica, e de uma mensuração do seu processo de modernização e especialização, o terceiro artigo faz uma análise empírica, a partir de um estudo de caso da agroindústria canavieira, procurando investigar as novas formas de organização à guisa do neoinstitucionalismo e do neocorporativismo, buscando identificar quais as principais atitudes e comportamentos dos agentes privados, bem como o atual momento de “orquestração” de interesses deste importante segmento do



agronegócio frente aos desafios ocasionados pela desregulamentação setorial. O estado escolhido para este estudo de caso foi o Paraná, dada sua representação típica.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nos próximos parágrafos serão apresentados os resultados e as discussões.

### **4.1 Evolução da Agroindústria Canavieira no Brasil Pós-Desregulamentação**

A evolução da agroindústria canavieira no Brasil foi, de certo modo, moldada não somente pela abundância de recursos naturais, advinda de antigas e novas áreas de produção, mas também por uma grande quantidade de variáveis e ocorrências, e que condicionaram os períodos ora descritos. Em suma, a mudança do paradigma subvencionista para o paradigma tecnológico consistiu num marco para a agroindústria canavieira ao propiciar, entre outros, o fortalecimento de um capital humano especializado em decorrência de investimentos em infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, com implicações importantes no aprendizado de novas técnicas para criar e depois extrair valor dos canaviais, que tinham pouco ou nenhum valor durante período de intervenção estatal. Isto motivado pelo ambiente de maior concorrência pós-desregulamentação setorial.

Como corolário, embora a dotação de recursos naturais da economia continue sendo uma fonte importante de vantagens comparativas, de acordo com Mowery e Rosenberg (2005), outras características desta atividade, assim como seu grande mercado interno (mormente para o etanol), continuam a oferecer vantagens competitivas em produtos e tecnologias específicas.

Por último, mas não menos importante, a abordagem fundamentalmente histórica, objetivo central deste capítulo, apresenta-se como chave para a compreensão não só da evolução da agroindústria canavieira no Brasil, mas da vida econômica em geral. A respeito dos três grandes pilares da economia – teoria, estatística e história – Schumpeter, um influente economista

que criou linha de pensamento, inclusive, escreveu sobre a primazia da história e que consta em sua biografia, conforme McCraw (2012, p.262):

Quero deixar perfeitamente claro que, se estivesse começando a trabalhar com a economia e fosse informado de que poderia estudar apenas um dos três, podendo escolher qualquer um, haveria de voltar-me para a história econômica. E isto por três motivos. Primeiro, o objeto da economia é essencialmente um processo único no tempo histórico. Ninguém poderá pretender entender os fenômenos econômicos de qualquer época, incluindo a atual, se não tiver o necessário domínio dos fatos históricos e o necessário senso histórico ou de que poderíamos chamar de experiência histórica. Em segundo lugar, o relato histórico não pode ser puramente econômico, devendo inevitavelmente refletir também fatos “institucionais” que não são puramente econômicos: temos, assim, a melhor maneira de entender como os fatos econômicos e não econômicos estão efetivamente relacionados e como as diferentes ciências sociais deveriam estar inter-relacionadas. Em terceiro lugar, o fato, segundo acredito, de que os erros fundamentais cometidos atualmente na análise econômica devem-se, em sua maioria, mais frequentemente à falta de experiência histórica do que a qualquer outra carência do preparo intelectual do economista.

#### **4.2 Uma aplicação do Método dos Componentes Principais no Estudo do Grau de Modernização e Especialização da Agroindústria Canavieira no Brasil**

Os resultados mostraram que não é sem propósito que muitas usinas e destilarias estão encerrando suas atividades no Brasil, pois alguns escores dos fatores F1 (“modernização da agroindústria canavieira e especialização da cana do estado em termos de Brasil”) e F2 (“rendimentos agrícola e industrial”) foram negativos. As tendências de diminuição pontuadas para cada fator também refletem as dificuldades pelas quais está passando este setor.

No outro oposto, São Paulo se mantém como o estado de posição soberana na agroindústria canavieira, com uma distância muito grande em relação aos demais. A média de seus escores do fator F1 foi de 3,33, o segundo estado no País em termos de melhor indicador da modernização da agroindústria canavieira e especialização da cana foi o Paraná, mas seu escore médio de F1 foi de somente 0,27, seguido por Goiás com uma média de 0,01. Contudo, problemas e as heterogeneidades produtivas em São Paulo também existem, tanto que a média do fator F2 (“rendimentos agrícola e industrial”) para São Paulo foi de 0,48, sendo superado neste quesito por Minas Gerais

(1,07), Goiás (0,77), Alagoas (0,74) e Mato Grosso do Sul (0,52). Quanto ao fator F2 “especialização do estado na cultura canavieira”, São Paulo foi o quarto colocado com uma média de 0,67, superado por Alagoas (2,65), Rio de Janeiro (1,45) e Pernambuco (0,72), três estados tradicionais neste quesito, mas com uma dimensão territorial relativamente menor do que São Paulo. Sobre o fator F3, São Paulo e Paraíba apresentaram os maiores crescimentos desses valores de 1992 e 2012; sendo os mais especializados, na média, os estados de Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Paraíba.

#### **4.3 A Nova Economia Institucional e as Relações Corporativistas na Perspectiva Diretiva da Agroindústria Canavieira no Paraná**

Como resultado, em relação aos fundamentos da Nova Economia Institucional na ótica diretiva da agroindústria canavieira no Paraná, os dados confirmaram uma maior relevância das regras formais na percepção individual dos informantes, as quais afetam o desempenho das organizações. As regras informais, na opinião dos respondentes, não impactam no desempenho organizacional.

Outro tópico relatado pelos informantes é que grande parte da matéria-prima destinada ao processo produtivo na unidade é oriunda de áreas pertencentes à usina/destilaria ou arrendadas para este fim, evidenciando-se os contratos integração para trás no setor. Nos aspectos relacionados às relações contratuais, constatam-se, de acordo com os respondentes, os seguintes aspectos: i) que a punição para quebra contratual aplica-se, na maioria das vezes, ao fornecedor de insumos ou matéria-prima (63% dos respondentes); ii) a importância dos contratos na cadeia, tendo em vista que 88% dos pesquisados admitem existir uma área ou processo organizacional responsável pelo desenho, estruturação, monitoramento e garantia de implementação de contratos; iii) para 63% dos respondentes, na formação dos custos dos produtos não são considerados os custos de gerenciamento de contratos ou causas judiciais; iv) os produtores tradicionais apresentam menor risco contratual, é o que opinam 75% dos informantes; e v) não há exigências de salvaguardas para novos contratados (88% dos respondentes). Ainda em relação ao presente tópico, a pesquisa aponta que os mecanismos de controle estabelecidos pela governança

contratual, nessa agroindústria canavieira, responsáveis pelo monitoramento das relações e pelo desempenho da transação, são de grande relevância.

Concluindo a análise da NEI, os dados da investigação salientam que os recursos próprios são os mais utilizados para pesquisa e modernização, e que as perspectivas das usinas e destilarias na produção de etanol e açúcar melhoraram no período pós-desregulamentação setorial. Estas situações descritas reforçam a busca pela diminuição da incerteza desses dirigentes.

A representação política é essencial nas sociedades democráticas e pluralistas. A economia apresenta desafios cada vez maiores que são definidores de comportamentos e atitudes dos indivíduos. Nessa “arena” de interesses surgem as associações corporativas – por meio de sindicatos patronais e de empregados, associações empresariais e outros – e constituem mecanismos de solução de problemas que crescem em quantidade e complexidade.

Na perspectiva diretiva da agroindústria da cana-de-açúcar no Paraná, no que concerne ao approach neocorporativista, especificamente na defesa dos interesses particulares dos atores, constatou-se, numa escala pré-estabelecida de níveis de influência, que a representatividade política estadual exerce maior influência comparada à esfera federal. Já numa escala pré-estabelecida de níveis de importância, os informantes apontaram as entidades representativas e a Câmara Setorial como as mais importantes para a defesa dos interesses particulares. Ainda em relação a isto, destaca-se a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, sob a jurisdição do MAPA, que, na opinião dos respondentes, é suficiente para o estabelecimento de políticas públicas para o setor e que é apontada como uma das principais razões para o Paraná não possuir uma câmara estadual. Concluindo esta análise, o corpo diretivo pesquisado opina que a principal característica de uma câmara setorial é a cogestão (parceria entre esta e o setor público) para a tomada de decisões e ações.

Embora os órgãos públicos não consultem as usinas/destilarias para obter informações que conduzam as políticas públicas de interesse da atividade, os pesquisados informaram que já foram convidados para atuar em ações integradas com a participação de representantes do poder público, empresas e empregados, na discussão de políticas públicas de interesse setorial. Estas

informações corroboram a abordagem neocorporativista que afirma que a “orquestração” de interesses assume um caráter tripartite.

Quanto à integração do setor, há uma nítida divisão na percepção dos dirigentes dos grupos privados, ou seja, 50% consideram que a agroindústria canavieira no Paraná não é integrada em termos de atividades agroindustriais, confirmando os conflitos existentes dentro da cadeia produtiva. Como conclusão da pesquisa aplicada aos dirigentes dessa atividade, 63% informam que pós-desregulamentação setorial os interesses da atividade canavieira estão sendo bem encaminhados.

## **CONCLUSÕES**

A agroindústria canavieira no Brasil vem passando por uma verdadeira revolução em termos de mercado, permitindo a consolidação de um novo paradigma produtivo e tornando mais difícil o retorno de velhas práticas tão comuns em uma economia fechada e regulamentada. O setor avançou significativamente em sua reestruturação, embora problemas ainda existam, adaptando-se a uma economia aberta e desregulamentada na qual as relações intra e inter firmas são radicalmente diferentes das de uma economia de caráter intervencionista.

A análise da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação setorial evidenciou as organizações empresariais que surgiram e evoluíram em uma economia que nada lembra o antigo padrão intervencionista. A sua dinâmica mudou, o Estado mudou, conseqüentemente as relações entre o Estado e a sociedade e, mais especificamente, as relações que motivaram este trabalho – entre as lideranças empresariais e o Estado – desenvolveram-se e consolidaram-se conforme uma situação de maior ímpeto do mercado, embora mecanismos regulacionistas ainda persistam, como a percentagem de etanol anidro misturado à gasolina. No período pós-desregulamentação já não há espaço para a utilização dos tradicionais instrumentos que constituíam a relação entre os “usineiros” e o governo. O paradigma tecnológico, descrito pioneiramente por Shikida (1997), e que se apresenta como um ponto de inflexão na agroindústria canavieira avança fortalecendo novos mecanismos de atuação dos agentes econômicos e

contribuindo para a nova dinâmica do setor. Outrossim, o Estado de São Paulo mantém-se hegemônico neste panorama, confirmado pelo Índice Bruto Geral da Agroindústria Canavieira, mas o Centro-Oeste já desponta, no seu agregado, como a segunda maior força nesta configuração, superando estados nordestinos considerados tradicionais neste segmento.

## REFERÊNCIAS

- HOFFMANN, R. **Componentes principais e análise fatorial**. Série didática DERS/ESALQ, Piracicaba, n.90, p. 1-37, 1994.
- McCRAW, T. K. **O profeta da inovação**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2012. 768 p.
- MEURER, A. P. S. **Análise da agroindústria canavieira nos estados do Centro-Oeste do Brasil a partir da matriz de capacidades tecnológicas**. Toledo, 2014. 81 p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE.
- MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007. 295 p.
- MOWERY, D. C.; ROSENBERG, N. **Trajetórias da inovação**: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. 230 p.
- SHIKIDA, P. F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Piracicaba, 1997. 191 p. Tese. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- SHIKIDA, P. F. A. Evolução e fases da agroindústria canavieira no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, 2014 (no prelo).
- VIAN, C. E. de F. **Agroindústria canavieira**: estratégias competitivas e modernização. Campinas: Editora Átomo, 2003. 217 p.

## CAPÍTULO 3

### UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA COMPETITIVIDADE DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO OESTE DO PARANÁ

Paulo César da Silva Ilha

Carlos Alberto Piacenti

**Resumo:** O objetivo do estudo é analisar comparativamente as competitividades econômico-financeiras, tecnológicas de produção e dos mercados das cooperativas agroindustriais, do Oeste do Paraná, utilizando-se do procedimento metodológico de análise de *cluster* ou agrupamento. A análise serviu para classificar hierarquicamente em categorias de agrupamentos e medir o grau de competitividade das cooperativas. Os dados foram sumarizados em uma série temporal de quatro anos, de 2011 a 2014. Com os resultados, alcançados pelas cooperativas, nos aspectos de classificação hierárquica, através do gráfico dendograma (árvore), demonstrou-se que as ações de gestão, no que se referem às sustentabilidades são díspares. Nos aspectos de medidas de competitividade, classificou-se a cooperativa C.VALE como a mais competitiva, comparada aos padrões estabelecidos.

**Palavras-chave:** cooperativa; competitividade; análise comparativa.

**Abstract:** *The objective of this study is to compare the competitiveness regarding economic-financial, production technology and market aspects in the agricultural industrial cooperatives of Western Parana State using the method of cluster or cluster analysis. The analysis has classified hierarchically categories of groups and measured the degree of competitiveness of cooperatives. The data were summarized in a four-year time series, from 2011 to 2014. With the results, achieved by the cooperatives, in the aspects of hierarchical classification, through the dendogram graph, it was demonstrated that management actions regarding sustainability are disparate. In terms of competitiveness measures, C.VALE cooperative was classified as the most competitive, compared to the established standards.*

**Keywords:** *cooperative; competitiveness; comparative analysis.*

## INTRODUÇÃO

A região Oeste do Paraná tem se destacado no cenário nacional e internacional como importante centro de produção agroindustrial, sobretudo no que se refere às atividades de avicultura, suinocultura, laticínios, produção de soja, milho e outros. Com essa *performance* cria-se um ambiente *sui generis* para estudos científicos que possam contribuir para o desenvolvimento regional.

Constituída em bases comunitárias, composta, principalmente, por descendentes de imigrantes de origem europeia, vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a região Oeste atribuiu, desde muito cedo, o modelo organizacional de produção agropecuária às cooperativas, as quais têm contribuído com desvelo e competitividade proporcionado a consolidação de uma região desenvolvida. Contemporaneamente ampliam suas bases e têm atuado no mercado externo, que potencializam ainda mais a dinâmica de desenvolvimentos da região.

Nesse sentido, a discussão sobre a temática de competitividade das cooperativas agroindustriais, do Oeste do Paraná, – COPAGRIL, LAR, C.VALE, COPACOL E COOPAVEL, dar-se-á neste estudo, a partir do comportamento da firma cooperativa, frente a duas empresas: a cooperativa COAMO, considerada a maior da América Latina e a BRF, que é uma empresa de capital privado, as quais servem como base para a compreensão do cooperativismo como empreendimento, sem, contudo, negligenciar a cooperativa sob a ótica do cooperado, da sua função utilidade e da maximização de suas satisfações, pois se sabe que a firma cooperativa se apresenta como uma economia intermediária entre as economias, associadas dos cooperados e o mercado.

Esta particularidade das cooperativas que não buscam o lucro nas operações com os seus cooperados, produtores rurais neste caso, coloca-as em desvantagem em relação à empresa não cooperativa, pois, esta tende a maximizar o seu lucro, igualando o seu custo marginal a sua receita marginal em todas as operações (BIALOSKORSKI NETO, 2012). Para o mesmo autor, esse detalhe é importante quanto à política de investimentos e, portanto, de capacidade competitiva das firmas cooperativas que, inicialmente, poderiam ser prejudicadas.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar comparativamente a competitividade econômico-financeira, tecnológica de produção e mercados das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

O entendimento de competitividade de uma empresa não pode ser compreendido, observando-se a empresa como um todo. Ela tem sua origem



nas inúmeras atividades distintas, mas que se complementam em sua gestão (PORTER, 1989). Por sua vez, para o mesmo autor, o fracasso das estratégias competitivas deve-se à incapacidade de traduzir uma estratégia geral em etapas de ações específicas, necessárias para se obter vantagem competitiva.

Para Farina, Azevedo e Saes (1997), a competitividade tem um significado claro aplicado às empresas. Do ponto de vista das teorias de concorrência, os autores definem competitividade como a capacidade sustentável de uma empresa em sobreviver e, preferencialmente, crescer em mercados novos e em que já atuam.

A teoria das organizações tem suprido a teoria evolucionista de importantes conceitos de competitividade. É, explorando essas contribuições, que Dosi e Friman (1992) propõem o conceito de coerência corporativa, que deve ser explicada como complexa relação entre o processo de aprendizado, padrão de dependência, oportunidades tecnológicas e complementaridade dos ativos.

Mas, uma das mais contundentes abordagens de competitividade empresarial vem de Schumpeter, considerado um dos mais expressivos economistas da primeira metade do século XX. Para ele, o principal funcionamento da economia capitalista está baseado num ininterrupto processo de introdução e difusão de inovações, tendo como unidade de análise da concorrência schumpeteriana a empresa, pois é neste ambiente que se decide e apropriam-se os ganhos, tendo o mercado como espaço principal da interação competitiva (SCHUMPETER, 1982).

Outra forma clássica de definir competitividade está nas relações institucionais, no enfoque sistêmico, entendendo que a competitividade ultrapassa as fronteiras da firma e vai depender de uma integração sistêmica entre os diversos agentes, situadas a montante e a jusante da unidade de produção. A compreensão desse processo e dos fatores que influenciam a definição das estratégias das firmas ou instituições passa a ser o grande desafio da teoria econômica e das organizações (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Estes fatos, rapidamente apresentados, servem para ressaltar a complexidade do tratamento sobre competitividade empresarial. Porém, o *locus*, à guisa dessa discussão será a empresa cooperativa. Tão ou mais importante que o conhecimento das abordagens, é medir o grau de

competitividade em relação aos seus concorrentes, principalmente aqueles que se destacam no cenário como líderes de mercado.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos, adotados para a interpretação dos dados foi o de análise de *cluster* ou agrupamento, utilizando-se de técnicas estatísticas multivariadas para um estudo de caso, com conotação de pesquisa exploratória. De acordo com Yin o estudo de caso é: “um dos empreendimentos mais desafiadores na pesquisa” (YIN, 2010, p. 23). Para tanto, as categorias de análise foram operacionalizadas, ou seja, traduzidas em conceitos mensuráveis, através de dados secundários, o que tornou possível visualizar rapidamente os diversos meios em que estão inseridos os objetos de estudo, sejam estes internos ou externos à empresa. Tais técnicas permitiram obter, com baixo custo, internamente ou fora da empresa, uma grande variedade de dados para investigação, de tal modo que se conseguiu atingir os objetivos, inicialmente propostos no estudo e, ao mesmo tempo, pode-se atender aos critérios de maior eficácia e mais confiabilidade de informações. Conforme Hair Jr. *et al.* (2009), a análise multivariada auxilia na formulação de questões relativamente complexas de forma específica e precisa, possibilitando a condução de pesquisas teoricamente significativas.

Para a viabilização dos cálculos da análise multivariada, utilizou-se o programa *Statistical Product and Service Solutions* (SPSS), amplamente difundido no meio estatístico.

#### **3.1 A Determinação das Variáveis Analisadas**

Para o entendimento do que seja competitividade nesse estudo, foram determinadas três categorias de análise, contendo 36 variáveis, umas do tipo quantitativas e outras do tipo qualitativo-dicotômicas, elaboradas a partir de Silva (2012); Slack *et al.* (2010); Dosi (1988); Churchill e Peter (2003) e estão configuradas na assertiva de que a competitividade das cooperativas possui uma relação com essas variáveis:

- Variáveis de ambiente competitivo econômico-financeiro, considerando: Giro do Ativo Total, Estrutura de Capitais (DC - WACC), Geração de Valor Agregado da Ação ou Quota-Parte (EVA) Relativo, Retorno sobre as Vendas, Retorno sobre o Ativo (ROA), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), Índice de Liquidez Corrente, Índice de Liquidez Seca, Índice de Liquidez Imediata, Índice de Liquidez Geral, Composição do Endividamento de Curto Prazo, Composição do Endividamento de Longo Prazo e Sustentabilidade do Endividamento.

- Variáveis de ambiente competitivo tecnológico de produção, considerando: Intensidade de Investimentos em Bens de Capital, Eficiência Tecnológica, Inovação de Processo, Sistema de Gerenciamento da Qualidade, Sustentabilidade Ambiental, Responsabilidade Social, Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos (SCM), Sistema de Produção (MTO), Sistema de Produção (MTS), Sistema de Produção Híbrido (MTO e MTS), Economia de Escala, Economia de Escopo, Eficiência Operacional, Eficiência Produtiva, Eficiência Geral e Participação nos Resultados.

- Variáveis de ambiente competitivo de mercados, considerando: Participação Relativa do Mercado (*Market Share*) Relativo, Crescimento das Vendas, Eficiência das Vendas (EBITDA), Crescimento das Exportações e Eficiência das Unidades de Atuação.

### **3.2 A Determinação dos Agrupamentos**

No caso de agrupamento, usou-se a ideia de parença entre enfoques. Nessa questão, a ideia chave foi a parença entre cooperativas.

As técnicas de agrupar podem ser classificadas em categorias, dentre as quais as técnicas hierárquicas são as mais utilizadas na literatura, para Bussab, Miazaki e Andrade (1990). Nessas técnicas hierárquicas, as cooperativas foram classificadas em grupos, em diferentes etapas, de modo hierárquico, produzindo uma árvore de classificação.

### 3.2.1 A Determinação da Distância Competitiva e Dissimilaridade

O método estatístico, denominado de análise de agrupamento (AA), também permitiu quantificar entre a cooperativa e as empresas referências o quanto elas são parecidas ou diferentes, através de uma medida que se denomina de coeficiente de parença. Essa grandeza permitiu utilizar a distância euclidiana, que é uma medida de dissimilaridade, pois quanto maior for a distância euclidiana entre a cooperativa e as empresas padrões mais dissimilares elas serão (FREI, 2006).

Com base nesses procedimentos metodológicos, estabeleceu-se um coeficiente de parença, que mostrou as dissimilaridades entre os perfis competitivos da COAMO e BRF, consideradas como referenciais competitivos e a cooperativa cuja competitividade se desejou medir e que foi analisada comparativamente aos padrões estabelecidos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos próximos parágrafos serão apresentados de forma discriminada pelos subitens 4.1 análises de agrupamentos, e 4.2 determinações da distância competitiva e dissimilaridade os resultados e discussões.

### 4.1 Análises de Agrupamentos (AA)

Os resultados, advindos dessas mensurações, correspondem aos dados totais da amostra, num período de análise de 4 anos, de 2011 a 2014, conforme apresentado nas Figuras 1a, 1 b e 1 c.

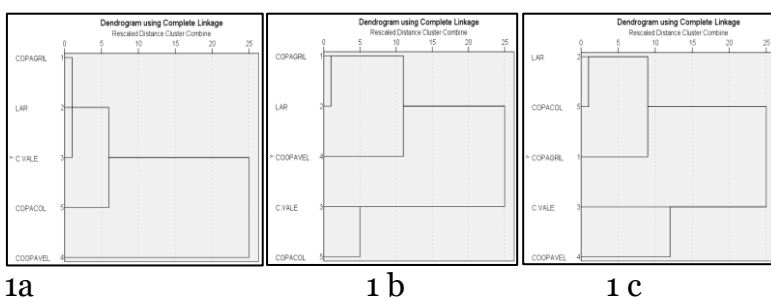
Econômico-Financeiro - A parença, apresentada, inicialmente, está entre as cooperativas, COPAGRIL e C.VALE, formando o grupo 1, com distância euclidiana igual a (1). Em seguida, a cooperativa LAR com a COPACOL, formando o grupo 2, com distância igual (8). Posteriormente o grupo 2 mede distância com a COOPAVEL, formando o grupo 3, com distância igual (17).

Tecnológico de Produção - A parença, apresentada, inicialmente, está entre as cooperativas, COPAGRIL e LAR, formando o grupo 1, com distância euclidiana igual a (1). Em seguida, a cooperativa C.VALE passa a ter

uma similaridade competitiva com a COPACOL, formando o grupo 2, com distância igual (5). Na sequência, apresenta-se o grupo 3, COPAGRIL/COOPAVEL, com distância igual a (11). E, por fim, o grupo 4, com a COOPAGRIL medindo distância euclidiana igual a (25) com a cooperativa C.VALE.

Mercados - A aparência, apresentada, inicialmente, está entre as cooperativas, LAR e COPACOL, formando o grupo 1, com distância euclidiana igual a (1). Em seguida, a cooperativa LAR/COPAGRIL com uma distância igual a (9), formando o grupo 2. Na sequência, apresenta-se o grupo 3, C.VALE com COOPAVEL, com distância igual a (12). E, por fim, o grupo 4, mede distância euclidiana igual a (24) entre as cooperativas LAR/COPAGRIL com C.VALE.

Figura 1– Agrupamentos com as variáveis Econômico-financeiras, Tecnológicas de produção e Mercados.



1a  
1 b  
1 c  
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Essa técnica de agrupamento (AA) cumpriu sua função e não é possível fazer, nesse momento, qualquer inferência sobre qual é a mais competitiva das cooperativas, analisadas. Para essa análise, passa-se a utilizar outra técnica a de “coeficiente de aparência” que admite medir a competitividade pela distância euclidiana simples.

#### 4.2 A Determinação da Distância Competitiva e Dissimilaridade

A análise sobre a quantificação foi feita com base no valor obtido de forma que quanto maior, mais distante e menos competitiva será a cooperativa, conforme apresentado na Tabela 1.

A Tabela 1 permite a análise sumarizada da competitividade das cooperativas em estudo, durante o período de quatro anos, de 2011 a 2014.

Tabela 1– Distâncias Euclidianas

COOPERATIVAS	ECONÔMICO - FINANCEIRA		TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO		MERCADOS	
	COAMO	BRF	COAMO	BRF	COAMO	BRF
COPAGRIL	3,812	4,437	3,743	1,525	6,435	6,980
LAR	3,376	4,026	3,857	1,756	6,615	7,102
C.VALE	3,099	4,280	2,471	2,522	4,878	6,782
COOPAVEL	5,294	5,703	4,181	1,629	3,106	6,405
COPACOL	2,306	3,024	2,853	2,545	6,682	7,717

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nos estudos sobre análise comparativa de competitividade econômico-financeira, os resultados apontaram a cooperativa COPACOL como a mais competitiva, seguida pelas cooperativas C.VALE, LAR, COPAGRIL e COOPAVEL. Na análise comparativa de competitividade de tecnologia de produção, apresentou-se a cooperativa C.VALE como a mais competitiva, seguida das cooperativas COPAGRIL, COPACOL, LAR e COOPAVEL. E, para análise comparativa de competitividade de mercados, apresentou-se a cooperativa COOPAVEL como a mais competitiva, seguida das cooperativas, C.VALE, COPAGRIL, LAR e COPACOL.

## CONCLUSÕES

O objetivo de analisar comparativamente a competitividade das cooperativas agroindustriais, do Oeste do Paraná, utilizando-se 36 variáveis, umas do tipo quantitativas e outras do tipo qualitativo-dicotômicas, teve como finalidade caracterizar o desempenho competitivo comparativo das cooperativas em estudo o que, foi plenamente atendido.

Quando às cooperativas foram submetidas à medição geral, dos três perfis estabelecidos, através da média aritmética das distâncias euclidianas simples, destacou-se a cooperativa C.VALE como a mais competitiva, seguida das cooperativas, COPACOL, COOPAVEL, LAR e COPAGRIL.

Outra informação importante que se pode auferir com este estudo, é que as cooperativas se apresentaram melhor, em relação aos padrões estabelecidos, no perfil tecnologia de produção, posteriormente perfil econômico-financeiro e, com uma distância muito significativa, ou seja, em pior situação, com baixa competitividade em relação aos padrões estabelecidos, quando analisadas sob as variáveis de perfil de mercados. Importante refletir

sobre essas informações, pois como se pode conseguir mais eficiência em produção, sem ter a mesma competência em mercados? Da onde vêm os recursos? Os cooperados poderiam estar capitalizando as cooperativas a baixo custo, o que se verificou, quando a cooperativa destrói capital dos cooperados. Mas também, verificou-se que as devidas capitalizações não são suficientes para fazer frente às necessidades de investimentos das cooperativas. Resta a constatação de que pode estar havendo aporte de recursos financeiros, subsidiados de instituições públicas, sem a devida contrapartida em eficiência.

O estudo também permitiu fazer algumas inferências em relação à problemática, apresentada, no que se refere à descaracterização das cooperativas analisadas. O fato de se ter encontrado, na análise de agrupamentos, grandes disparidades, econômico-financeiras, em tecnologia de produção e em mercados, entre as cooperativas, configura uma falta de cooperação entre elas, descaracterizando, de certa forma, o preceito mais importante para uma cooperativa que é a cooperação, uma vez que, segundo a teoria, através da cooperação, busca-se satisfazer as necessidades humanas e resolver os problemas comuns de uma forma mais eficiente.

Cabe ainda salientar que quanto à agregação de valor aos recursos produtivos da sociedade regional, verificou-se que as cooperativas, em estudo, não se apresentam como as firmas que mais conseguem, pois quando foram comparadas com outra cooperativa (COAMO), com sede fora da região Oeste do Paraná, e com uma empresa de capital (BRF), constatou-se que existe baixa competitividade, ou seja, as empresas referenciadas, por sua vez, conseguem agregar mais valor aos recursos produtivos da sociedade, pois são mais competitivas.

Sugere-se que novas pesquisas sobre competitividade sejam realizadas com as cooperativas agroindustriais, principalmente utilizando-se outras metodologias ou envolvendo outras variáveis. Também poderiam ser abrangidas outras cooperativas, com diferentes empresas referências.

Fica a recomendação de que as cooperativas, frequentemente, analisem suas competências no entendimento de que a competitividade, e não outro meio, é que poderá determinar a continuidade desses empreendimentos no futuro.

## REFERÊNCIAS

- BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2012.
- BUSSAB, W. O.; MIAZAKI, S. E.; ANDRADE, D. F. Introdução à análise de agrupamento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 9. 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1990.
- CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. **Marketing: criando valor para os clientes**. Tradução de Célia Camargo Bartalotti e Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DOSI, G.; FREEMAN, C. The diversity of development patterns: on the process of the catching-up, forging ahead, and falling behind. In: INTERNATIONAL ECONOMIC ASSOCIATION CONGRESS. **Paper**. Varena: 1992.
- FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.
- FREI, F. **Introdução à análise de agrupamento**. São Paulo: UNESP, 2006.
- HAIR JR., J.F.; WILLIAM, B.; BABIN, B.; ANDERSON, R.E. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- PORTER, M.E. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Série “Os economistas”)
- SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2010.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZYLBERSZTAJN, D. **Análise comparativa de sistemas agroindustriais**. São Paulo: USP/PENSA, 1995. 18 p. (Série Estudos Temáticos PENSA/USP).



## CAPÍTULO 4

### A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DA SOJA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MARANHÃO

Stefan Hubertus Dörner

Mirian Beatriz Scheneider

**Resumo:** Qual é a contribuição do sistema agroindustrial da soja para o desenvolvimento econômico e social do Maranhão? A resposta está na análise que abrangeu a dimensão econômica, sociocultural e político-administrativa, com base em dados primários e secundários para a safra 2015/2016 e construção de 38 indicadores. Os resultados revelaram 11.747 empregos diretos, R\$ 52 milhões em tributos estaduais e U\$ 700 milhões em exportações e uma ampla rede de relações sociais, composta por 672 empreendedores, 64 organizações sociais e outras formas de parcerias entre os elos do sistema, caracterizada por fortes nexos de cooperação e confiança entre estes atores, além de um ambiente altamente competitivo e inovador. A relação entre agentes e o poder público foi identificada como um limitador. Esta é caracterizada pela falta de apoio e cooperação por parte das autoridades, apesar de um ambiente plenamente regulamentado e regido por rigorosos controles eletrônicos de seus agentes. A história do Maranhão ensinou que a priorização do modelo agroexportador e a inércia das autoridades em promover agregação de valor a tais atividades não promoveriam o desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Sistemas agroindustriais; Maranhão; Desenvolvimento socioeconômico.

**Abstract:** *What is the contribution of the agri-industrial soy system to the economic and social development of Maranhão in the Northeast of Brazil? To answer this question, economic, sociocultural and political-administrative dimensions were analyzed, based on primary and secondary data of the 2015/2016 crop period and construction of 38 indicators. The system was responsible for 11.747 direct employment, R\$ 52 million in state taxes, U\$ 700 million in exports and na extense network of 64 organizations and other forms of cooperation, supported by strong cooperation and trust between actors and a very competitive environment. Nevertheless, the relation between agents and authorities should be considered as critical due to a lack of support and cooperation by the public sector, even though the presence of a highly regulated electronic control of its agentes. Maranhão and its history have already taught that mere stimulating exports of primary goods and inertia of authorities in promoting value added products will not promote development.*

**Keywords:** *Agri-industrial systems; Maranhão; Socioeconomic development.*

## INTRODUÇÃO

Desde o século XVII, a economia do Maranhão segue primordialmente o modelo agroexportador. A partir dos anos 1980 iniciou-se o plantio de soja, que em 2015 alcançou aproximadamente 800.000 hectares e se tornou a atividade agrícola mais importante do estado. No mesmo ano, as condições logísticas foram aprimoradas, como a construção do Terminal de Grãos do Maranhão e a finalização da Ferrovia Norte Sul, interligando o Centro-Oeste com o Porto de São Luís e viabilizando a exportação de 10 milhões de toneladas de grãos até 2025.

A sojicultura no Maranhão tem sido criticada por acadêmicos e grupos sociais, que alegam impactos negativos a estruturas sociais e ao meio ambiente, enquanto seus defensores apontam para a geração de emprego e renda numa região castigada por baixos índices de desenvolvimento e falta de diversificação econômica.

A produção de soja faz parte de um complexo sistema de agentes econômicos que mantêm extensas inter-relações entre eles, com outros setores da economia e, também, com o setor público e apenas uma análise holística seria capaz de fornecer novos dados, possibilitando um debate mais objetivo na sociedade maranhense e dar resposta ao problema central desta pesquisa: Qual a contribuição do sistema agroindustrial (SAG) da soja para o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão? Relacionado ao problema central, devem ser respondidas as seguintes perguntas: Quais são os valores da produção e exportação deste sistema e quais os empregos e tributos gerados no estado? Além dos produtores de soja, quantos outros agentes são envolvidos neste SAG? De que forma os atores deste sistema se inter-relacionam e efetuam suas transações e, como são os nexos destes agentes com o poder público? Para responder tais questões, foram analisadas as dimensões econômica, sociocultural e político-administrativa do SAG da soja. Somente se estas três dimensões, objetos de análise, alcançarem níveis satisfatórios, o sistema em si teria capacidade de desencadear impulsos positivos sobre o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Por tanto, parte-se da hipótese de que a produção de soja e todas as atividades relacionadas exercem efeitos significativos sobre o desenvolvimento socioeconômico do estado, contestando trabalhos acadêmicos que questionam tais impactos positivos.

Os próximos parágrafos tratam da revisão da literatura, da metodologia, dos resultados e das conclusões finais, respectivamente. Para maior detalhamento, sugere-se a consulta na pesquisa original desenvolvida por Dörner (2017).

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Nesta serão abordados os conceitos de agronegócio, sistema agroindustrial da soja, Nova Economia Institucional e desenvolvimento endógeno e exógeno.

### **2.1 Agronegócio**

Davis e Goldberg apontaram as inter-relações dentro e fora das fazendas como fatores responsáveis pela transformação da agricultura de subsistência em um sistema de produção mercantil e altamente interligado com outros segmentos da economia. O termo *agribusiness* foi definido como “a soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de insumos para as propriedades rurais, as próprias operações de produção nas fazendas, o armazenamento, processamento e distribuição destes produtos e seus derivados.” (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2).

A visão clássica divide o agronegócio em três segmentos: *antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira*. O segmento *antes da porteira* inclui a produção e disponibilização de insumos e a prestação de serviços voltados para a agropecuária e produção nas fazendas em si, como máquinas, equipamentos, fertilizantes, componentes químicos e biológicos, medicamentos veterinários, vacinas, compostos orgânicos, melhoramentos genéticos, sementes, rações e todos os tipos de implementos, além de pesquisa, extensão rural, elaboração de projetos, créditos e financiamentos, capacitação de recursos humanos, infraestrutura, análises laboratoriais, consultorias, assessorias jurídicas e técnicas, serviços de monitoramento e tecnologias de

informação. No segmento *dentro da porteira* estão contidas todas as operações da própria produção e dentro dos limites das propriedades rurais, enquanto o segmento *depois da porteira* engloba todas as operações de processamento e distribuição, incluindo canais de comercialização e logística, até o consumidor final (CALLADO, 2009).

## **2.2 Sistema agroindustrial da soja**

Em 1998, Lazzarini e Nunes desenvolveram o modelo do sistema agroindustrial da soja. O enfoque estava na identificação das transações entre os agentes e a divisão do sistema em seis segmentos: (1) a indústria de insumos; (2) a produção agrícola; (3) os originadores; (4) as esmagadoras e refinadoras incluindo a indústria de derivados de óleo; (5) a distribuição e (6) os consumidores finais. Apesar de não mencionar de forma explícita a divisão em *antes, dentro e depois da porteira*, esta sequência se manteve, sendo a indústria de insumo, a produção agrícola e os segmentos restantes pertencentes a estas três categorias, respectivamente.

Os mesmos autores observaram também a existência de aspectos regionais de SAGs. Segundo eles, a região Sul é caracterizada por um polo tradicional com propriedades agrícolas menores, presença expressiva de cooperativas e plantas processadoras, porém, com menor escala e significativa integração com as indústrias de carnes. Em contrapartida, a região Centro-Oeste é uma área produtiva mais recente, com escala de produção maior e plantas processadoras de maior magnitude.

No Maranhão, Piauí e Tocantins, as propriedades não alcançam o tamanho das unidades do Centro-Oeste e existe apenas uma unidade processadora em cada estado: Porto Franco, Uruçuí e Aguiarnópolis, respectivamente.

## **2.3 Nova Economia Institucional**

A Nova Economia Institucional teve sua origem nos trabalhos de Ronald Coase. Posteriormente, Oliver Williamson veio a implementar a teoria dando destaque para os atributos da transação, que são os elementos

responsáveis pela estrutura de governança, a qual adotada mitiga os custos de transação. Por muito tempo, estes custos foram negligenciados pela Teoria Neoclássica e devem ser passíveis de análise juntos com os custos de produção mais tradicionais e perceptíveis. Neste sentido, custos de transação sempre ocorrem quando um bem ou serviço é transferido de um estágio para outro, no qual são necessárias novas capacidades tecnológicas ou transferência de direito de propriedade dos ativos para sua transformação ao longo do sistema. Nos processos de relacionamentos comerciais normalmente ocorrem custos de transações, os quais devem ser os menores possíveis. Metaforicamente os custos de transações podem ser considerados como o atrito num sistema mecânico, este é tolerado até um determinado momentos após vira um grande problema. O mesmo acontece com os custos de transações, que quando muito elevados trazem muitos problemas para as pessoas que estão se relacionando (WILLIAMSON, 1975).

Uma das vertentes da Nova Economia Institucional é a análise do ambiente institucional e como sua evolução determina as interações humanas e influencia diretamente seu desempenho econômico, haja vista seus impactos diretos sobre custos de produção e de transação. Portanto, o ambiente institucional pode ser visto como um sistema que limita a ação dos agentes econômicos para quaisquer trocas, sendo de tipo político, social ou econômico (NORTH, 1992, p. 5). Por conseguinte, deve objetivar a criação de um entorno adequado para seus agentes e a possibilidade de desenvolver suas pretensões, mas somente alcançará seus objetivos se os mecanismos de imposição destas regras efetivamente funcionarem (NORTH, 1992).

#### **2.4 Desenvolvimento endógeno versus exógeno**

*Desenvolvimento regional endógeno* pode ser entendido como processo de crescimento econômico de uma região pela mudança estrutural. Este crescimento ocorre pela capacidade de uma região de agregar valor sobre a produção local, reter excedentes econômicos e atrair excedentes de outras regiões. O resultado seria o aumento dos níveis de produção, emprego e renda na região (AMARAL FILHO, 2001).

Neste sentido, “endógeno” é interpretado como um processo não induzido por elementos e fatores externos, resultado de um planejamento centralizado, seja da iniciativa pública, como o Estado, ou privada, por empresas multinacionais. Trata-se de um andamento movido pelos próprios atores presentes na região (BRAGA, 2002, p. 25). Conforme um produtor de soja na região Leste,<sup>5</sup> não existem órgãos públicos de apoio para a sojicultura, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que atua em outras regiões do País e tampouco instituições de pesquisa voltadas à agricultura em grande escala no estado. Outro produtor da mesma região resumiu o cenário numa simples frase: “só nós e nós!”<sup>6</sup> Estes relatos dão indícios de que se trata de um processo movido pelos próprios agentes presentes na região, sem apoio significativo do poder público.

Para desencadear o desenvolvimento endógeno, seria necessário o conjunto de três dimensões: econômica, sociocultural e político-administrativa. A dimensão econômica criaria um sistema de produção capaz de gerar economias de escala com aumentos da produtividade e capacidade competitiva com outros mercados. Em relação a segunda dimensão, a sociocultural, este promoveria a formação de um sistema de relações econômicas e sociais, movido por instituições locais e valores como capacidade de apoio. E a terceira dimensão, a político-administrativa originaria iniciativas locais para formar um marco favorável para a produção e o desenvolvimento sustentável (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000). As dimensões sociocultural e político-administrativa estão relacionadas, no entanto, enquanto a primeira se refere às relações dentro da sociedade, a segunda faz referência às relações que a sociedade mantém com instituições políticas, como a administração pública (PUTNAM, 1995).

Somente a organização sistêmica das unidades locais de produção e sua formação em redes de empresas seria capaz de gerar economias de escala com rendimentos crescentes e, ao mesmo tempo, reduzir os custos de transação, para garantir a competitividade necessária da região (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000). Também, deve existir mobilização local ou regional para promover as capacidades técnicas, financeiras e gerenciais *in loco*, atividades de associativismo, cooperativismo e empreendedorismo, além de permitir a

---

<sup>5</sup> Produtor 28, entrevista realizada em 30 de abril 2016.

<sup>6</sup> Produtor 29, entrevista realizada em 1º de maio de 2016.

participação democrática e proativa de organizações (empresas), instituições (poder público e entidades de interesses) e atores sociais (sociedade civil) existentes (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000). Assim sendo, estruturas familiares, sociais e culturais, tradições locais e códigos de conduta da população podem favorecer ou limitar este processo (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000).

Em vista disso, desenvolvimento endógeno é uma aproximação “de baixo para cima”, em que os atores locais públicos e privados assumem a responsabilidade das ações e investimentos e o controle do processo de desenvolvimento. E somente quando a região for capaz de estabelecer uma organização social eficaz, uma complexa malha de instituições e agentes comprometidos com este processo, existirá a possibilidade de transformar crescimento econômico em desenvolvimento. É importante que ocorra uma integração do social com o econômico, ou seja, distribuição de renda e crescimento econômico convergem para um único processo. Neste, os atores, tanto públicos quanto privados, direcionam seus investimentos para solucionar problemas locais ou regionais com efeitos diretos sobre outras empresas e a economia regional como um todo (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000).

A existência de um SAG da soja dentro do estado com estas características seria capaz de desencadear desenvolvimento endógeno, ponto central desta pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

Foi empregado o método monográfico, com a obtenção de certas generalizações sobre um grupo ou conjunto de atividades específicas. As técnicas de pesquisa aplicadas foram documentação indireta, em forma de pesquisa bibliográfica e documentação direta de observação e aplicação de questionários e entrevistas.

Todos os dados foram obtidos entre abril e outubro de 2016, tanto por fontes secundárias, como bancos de dados oficiais, quanto por fontes primárias, como a aplicação de 70 questionários semiestruturados, 9 entrevistas não estruturados com agentes do SAG da soja e observação direta.

Referente à dimensão econômica, escolheu-se *economias de escala* como variável dependente com o intuito de demonstrar a competitividade do

SAG da soja, condição básica imprescindível para as análises posteriores, já que sem viabilidade econômica, as outras dimensões não teriam capacidade de gerar efeitos positivos sobre o desenvolvimento socioeconômico (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000).

Para a dimensão sociocultural, foi escolhida *relação entre agentes* como variável dependente para verificar se esta dimensão possui condições de apoiar significativamente a dimensão econômica (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000). Esta dimensão é composta por sete variáveis, e sua medição foi realizada por nove indicadores. A escolha baseou-se em variáveis utilizados por North (1992), Grootaert *et al.* (2003), Zylbersztajn (2005b) e Silva *et al.* (2015).

Na dimensão político-administrativa, as quatro variáveis independentes foram firmadas por onze indicadores, sendo a base de construção destes indicadores os conceitos de Putnam (1996). A variável dependente foi *relação entre agentes do SAG e o poder público*.

Para todas as dimensões adotou-se o critério de que, se a maioria dos indicadores da respectiva dimensão alcançasse nível satisfatório, toda a dimensão teria o mesmo direcionamento.

## **4 OS EFEITOS DO SAG DA SOJA NO MARANHÃO**

Nesta seção serão apresentados os resultados e discussões nas dimensões econômica, sociocultural, e político-administrativa do SAG soja no Maranhão.

### **4.1 Dimensão econômica**

Foram identificados 672 agentes que empregavam 11.747 funcionários na safra e 8.528 na entressafra. 408 estabelecimentos, ou 61% do total, pertenciam ao segmento *dentro da porteira*, o mais importante e, responsável por 52% dos funcionários na safra e 49% na entressafra. O segundo segmento mais expressivo, o *antes da porteira*, era composto por 103 estabelecimentos, 15% do total. Neste, eram empregados entre 2.077 e 1.668 funcionários, 17 e 19% do total, variando conforme o período de safra e entressafra.



Apesar de o segmento *depois da porteira* somente ter registrado 4% dos estabelecimentos, sua participação nos empregos gerados na safra e entressafra estava em torno de 22%, o que correspondia a 2.665 e 1.891 empregos gerados nos períodos de alta e baixa temporada. Este segmento apresentou uma média de empregados maior do que os outros.

Geograficamente, a região Sul do estado concentrou mais de dois terços dos estabelecimentos e três quartos dos funcionários empregados na safra e entressafra, confirmando o grande destaque da região como aglomeração produtiva e de atividades relacionadas. Ressaltam-se a operação da única esmagadora de soja no estado em Porto Franco e as operações logísticas de recebimento de soja pelo modal rodoviário e seu posterior embarque no modal ferroviário para o envio ao Porto do Itaqui. Desta forma, a região foi responsável por mais de 90% dos funcionários *dentro da porteira*, 50% *antes da porteira* e ainda por mais de 70% *depois da porteira*, demonstrando equilíbrio entre segmentos e consolidação como aglomeração produtiva.

A segunda área mais importante foi a região Norte, apesar da inexistência de estabelecimentos produtivos de soja. Nesta região foram contabilizados apenas 10% dos estabelecimentos, mas 15% dos empregos devido a grande concentração de atividades *antes da porteira*, em especial as indústrias de fertilizantes, demandante de elevada quantidade de mão de obra, e também pela logística na comercialização da soja e embarque para o exterior. A região correspondeu por 42% dos funcionários no segmento *antes da porteira* e 26% *depois da porteira*.

Em 2015, a produção e transporte dos 2,09 milhões de toneladas de soja produzidas e fornecimento com seus respectivos insumos consumiram 50,59 milhões de litros de óleo diesel. Em 2015, o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) do óleo diesel foi R\$ 2,78 e a alíquota 17%, resultando em R\$ 23,91 milhões de ICMS recebidos pelo Maranhão.

No mesmo ano, o Maranhão também recebeu R\$ 5,94 milhões através da Lei Kandir, R\$ 216.004 em CIDE combustíveis e R\$ 6,65 milhões em ICMS pelas empresas produtoras de fertilizantes.

Outra receita considerável para o estado do Maranhão resultou do arrendamento de cada um dos quatro lotes de 40.327 m<sup>2</sup> da área total de

161.308 m<sup>2</sup> do TEGRAM no Porto do Itaqui, administrado pela EMAP e a movimentação de soja para exportação de R\$ 15.386.384.

Em total, a receita tributária para o Maranhão resultante do SAG da soja totalizou R\$ 52 milhões.

## 4.2 Dimensão sociocultural

Nesta dimensão, foi analisado o *Capital Social*, nesta pesquisa denominado como *relações entre os agentes do SAG da soja*, para verificar de qual forma contribuiu para fortalecer o sistema econômico já examinado anteriormente. Analisaram-se as características das relações comerciais entre os agentes e as formas de organização social encontradas.

Tanto fornecedores quanto comercializadoras escolheram o tempo de relacionamento como o critério mais importante, seguida pela relação pessoal com o vendedor.

Em vista disto, a estrutura de governança predominante, ou seja, a forma da organização das relações comerciais pelos agentes para minimizar custos de transação, tem sido a forma contratual.

Neste sentido, a relação de cooperação e confiança é apontada por 100% dos fornecedores e comercializadoras e 96% dos produtores como *muito importante* ou *importante*, favorecida pela proximidade geográfica dos agentes do SAG. No entanto, alguns produtores da região Leste e da nova região produtiva no Oeste do estado, reclamaram da distância para as aglomerações e a dificuldade de ter a devida assistência no processo produtivo. Outro produtor, da região Sul, que planta soja no Amapá, também destacou “a importância da proximidade dos fornecedores e produtores devido à complicada logística para conseguir insumos e assistência técnica para o estado do Norte, acarretando em elevados custos e consideráveis riscos empresariais.”<sup>7</sup> Portanto, a infraestrutura e a concentração do SAG em alguns polos ainda dificultam melhor cobertura de produtores afastados em alguns centros produtivos tradicionais e, sobretudo, nas novas frentes agrícolas, especialmente, no Oeste do estado.

O SAG revela elevado capital social através de ações de empreendedorismo e associativismo de seus atores locais, capazes de apoiar o

---

<sup>7</sup> Produtores 39, 40, 57 e 65 nas regiões Leste, Sul e Oeste, entre 16 de maio e 16 de junho de 2016.

sistema econômico existente. Em total, foram contabilizados 672 empreendedores e 64 organizações sociais, além de múltiplas formas de cooperação entre agentes do SAG em 39 municípios. As relações entre seus atores apresentam caráter positivo devido ao cumprimento das obrigações e acordos estabelecidos e à reciprocidade, veracidade e cooperação. Além da existência de regras formais como contratos, estão em vigor regras informais que impõem sanções que preveem até a exclusão do sistema para agentes infratores.

Ainda existe enorme potencial de crescimento, visto que cooperativas agrícolas, consideradas a forma mais avançada das organizações sociais para acelerar o desenvolvimento endógeno, não foram implementados pelos agentes do SAG da soja no estado, apesar da existência de iniciativas para a sua formação por produtores na região de Balsas. Provavelmente, este movimento deve ser fortalecido nos próximos anos diante de crescentes pressões por maior competitividade.

#### **4.3 Dimensão político-administrativa**

A dimensão político-administrativa se refere às características das relações dos agentes do SAG com os respectivos governos e se existe influência sobre a formulação de políticas públicas direcionadas para a atividade sojícola. Logo, foram analisadas também as principais instituições ou normas legais, que regem as relações de seus agentes com o poder público.

A relação entre produtores e poder público também é de suma relevância para o desenvolvimento do SAG da soja. 91% dos produtores e comercializadoras e 74% dos fornecedores acharam  *muito importante* ou  *importante* a cooperação com o poder público estadual e federal, enquanto a cooperação com o poder municipal obteve avaliação de importância bem menor. Os fornecedores avaliaram a relação com o governo federal menos importante, visto que o agronegócio, segundo eles, depende mais de fatores externos como cotações de  *commodities* e menos do envolvimento direto do poder federal, apesar de sua importância em relação à política macroeconômica.<sup>8</sup> Mesmo com percentuais menores na avaliação como importante para a esfera municipal,

---

<sup>8</sup> Fornecedores 112 e 115 em 6 e 7 de junho de 2016 na região Sul.

“apesar de não poder usufruir de um setor público participante, sua presença é essencial”. Pela experiência adquirida há bastante tempo, os fornecedores esperam pouco da esfera pública para considerá-la participante, mas, “se pelo menos o poder público fizesse estradas já estaria muito bom.”<sup>9</sup>

Igualmente, os produtores reclamaram da ausência de um poder público ativo, mas, mesmo assim, consideram a relação como muito relevante, pois sem esta conexão “é impossível trabalhar”. O grande potencial de um estado presente estaria na possibilidade de “trazer mais grupos empresariais fortes na área do agronegócio, se o poder público tivesse mais seriedade e compromisso.”<sup>10</sup> Neste sentido, “o papel mais importante seria do poder estadual, pois possui mais possibilidade de interação, enquanto o poder municipal é limitado pelos recursos e somente importante para declarar estado de calamidade pública em caso de estiagem para liberar verbas para os produtores.”<sup>11</sup>

As avaliações dos agentes do SAG em relação às políticas públicas alcançaram níveis muito baixos e apenas o governo federal cumpre parcialmente seu papel, em especial ao oferecer linhas de crédito acessíveis via instituições financeiras.

Os agentes do SAG também avaliaram a influência de suas respectivas associações de interesse como limitada. 63% dos fornecedores, 44% dos produtores e 33% das *tradings* avaliaram o grau de influência de sua respectiva categoria, entre atores e suas associações, como *inexistente* ou *baixo*. Somente os produtores acreditaram numa influência maior da sua categoria através dos próprios atores ou de suas entidades representativas.

Os fornecedores justificaram o baixo índice pelo fato de que “as empresas são pequenas e por isto, possuem pouca influência sobre as políticas públicas.”<sup>12</sup> Também, foi alegado que “não há organização dos fornecedores para defender seus interesses”<sup>13</sup> e, “como tudo depende da política e os agentes são de fora, tampouco querem comprar briga.”<sup>14</sup> Concluíram que, “a política não

---

<sup>9</sup> Fornecedores 110 e 115 em 4 e 7 de junho de 2016 no Sul.

<sup>10</sup> Produtores 29, 61 e 62 nas regiões Leste e Sul, entre 4 de maio e 13 de junho de 2016.

<sup>11</sup> Produtores 36 e 38 em 4 de maio de 2015 no Leste.

<sup>12</sup> Fornecedor 103 em 4 de maio de 2016, região Leste.

<sup>13</sup> Fornecedor 119, 14 de junho de 2016, região Sul.

<sup>14</sup> Fornecedor 101, 19 de abril de 2016, Leste.

quer saber da sojicultura e nem percebeu que o agronegócio é o pulmão da economia local, mas, se descobrissem, a atitude poderia mudar.”<sup>15</sup>

Os produtores explicaram os moderados níveis de sua influência sobre políticas governamentais pela “falta de interesse e preocupação do poder público com a produção de soja”<sup>16</sup>, e, talvez, “pela falta de tradição neste cultivo” ou, simplesmente, “desconhecimento.”<sup>17</sup> No entanto, algumas ações resultaram em êxito, como, por exemplo, “na esfera municipal, a declaração do estado de calamidade pública em caso de períodos de estiagem, condição necessária para a prorrogação dos prazos de créditos dos produtores”<sup>18</sup> e “restauração de estradas vicinais.”<sup>19</sup>

No que tange às normas legais, estas foram analisadas para fornecedores, produtores e comercializadoras. Para os fornecedores, foram verificadas as normas vigentes referente aos tipos de insumos, entre eles sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas. Não foram verificadas as normas em relação aos implementos agrícolas e outros insumos. Ressalta-se que as instituições foram tratadas conforme os segmentos do SAG, no entanto, a maioria das normas se aplica a vários segmentos, como, por exemplo regulamentos de insumos que valem também para produtores e foram listados somente para fornecedores. Em resumo, o sistema é regido por uma legislação amplamente complexa e cadastros eletrônicos que permitem fiscalização das atividades pelas autoridades a qualquer momento, e, desta forma, limitando a atuação dos agentes do SAG.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desempenho do SAG da soja representa um sistema econômico de alta *performance* sem precedentes no estado e suas premissas deveriam servir para quaisquer outras atividades econômicas a serem desenvolvidas pelos setores privados e públicos no Maranhão. Na safra 2015/2016, o SAG da soja produziu 2 milhões de toneladas de soja. Constituiu-se por 672 agentes econômicos que geraram 11.747 empregos durante a safra, exportaram U\$ 700

---

<sup>15</sup> Fornecedor 112 e 116, 6 e 10 de junho de 2016, Sul.

<sup>16</sup> Produtores 22, 34, 41, 47 e 50 entre 19 de abril e 3 de junho de 2016 nas regiões Leste e Sul.

<sup>17</sup> Produtores 24 e 49 em 19 de abril e 2 de junho, região Leste.

<sup>18</sup> Produtor 30, região Leste, em 2 de maio de 2016.

<sup>19</sup> Produtor 31, em 2 de maio de 2016, Leste.

milhões e ainda foram responsáveis por R\$ 52 milhões em arrecadações para os cofres públicos do estado.

Na dimensão sociocultural, existem fortes relações sociais entre todos os atores, caracterizadas pela cooperação e confiança, e ainda fortalecidas por contratos formais e mecanismos informais de alta eficácia para a punição de eventuais infratores. O empreendedorismo de seus 672 agentes é excepcional, diante de todos os desafios enfrentados durante os últimos 40 anos, pois, existe um ambiente altamente favorável à inovação tecnológica, baseado na união entre fornecedores, produtores e comercializadoras. Todos os agentes são amparados por associações, em total foram identificadas 64, que representam seus interesses, excetuando apenas a forma mais avançada da organização social, o cooperativismo, mas, justificável pelo estágio incipiente das organizações sociais no SAG da soja, como a APROSOJA-MA, fundada apenas recentemente em 2013. Portanto, o SAG da soja é um exemplo de como formas de capital social vêm fortalecendo seu desempenho econômico e social, caracterizado pelo elevado grau de profissionalismo e firme encadeamento entre seus agentes. Diante da certeza pelos agentes em relação ao cumprimento de compromissos mútuos assumidos de forma escrita e não escrita, ocorre considerável redução de seus custos de transação e, como consequência, apoio à dimensão econômica e a sua competitividade. Como na dimensão econômica, a esfera sociocultural também deve servir de padrão para outras atividades econômicas a serem desenvolvidas no estado pela iniciativa privada e pública.

Relativamente à dimensão político-administrativa, os agentes do SAG estão totalmente inseridos em sistemas eletrônicos de elevado controle, tanto fiscal e econômico como ambiental, o que permite a total transparência de suas ações e sanções severas em caso de descumprimento. A existência de um sistema de normas formais de ampla complexidade afeta positivamente o SAG, visto que ampara quem opera conforme as regras. Contudo, pode ocasionar efeitos negativos em caso de excesso de legislação e burocracia e lentidão na sua execução.

A relação de cooperação e confiança entre os agentes do SAG e o poder público, apesar de sua importância apontada pelos agentes do SAG, carece de eficácia e é caracterizada pela falta de compromisso das autoridades, como promessas e acordos não cumpridos, e pouca transparência, sobretudo em

relação a autorizações ambientais pela SEMA. O governo estadual carece de políticas públicas para o desenvolvimento do SAG da soja e vêm priorizando o apoio a atividades extrativistas e culturas de subsistência.

Dessa maneira, a competitividade do SAG da soja no Maranhão está seriamente ameaçada na dimensão político-administrativa, visto que a falta de confiança e cooperação entre agentes do SAG e poder público vem ocasionando aumentos significativos dos custos de transação, que, dificilmente podem ser compensados a longo prazo. Existe assimetria na relação entre ambos, já que ocorrem constantes esforços pelos agentes do SAG para melhorar a conexão com o poder público, não obstante, sem a devida reciprocidade.

É fundamental priorizar a agregação de valor, porque, historicamente, o estado já experimentou fracassos na exportação de seus produtos agrícolas como mera matéria prima, entre eles algodão e arroz nos séculos XVIII e XIX e açúcar nos séculos XIX e XX, baseados na falta de modernização do processo produtivo no campo e transformação em produtos industrializados e de maior valor agregado. Além disto, a produção de soja no Maranhão possui potencial de crescimento bastante limitado, devido a áreas restritas como indígenas, quilombolas, parques estaduais e reservas legais obrigatórias, que na região Oeste chegam a 80% das propriedades. Também, existem problemas fundiários e ainda há níveis de topografia muito divergentes e pluviometria irregular em grandes partes do estado. Somam-se a estes fatores riscos empresariais, elevado grau de endividamento dos produtores, infraestrutura deficitária e incertezas políticas. O maior potencial é atribuído à região Oeste com áreas de pastagens degradadas estimadas em 180.000 hectares, no entanto, a sojicultura vem disputando estas terras com o plantio de eucalipto, incentivado pela Suzano Celulose, que se instalou em Imperatriz no final de 2013.

Relativamente ao SAG da soja, recomendam-se trabalhos científicos para analisar as mais variadas formas de contratos estabelecidos entre os elos do sistema e os níveis de tecnologia na produção, entre outros, visto que a sojicultura ainda oferece enormes campos de pesquisa para a sociedade acadêmica. Também, devem ser aprofundados trabalhos sobre a relação entre os agentes do SAG e o Poder Público, sobretudo, do ponto de vista das autoridades frente aos atores do sistema.

Certamente, tais pesquisas possibilitariam maior objetividade no debate entre sociedade e agentes do SAG e contribuiriam para novos caminhos do desenvolvimento do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, junho de 2001, IPEA. p. 261-286.

BRAGA, Tânia Maria Moreira. Desenvolvimento local endógeno. Entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), Recife, n. 5, maio de 2002. p. 23-37.

CALLADO, Antônio André Cunha; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Sistemas agroindustriais. In: **Agronegócio**. CALLADO, Antônio André Cunha (organizador). 2. ed. – 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-19.

DÖRNER, Stefan Hubertus. **Análise do sistema agroindustrial da soja e seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico e social do Maranhão**. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio: Toledo-PR, 2017. 320 p.

GROOTAERT, Christiaan; NARAYAN, Deepa; JONES, Veronica Nyhan; WOOLCOCK, Michael. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)**. Banco Mundial, Grupo Temático sobre Capital Social. 23 de junho de 2003. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>. Acesso em: 3 de março de 2017.

LAZZARINI, Sérgio Giovanetti; NUNES, Rubens. Competitividade do sistema agroindustrial da soja. In: FARINA, Elisabeth Maria Mercier Querida; ZYLBERSZTAJN, Décio. **Competitividade no agribusiness brasileiro**. Volume V. São Paulo: PENSA/USP/IPEA, 1998.

NORTH, Douglass C. **Transaction costs, institutions, and economic performance**. International Center for Economic Growth. San Francisco, 1992. 32 p.

PUTNAM, Robert D. Turning in, turning out: The strange disappearance of social capital in America. American Political Science Association. PS: **Political Science and Politics**, vol. 28, n. 4, december, 1995. p. 664-683.

\_\_\_\_\_. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. edição. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 260 p.



SILVA, Ana Carolina Cozza Josenda da; FURTADO, Juliana Haetinger; ZANINI, Roselaine Ruviano. Evolução do empreendedorismo no Brasil baseada nos indicadores do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). **Revista Produção Online**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 2, abril/junho 2015. p. 758-780.

VÁZQUEZ BARQUERO. Antonio. **Desarrollo economico local y descentralización**: aproximación a un marco conceptual. Proyecto CEPAL/GTZ “Desarrollo economico local y descentralización en América Latina”. CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Santiago, 2000. 51 p.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. **Markets and hierarchies**: Analysis and antitrust implications. New York: Free Press, 1975. 286 p.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Economia das organizações. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005b. p. 23-38.

## CAPÍTULO 5

### O BIOGÁS NO OESTE DO PARANÁ: POTENCIALIDADE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS À LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

Udo Strassburg

Weimar Freire da Rocha Jr.

**Resumo:** O objetivo foi identificar e analisar os fatores institucionais, organizacionais, tecnológicos, dos negócios, competitivos e do meio ambiente que estão influenciando o sistema agroindustrial do biogás na região Oeste do Paraná em função da atividade de reaproveitamento dos dejetos produzidos pelas atividades da suinocultura. Foi realizada uma pesquisa de campo (*survey*), com abordagem qualitativa. A metodologia utilizada foi a do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC. No âmbito institucional pode-se destacar a Resolução Normativa ANP nº 8/2015, como o recurso que dará suporte ao sistema. As organizações ligadas ao biogás, no Oeste do Paraná, apresentam poucas contribuições. No ambiente tecnológico verificou-se que há necessidade de desenvolver avanços para ser utilizado nas pequenas propriedades. Em relação ao ambiente competitivo foi verificado que o biogás ainda não é um produto que possui mercado. Com o meio ambiente há uma preocupação constante, mas há necessidade de obter retorno sobre o investimento realizado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Biogás; NEI.

**Abstract:** *The aim was to identify and analyze the institutional, organizational, technological, business, competitive and environment factors, which are influencing the agro-industrial system of biogas in western Paraná state (Brazil), due to the recycling activity of waste produced by the activities of pig farming. While the procedures used consisted in a field research (survey), whit approach qualitative. The methodology used was the Discourse of the Collective Subject (DCS) method. At the institutional scope can be highlighted the Resolução Normativa ANP nº 8/2015, as the resource that will support the system. Organizations linked to biogas in Western Paraná state have few contributions. In the technological environment it was found that there needs to develop advances for use in small farms. Regarding the competitive environment was found that biogas is still not a product it has market. With the environment there is a constant concern, stating that there is a need for return on investment.*

**Keywords:** *Regional development; Biogas; NIE.*

## INTRODUÇÃO

É cada vez maior a demanda por energia pela sociedade contemporânea e a busca por novas alternativas energéticas vem sendo

pesquisada, pelo fato de que algumas fontes energéticas tradicionais estarem em processo de contingenciamento, como é o caso do petróleo e do carvão, os quais ademais causam danos ao meio ambiente, gerando gases de efeito estufa.

A busca por fontes renováveis, menos poluentes e mais eficientes, que possam ser sustentáveis, passa a ser requisito fundamental para que os países consigam aumentar a sua participação no consumo deste tipo de energia, podendo-se citar, como exemplo, a energia eólica ou da biomassa (etanol, biogás, biodiesel, etc.). Observa-se que a produção de energia renovável está ganhando relevância pela possibilidade de produção contínua e por afetar com menor intensidade o meio ambiente.

O biogás atende grande parte dos requisitos necessários para uma energia renovável, uma vez que existe a possibilidade de transformar dejetos em fonte de energia com múltiplas funções como: crédito de carbono, cogeração de energia, geração de energia para automóveis, para residências e para indústrias, com a possibilidade de todas elas serem utilizadas conjuntamente.

Ademais, o biogás proveniente da suinocultura – foco deste artigo – contempla os requisitos de ser renovável, e tem o potencial de solucionar um problema ambiental vivenciado em regiões onde existe uma grande população de suínos, como o Oeste do Paraná; com isto, se consegue transformar um material poluidor em fonte de energia.

O potencial poluidor, mais o volume de dejetos provoca preocupações para os municípios onde a suinocultura é intensa, pois não possuem um canal adequado para dar destino a estes resíduos que podem causar sérios danos ao meio ambiente, principalmente relacionados ao solo e à água.

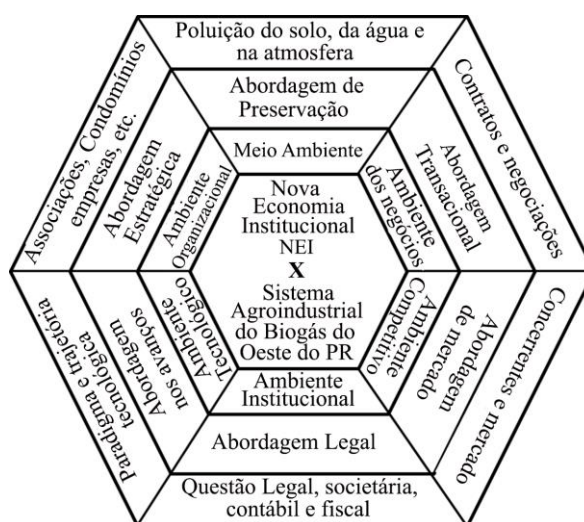
Neste sentido, o objetivo deste capítulo é identificar e analisar os fatores institucionais, organizacionais, tecnológicos, dos negócios competitivos e do meio ambiente que estão influenciando o sistema agroindustrial do biogás na região Oeste do Paraná na atividade de reaproveitamento dos dejetos produzidos pela atividade de criação de suínos.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura tratada neste estudo foi focada nas perspectivas criadas pelo modelo apresentado na Figura 1, que contempla seis vértices que serão tratados nos próximos parágrafos.

No centro da Figura 1 encontra-se o referencial teórico da Nova Economia Institucional, que com o uso de seus argumentos teóricos gerou o levantamento das variáveis que foram fundamentais para estabelecer as relações de causa e efeitos para se atingir os objetivos do estudo. Assim, nos próximos parágrafos será tratado sobre a Nova Economia Institucional.

Figura 1 – Ambientes e abordagens do sistema agroindustrial do biogás com foco na NEI.



Fonte: Adaptado de Farina (1999).

A Figura 1 corresponde a um hexágono que compõe algumas facetas da Nova Economia Institucional (NEI) e está representando as seis vertentes trabalhadas na presente pesquisa, as quais representam os diversos ambientes da NEI. Para cada um destes ambientes foi dada uma ênfase ou abordagem que foi trabalhada com o objetivo de embasar e desvendar o Sistema Agroindustrial do Biogás no Oeste do Paraná.

### 2.1 A Nova Economia Institucional – NEI

O processo de evolução teórica da NEI existentes nos dias de hoje está amparado nas discussões iniciais com Veblen (1974), Commons (1996) e

Mitchell (1927), os quais são conhecidos como “antigos” institucionalistas. O debate à época girava em torno da abrangência e do alcance das instituições, que não deveriam estar envoltas apenas em interesses e objetivos pessoais, mas sim em torno de fatores que influenciam ou contemplam a sociedade de forma que todos tenham regras a seguir e, também, apoio para que as regras sejam cumpridas.

A Nova Economia Institucional foi consolidada pelos estudos de Coase (1937) e de Williamson (1975; 1985; 1996) ao apresentarem os atributos da transação. North (1990) avança no conceito de instituições e os seus estudos somados aos de Williamson, Coase, Demsetz, Alchian, entre outros, que deram origem ao programa de pesquisa da NEI (RUTHERFORD, 1994).

A Nova Economia Institucional (NEI) é considerada uma extensão e expansão da economia neoclássica: extensão por concentrar-se na teoria dos preços e por ser “neo utilitarista”, uma vez que as instituições são derivadas de interesses, e expansão por relaxar os pressupostos de informação perfeita, racionalidade limitada e, conseqüentemente, de mercados perfeitos (TIGRE, 1998).

Na NEI, as instituições são definidas como restrições formais (constituições, leis, direitos de propriedade) ou informais (tabus, tradições, costumes e religião), ou seja, com as regras do jogo econômico, social, político ou do próprio jogo institucional (NORTH, 1994).

“Instituições é o termo genérico que os economistas institucionais utilizam para representar o comportamento regular e padronizado das pessoas em uma sociedade, bem como as ideias e os valores associados a essas regularidades” (BUENO, 2004, p. 362). Este comportamento pode ser fundamentado em leis, normas e regulamentos, ou mesmo de costumes convencionados pelas pessoas. Uma das funções para a criação das instituições é diminuir os custos contratuais, desta forma inibindo os comportamentos oportunistas dos envolvidos nos negócios, garantido que a punição possa ser maior que o ganho de oportunidade.

Para North (1990; 1991; 1993; 1994), as instituições representam as regras do jogo e as organizações os jogadores, os quais deverão entrar em campo sabendo jogar, conhecendo as regras e querendo ganhar.

Na sequência serão abordados os ambientes destacados na Figura 1, em que o primeiro será o Ambiente Institucional que corresponde “ao conjunto de regras – formais e informais” (SAES, 2000, p. 167).

O foco central da proposta da Nova Economia Institucional (NEI) são as instituições, que se constituem como sendo o principal regulador das atividades e interações humanas. Na sua definição amplamente citada, North (1991, p. 3) destaca que as instituições estão para as “regras do jogo”, assim como as organizações estão para os “jogadores”, ou mais formalmente, as regras são as restrições humanas criadas que moldam a interação humana.

O segundo a ser abordado é o Meio Ambiente que com o crescente aumento da população surge a necessidade de aumento da produção e, conseqüentemente, a elevação do consumo. O aumento desenfreado do consumismo e o conseqüente descarte de produtos, o crescente aumento da produção de resíduos, a enorme quantidade de emissão de gases prejudiciais à natureza remetem a serem revistas diversas questões.

E assim a população deve estar focada na preservação do meio ambiente, garantindo uma vida melhor para as próximas gerações.

A terceira abordagem é o ambiente organizacional que é composto pelas organizações, encarregadas de dar suporte para o funcionamento do sistema. Elas são dinâmicas, em condições de visualizar as necessidades de mudanças e tomar as suas decisões rapidamente, já que o órgão gestor é composto de pessoas próximas, de fácil acesso e interessados nos mesmos objetivos.

O próximo é o ambiente competitivo que está ligado às formas de organização do mercado, é influenciado pelo modelo de gestão utilizado pelos produtores, associações, condomínios, cooperativas e demais empresas ligadas ao biogás; desta forma, são abordados alguns aspectos sobre este ambiente de negócios.

O ambiente competitivo é aquele em que todos possuem as mesmas chances, é chamado de mercado de concorrência perfeita, mas somente ganham aqueles que sabem utilizar melhor os recursos produtivos (físicos, humanos e financeiros), colocados a sua disposição e com os quais se deve trabalhar, otimizando a utilização e se adequando as regras do jogo que cada organização está sujeita.

Na sequência vem o ambiente dos negócios brasileiros que está avançando lentamente, principalmente em relação à diminuição da burocracia existente ao necessitar de um serviço público e isto, muitas vezes, inibe os investidores a aplicarem seus recursos.

Já o ambiente tecnológico está relacionado diretamente com o desenvolvimento, utilização e necessidade de tecnologia que a organização tem para seguir com suas atividades, oferecendo produtos e serviços ágeis, acompanhando as mudanças e os avanços que acontecem com muita rapidez.

As inovações tecnológicas e organizacionais têm possibilitado uma nova trajetória para a organização interna da firma e sua interação com o mercado.

### **3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa foi realizada no Oeste do Paranaense, que possui 50 municípios. A população dos atores pesquisados teve como base os dados obtidos junto aos órgãos representados pelas Associações de Produtores de Suínos, pelos Sindicatos Rurais, pelos condomínios fundações e pelos institutos de pesquisa de cada município que abrange a pesquisa. Como delimitação do universo da pesquisa, as organizações que disponibilizaram seus agentes para responder ao questionário estão localizadas nos 10 municípios com maior efetivo de suínos do Oeste do Paraná. Os municípios são: Toledo, Marechal Cândido Rondon, Nova Santa Rosa, Serranópolis do Iguaçu, Itaipulândia, Cascavel, Entre Rios do Oeste, Medianeira, Quatro Pontes e Catanduvas.

O presente trabalho é uma pesquisa empírico-analítica, descritiva, onde foi utilizado o levantamento (*survey*). É qualitativa, com a utilização do método de pesquisa denominado Discurso do Sujeito Coletivo – DSC que, segundo Lefevre e Lefevre (2012, p. 23), “consiste num conjunto de instrumentos destinados a recuperar e dar a luz às Representações Sociais – RS, mormente as que aparecem sob a forma verbal de textos escritos e falados, apresentando tais representações sob a forma de painéis de depoimentos coletivos”.

O levantamento dos dados da pesquisa foi realizado no ano de 2015, tomando por base o depoimento de 14 dirigentes de organizações.

As questões que subsidiaram as entrevistas tiveram oito momentos distintos, a saber: 1º Momento: Foram coletados dados sobre os entrevistados; 2º Momento: Tratou sobre o sistema agroindustrial do biogás; 3º Momento: coletou-se dados sobre o Meio ambiente; 4º Momento: Sobre o ambiente dos negócios; 5º Momento: Sobre o ambiente competitivo; 6º Momento: Obteve-se dados sobre o ambiente institucional do Oeste Paranaense. 7º Momento: Sobre o ambiente tecnológico do Oeste do Paraná. 8º Momento: E para finalizar obteve-se dados sobre o ambiente organizacional no Oeste Paranaense.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo é tratado o sistema agroindustrial do biogás na perspectiva dos seus principais atores: os dirigentes das organizações líderes do sistema agroindustrial do biogás do Oeste do Paraná, realizando a análise do discurso do sujeito coletivo, onde foram verificadas e analisadas as categorias identificadas em cada uma das questões constantes no questionário aplicado.

##### *O sistema agroindustrial do biogás no Oeste do Paraná*

Devido as recentes Resoluções Normativas da ANEEL (482/2012 e 664/2015), da Nota Técnica da EPE (13/2014) e da Resolução ANP (08/2015), o sistema produtivo do biogás começa a ganhar novamente atenção. Os pontos tratados nestes documentos são: o acesso de microgeração e minigeração distribuído aos sistemas de energia elétrica, os estudos realizados sobre o cenário, a eficiência energética e a capacidade de oferta de energia com a geração distribuída e a definição clara dos produtos como biogás, biometano, GNV, com as regras para a sua comercialização. Estes são passos importantes para que o sistema agroindustrial do biogás possa ganhar espaço e gerar energia de forma significativa.

Neste sentido a maioria dos entrevistados possui entre muito boas e boas perspectivas em relação ao futuro do biogás na região, gerando novos empregos, renda, com a articulação política do setor. Os pontos que foram destaques em relação a desafios, estão relacionados a união de forças para



desenvolver, investimento em tecnologia e abertura de crédito, incentivos e renda.

#### *As instituições ligadas ao sistema agroindustrial do biogás*

No ambiente institucional estão envoltos o sistema legal e as regulamentações que embasam todas as questões relativas ao marco regulatório das atividades mais comuns ao dia a dia das pessoas. No ambiente institucional ainda estão envoltos o sistema político, as políticas macroeconômicas e as políticas setoriais governamentais que são fundamentais para que se consiga acesso à participação na criação de leis, normas, linhas de crédito e recursos para o setor. Também estão envoltos as tradições e os costumes de cada lugar, região ou de cada cidadão e este é o tema da terceira pergunta, buscando verificar de que forma eles influenciam o sistema agroindustrial do biogás.

Os achados foram no sentido de que há necessidade uma regulamentação específica e envolvimento político para o setor do biogás para que ele possa desenvolver e ter vida própria.

#### *As organizações ligadas ao sistema agroindustrial do biogás*

O ambiente organizacional é destacado como uma série de organismos que são compostos de pessoas que têm o objetivo de juntar forças para serem melhores. E, neste sentido, foram questionados os dirigentes de diversos tipos de organizações que tinham envolvimento com a criação de suínos e, conseqüentemente, com a produção de dejetos para a produção de biogás. Dentre as organizações pesquisadas estavam às organizações públicas e privadas, os sindicatos e os institutos de pesquisa da região.

Sobre as contribuições das organizações para o bom funcionamento do sistema os achados foram os seguintes: Elas não estão oferecendo as contribuições para o biogás, que seriam esperadas; não foram destacadas ações das organizações no sentido de aumento do consumo dos produtos derivados do biogás; elas não atuam em conjunto ou em união para o fortalecimento do biogás; não foram destacadas organizações que coordenam os trabalhos para fortalecimento do biogás na região, mas foram destacadas algumas que estão

atuando com maior intensidade, mas de forma isolada, que são: “prefeituras e o grupos de estudos”; “SEBRAE”; e mais intensamente o “CIBiogás”. Também foi verificado que está faltando “conhecimento, ações e opinião”, “organização”, “investimento, financiamento e incentivo” e “acreditar, envolvimento político, união e coordenação”. E por último foi verificado que investem pouco em atividades econômicas socialmente produtivas para o desenvolvimento do sistema agroindustrial do biogás.

#### *A tecnologia ligada ao sistema agroindustrial do biogás*

O outro ambiente tratado envolve o paradigma tecnológico e as fases da trajetória tecnológica. E é neste último sentido que foram feitos os questionamentos, tentando obter dados sobre a atual fase da trajetória tecnológica do biogás, se são suficientes, em qual ponto necessita maior desenvolvimento e se são acessíveis aos produtores de suínos do Oeste do Paraná.

Os achados em relação aos recursos tecnológicos para a produção, armazenamento e distribuição do biogás “não são suficientes” e que “falta comprovar que são suficientes e que dão retorno”. Falta maior empenho e desenvolvimento tecnológico “na usinagem e na filtragem do biogás” e no desenvolvimento de “novos produtos que funcionem a base de biogás” e que os recursos tecnológicos de ponta relacionados à produção do biogás “não são acessíveis do ponto de vista econômico e financeiro”.

#### *A competição no sistema agroindustrial do biogás*

O ambiente competitivo está envolto no ciclo de vida da firma, na sua estrutura, nos padrões de concorrência e na característica de consumo.

Indagados se o biogás é um produto competitivo ou se possui mercado, foi respondido o seguinte: o biogás “não é competitivo e não possui mercado” e “falta desenvolver mais para ser competitivo e ter mercado”. E que o objetivo principal da produção de biogás, é para “consumo próprio e a venda”, deixando claro que “as perspectivas são grandes e são boas” e “que seja que seja voltado para a produção de energia e gás veicular”. Indagados sobre a

concorrência no mercado do biogás foi respondido que “não vejo concorrentes”, mas que a “Copel e o GNV”; “a história do biogás”; “o gás de xisto”; “as leis” impõem algum empecilho para o seu progresso.

#### *As transações no sistema agroindustrial do biogás*

Outro ponto abordado foi o ambiente transacional que se enquadra nas estratégias individuais de cada segmento, seja ele produtor ou distribuidor. O foco neste ambiente foi em relação aos tipos de transações, o ambiente em que as mesmas ocorrem e a confiabilidade das informações repassadas sobre o sistema.

Sobre se há negociações com o biogás, respostas foram no sentido de que “ainda não existem negociações” e que visualizam um ambiente de incertezas em termos de futuro, negócios, de continuidade e de renda e que as informações repassadas para os produtores em relação ao sistema agroindustrial do biogás são confiáveis.

#### *O meio ambiente no sistema agroindustrial do biogás*

No último ponto a ser destacado, foi decidido verificar qual é a visão dos componentes do sistema agroindustrial do biogás em relação ao meio ambiente, já que a atividade de criação de suínos é extremamente poluidora do ar, da água e do solo. Este é um assunto que abrange toda a NEI, ou melhor, abrange a todos, quer instituições, organizações, indivíduos, devendo ser parte prioritária para uma atividade que pode causar sérios danos à natureza se isto não for levado a sério.

A produção de biogás estaria como uma alternativa de complementação de renda e cuidado com o meio ambiente e diminuição de custos, mas também foi detectado que “não compensa investir sem que o financeiro esteja envolvido” (retorno). Foi destacado também que o biofertilizante pode trazer alguns benefícios para os produtores com a diminuição de custos. Outro destaque verificado com o discurso do sujeito coletivo foi de que com a produção do biogás a atividade de criação de suínos

“não afeta mais o meio ambiente” e a minoria acha que “ainda afeta um pouco o meio ambiente”.

## **CONCLUSÕES**

Os resultados alcançados que se referem ao alcance dos objetivos foram identificados nos seguintes fatores que merecem destaque:

Fatores do ambiente institucional - Foi verificado que existem poucas regulamentações específicas e as que existem são bem recentes; que há pouco envolvimento político; que não existem tradições e costumes em relação ao biogás e estas têm influenciado pouco a atividade de produção de biogás a se desenvolver. Estes fatores são de suma importância, pois são eles que darão sustentabilidade e segurança ao sistema, dando condições para que se possa ter um desenvolvimento fundamentado no que é regulamentado pelo país.

Fatores do ambiente das organizações - As organizações estão mais focadas na atividade de produção de suínos, deixando um pouco de lado a questão dos dejetos e a produção de biogás; não estão se unindo estrategicamente para que possam se desenvolver com segurança; não possuem uma organização que coordene de forma geral as atividades do SAG, destacando problemas sérios de cooperação e de governança; algumas organizações estão se envolvendo procurando fazer algumas coisas em prol do SAG, que são: o SEBRAE, o CIBiogás-ER, algumas prefeituras, alguns produtores, por meio de convênios, grupos de estudos.

Fatores do ambiente tecnológico - No ambiente tecnológico um dos responsáveis pelo desenvolvimento de algumas tecnologias, principalmente para pequenos produtores, é o CIBiogás-ER; a tecnologia disponível no mercado, em especial no mercado externo, é boa e suficiente, porém é muito cara, tornando inviável o investimento; o que está faltando é comprovar que a tecnologia existente pode acarretar retorno satisfatório ao investimento; a tecnologia brasileira geralmente é adaptada, envolvendo outros produtos desenvolvidos para outras atividades, provocando um custo de manutenção muito alto, principalmente a corrosão.

O ambiente dos negócios ainda está em fase de desenvolvimento; diversos estudos estão sendo feitos para que se possa ter bases concretas e

condições de viabilizar os negócios com o biogás; o biogás ainda não possui mercado e também não é competitivo.

O ambiente competitivo não existe no SAG, assim como também não existe um mercado efetivo para o biogás; as organizações pesquisadas estão à espera para que o biogás se torne viável, competitivo e tenha mercado; há muitas incertezas neste ambiente, estando a confiabilidade nas informações repassadas aos interessados, sem muita credibilidade.

Fatores relacionados ao meio ambiente - Entre os fatores relacionados ao meio ambiente foi detectado que poucos produtores estão investindo em biodigestores; que os dejetos, muitas vezes, são deixados a céu aberto, liberando os gases tóxicos na atmosfera; também foi verificado que há necessidade de soluções urgentes para este problema; que os produtores estão cientes disto; que a maioria dos produtores só vai investir em biodigestores se tiver algum retorno financeiro, em um prazo razoável.

Perspectivas do Sistema Agroindustrial do Biogás no Oeste do Paraná

As perspectivas são grandes pelo fato de que 79% dos entrevistados destacaram que as perspectivas estão entre boas e muito boas. A esperança de que a atividade de produção de suínos possa ganhar um aliado para ajudar a cobrir os seus custos, está bem presente nas entrevistas realizadas.

Desafios do Sistema Agroindustrial do Biogás no Oeste do Paraná -

Os desafios encontrados se referem à necessidade de estar unindo forças para que o SAG possa se desenvolver; também relacionado ao investimento em novas tecnologias que se mostrem viáveis e com baixo custo para resolver o problema com o meio ambiente; que se possa conseguir a abertura de créditos específicos para a atividade de produção de biogás; que se consigam incentivos fiscais e que haja possibilidade de se auferir uma renda extra ou alternativa para a atividade. Este é um ponto que corrobora com a necessidade do ambiente organizacional, que é a união de forças para progredir.

Potencialidades do Sistema Agroindustrial do Biogás no Oeste do

Paraná – O Oeste do Paraná era responsável, em 2014, por 55,36% do efetivo de suínos existente no Paraná e isto correspondia a 3.540.150 cabeças, 175,15% superior a população estimada para a região, que era de 1.286.612, em 2014. E assim verifica-se que existiam 2,75 cabeças de suíno para cada habitante.

Os resultados demonstraram que foi possível encontrar respostas para o problema, como pode ser constatado nos destaques relacionados acima, tanto referentes à identificação dos diversos fatores, como em relação às perspectivas, aos desafios e às potencialidades do sistema.

O Sistema Agroindustrial do Biogás no Oeste do Paraná, está em fase de desenvolvimento, necessitando de muito trabalho para que possa se consolidar e utilizar energia renovável nos próprios estabelecimentos. Ainda, espera fornecer para a rede, indústrias, comércios, residências e, assim, obter a renda tão esperada pelos produtores, auxiliando o desenvolvimento do Oeste do Paraná.

Chegou-se, então, à conclusão de que foram alcançados os objetivos propostos, quando foram destacados os diversos fatores ligados a NEI que estão influenciando o sistema agroindustrial do biogás de forma positiva e de forma negativa. A ideia que se tinha em relação ao SAG do biogás no Oeste do Paraná é que ele estaria em pleno funcionamento, com um ambiente competitivo saudável, muitos contratos e transações. Mas isto não foi confirmado e, sim, que ele tem um bom caminho a percorrer, avançando em todos os aspectos abordados neste trabalho. Também foi detectado que o mais importante já foi vencido, que é relacionado à Resolução Normativa ANP nº 8/2015, que trata sobre os conceitos, a qualidade e a comercialização do biogás. Neste sentido, espera-se que este seja o início de muitas conquistas para que o sistema agroindustrial do biogás possa se consolidar e trazer muitos benefícios para o Oeste do Paraná, conseguindo uma solução para o SAG do biogás no Oeste do Paraná e, também, para o meio ambiente.

## **REFERÊNCIAS**

ANEEL. Resolução Normativa nº 482 de 2012, Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2012482.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ANEEL. Resolução Normativa nº 502 de 2012, Regulamenta sistemas de medição de energia elétrica de unidades consumidoras do Grupo B. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2012502.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Resolução ANP no 8, de 30 de janeiro de 2015 – DOU 02 de fevereiro de 2015. Disponível em:

[http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/resolucoes\\_anp/2015/janeiro/ranp%208%20%202015.xml?f=templates\\$fn=document-frame.htm\\$3.0\\$q=\\$x](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/resolucoes_anp/2015/janeiro/ranp%208%20%202015.xml?f=templates$fn=document-frame.htm$3.0$q=$x).

Acesso em: 15 dez. 2015.

COASE, R. H. The nature of the firm. *Econômica*, n. 4, nov. 1937.

COMMONS, J. R. Institutional Economics. In: RUTHERFORD, M.; SAMUELS, W. J. (orgs.). *John R. Commons: Selected Essays*. London: Routledge, 1996. p. 443-452.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Ministério de Minas e Energia. Nota Técnica DEA 13/14 – Demanda de Energia 2050. Brasília. 2014.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. *Revista Gestão e Produção*, v. 6, n. 3, p. 147-161, dez. 1999.

GALA, P. A Teoria institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2, abr./jun. 2003.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. *Pesquisa de Representação Social: um enfoque qualitativo*. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

MITCHELL, W. C. *Business cycles: the problem and its setting*. 1. ed. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1927. Disponível em: <<http://www.nber.org/books/mitc27-1>>.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University, 1990.

\_\_\_\_\_. *Institutions*. *J. Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

\_\_\_\_\_. *Economic performance through time*. *The American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.

\_\_\_\_\_. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

RUTHERFORD, M. *Institutions in economics: the old and the new institutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SAES, M. S. M. *Organizações e instituições*. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). *Economia e gestão de negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 165-186.

TIGRE, P. B. *Inovação e teorias da firma em três paradigmas*. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 3, p. 67-111, 1998.

TOYOSHIMA, S. Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das idéias de Douglas North. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 1, 1999.

VEBLEN, T. A Teoria da Classe Ociosa – um estudo econômico das instituições. Trad. OlíviaKrähenbühl. São Paulo: Ática, 1974.

WILLIAMSON, O. Evolution of International Management Structures. Ed. Harold F. Williamson. *Business History Review*, Cambridge University Press, v. 49, n. 4, p. 507-509, dec. 1975.

\_\_\_\_\_. The economic institutions of capitalism – firms, markets, relational contracting. New York: Free-Press, 1985.

\_\_\_\_\_. The mechanism of governance. New York: Oxford University Press, 1996.



## CAPÍTULO 6

### DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MÉDIO ALTO URUGUAI: PERCEPÇÕES, IMPASSES E ALTERNATIVAS

**Claudia Cristina Wesendonck**

**Jandir Ferrera de Lima**

**Resumo:** O objetivo da pesquisa foi analisar o perfil do desenvolvimento regional do Médio Alto Uruguai, seus impasses e alternativas, a partir da atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU). O método utilizado foi à análise exploratória, descritiva e explicativa do problema e a avaliação formativa. Realizaram-se coletas de dados primários e secundários, com o uso de entrevistas e questionários, os quais foram tratados pelo método Delphi. Os resultados da pesquisa apontaram que nos últimos 05 anos, nenhum dos 22 municípios da região apresentou alto padrão de desenvolvimento. A área de emprego e renda apresentou baixo nível de desenvolvimento. Os atores têm a percepção que o emprego e renda são os principais entraves ao desenvolvimento regional. O perfil do desenvolvimento humano apresentou bons resultados, mas há baixo investimento produtivo e econômico na região, os avanços no desenvolvimento humano não impactaram na criação de emprego e renda.

**Palavras-chave:** Conselho de Desenvolvimento; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Econômico; Governança; Rio Grande do Sul.

**Abstract:** *The aim of this research has been to analyze the profile of the regional development of Middle High Uruguay, the difficulties and alternatives, from the performance of the Regional Council for the Development of Medium High Uruguay (CODEMAU). The method used was the exploratory, descriptive and explanatory analysis of the problem and the formative evaluation. Primary and secondary data collections were performed using interviews and questionnaires and were treated by the Delphi method. The results of the survey pointed out that for the last 5 years, none of the 22 cities in the region had a high developmental pattern. The field of employment and income presented a low level of development. The actors have the perception that employment and income are the main obstacles to regional development. The human development profile presented good results, but there is low productive and economic investment in the region, advances in human development have not impacted to bring job and income.*

**Keywords:** *Development Council; Regional Development; Economic Development; Governance; Rio Grande do Sul.*

## INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988, várias questões sobre o planejamento e o desenvolvimento socioeconômico do Governo Federal dispuseram-se aos governos estaduais e municipais. Com esse repasse de competência, surgiram novas articulações entre diferentes atores das regiões visando o desenvolvimento econômico e social, as quais acabaram por originar organizações sociais, a exemplo dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1991, com foco no desenvolvimento socioeconômico de suas regiões.

Os COREDES foram instituídos formalmente em 1994, atualmente há 28 conselhos atuando como fóruns de discussão da sociedade e órgãos auxiliares de planejamento regional, por meio da consulta popular (COREDES, 2010).

Trata-se de uma instância intermediária entre Governo Estadual e municipal, espaço para a democracia e a governança, no qual, atores do desenvolvimento socioeconômico podem discutir sobre o planejamento da sua região e propor alternativas e ações em prol do desenvolvimento regional (BANDEIRA, 1999).

A área e objeto de estudo desta pesquisa é o Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU). Situado na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com o Estado de Santa Catarina. O CODEMAU é composto por representantes de 22 municípios e sua atuação abrange uma população total de 151.357 habitantes, sendo 54,74% residentes no meio urbano e 45,26% no meio rural. A sede localiza-se no município de Frederico Westphalen - RS, polo microrregional, que possui a maior estimativa populacional da região com 30.558 habitantes em 2015 (IBGE, 2016; CODEMAU, 2016).

A economia regional é focada na pequena agroindústria, agricultura familiar, prestação de serviços e comércio em geral. A região possui a maior concentração de minifúndios do Estado, com 20.457 estabelecimentos rurais, totalizando 326.843 hectares, predominando a agricultura familiar, evidenciando sua aptidão agrícola. A participação da agropecuária na economia da região é superior à média estadual. A indústria de transformação, com pouca

participação na economia restringe-se ao beneficiamento de produtos primários (SEPLAG, 2016; IBGE, 2016).

Essa pesquisa, identifica, discute e busca compreender o padrão de desenvolvimento econômico da região do Médio Alto Uruguai, pela análise do índice Firjan de Desenvolvimento Municipais (IFDM) e demais dados coletados junto a órgãos de pesquisa. Ademais, discute o posicionamento desses dados pelos atores do desenvolvimento, que atuam junto ao CODEMAU. Ainda com características socioeconômicas que poderiam desencadear processos de desenvolvimento, a região possui indicadores de desenvolvimento socioeconômicos abaixo da média estadual e nacional, à frente apenas ao COREDE Sul. A realidade socioeconômica da região pode ser melhor interpretada a partir de indicadores de desenvolvimento socioeconômicos. Entre as possibilidades de indicadores de desenvolvimento existentes, foi escolhido o IFDM, para mensurar as falhas apontadas na área de emprego e renda. Por fazer uso de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS que pertence ao Ministério do Trabalho e do Emprego (SEPLAG, 2016).

O IFDM foi analisado entre os anos de 2005 a 2013 em sua edição de 2016, a qual demonstrou situação delicada vivenciada pelos 22 municípios que compõem a região do Médio Alto Uruguai, qual seja: a maior parte dos municípios se encontra em nível moderado de desenvolvimento. Ressalta-se que o principal ponto deficitário entre as subáreas do IFDM relaciona-se ao emprego e renda, caracterizando-se como problema regional. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi analisar o perfil do desenvolvimento na região do Médio Alto Uruguai, seus impasses e alternativas, a partir da atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai.

## **2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL**

Entre as várias definições para o conceito de desenvolvimento, há a relacionada ao desenvolvimento econômico, cuja complexidade combina-se as dimensões espaciais, sociais e individuais. O desenvolvimento não é um fenômeno a ser explicado apenas economicamente, mas deve ir muito além de diretrizes que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1985).

O processo de desenvolvimento regional é direcionado à sociedade em geral, na qual indivíduos, dotados de sentimento de pertencimento àquela determinada região, buscam a qualificação, o aperfeiçoamento e melhorias contínuas, como formas de alcançarem melhores condições de vida no espaço em que residem. O processo não depende de encontrar uma confluência de recursos e fatores de produção, mas de provocar e mobilizar os recursos e aptidões que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados no espaço regional. O enfoque é a mobilização da capacidade e potencial de cada região. Atribui-se, um importante papel aos atores de desenvolvimento, ao Estado, aos Conselhos de desenvolvimento, a quem cabe estabelecer estratégias adequadas e equacionar os desequilíbrios resultantes do processo de desenvolvimento econômico e seus rebatimentos espaciais (HIRSCHMANN, 1961).

Por tratar-se de um processo dinâmico, com várias faces, é relevante buscar as possíveis delimitações próprias e as especificidades regionais. O processo de desenvolvimento regional não se apresenta como um estágio, que tem que ser superado ou ainda um modelo a ser seguido.

O perfil do desenvolvimento socioeconômico regional pode ser alterado por investimentos em capital humano, que pressupõe maiores aportes em saúde e educação. Uma população mais produtiva auferirá maiores ganhos em termos de Produto Interno Bruto (PIB), melhorando o PIB per capita e as condições de emprego e renda das regiões, pois mais produção e produtividade pressupõem mais excedentes e mais competitividade às empresas. Torna as regiões mais atrativas aos investimentos, principalmente em educação possibilitarão às regiões o crescimento em termos econômicos, mas também a melhoria das condições de vida e melhoria dos indicadores do desenvolvimento (SCHULTZ, 1987).

Dumais et al (2005) afirmam que há dois elementos norteadores do crescimento e do desenvolvimento econômico regional: os empreendedores, com sua competitividade e inovações; o Estado, como agente fomentador e indutor do processo, quando necessário. A competitividade e as inovações dos empreendedores, capitaneados nas suas empresas, dependem do componente humano. O fomento e a intervenção do Estado precisam encontrar um “terreno fértil” que se reflete nas condições da população responder aos estímulos estatais por meio da qualificação, da produtividade, do empreendedorismo e das

inovações. Reflete-se na expansão do PIB e nas condições de emprego e renda regional.

A mensuração do desenvolvimento socioeconômico exclusivamente por meio do PIB não atende as prerrogativas da dimensão do conceito, pois desenvolvimento pressupõe algo mais amplo. Pesquisadores vinculados às Organizações das Nações Unidas (ONU) sugeriram a necessidade da agregação de outros indicadores: saúde, educação, ocupação e habitação para definir a amplitude do termo desenvolvimento. Surgiram os indicadores como medidas parciais da realidade socioeconômica das regiões e países (SIEDENBERG, 2003).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990 apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em seu relatório anual, consolidou-se uma concepção complexa de desenvolvimento, agregando questões econômicas e aspectos sociais em um índice. A partir do IDHM a mensuração do desenvolvimento passou a levar em conta: esperança de vida ao nascer, alfabetização e escolaridade e o poder de compra per capita. O indicador utilizado na pesquisa foi da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, FIRJAN, que foca em pesquisas voltadas ao desenvolvimento das regiões, e elaborou o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), estudo que acompanha o desenvolvimento dos municípios brasileiros em três grandes áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde.

### **3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

O procedimento metodológico utilizado para atender o objetivo foi à análise descritiva e explicativa. Avaliou-se a percepção do desenvolvimento regional dos membros do CODEMAU e a atuação do Conselho em ações para sanar o problema do desenvolvimento regional apontado pelos gestores, por meio da coleta dos dados primários, a qual ocorreu por meio de duas rodadas de questionários, estruturados e tratados com o método Delphi e uma entrevista dirigida, na qual foram distribuídos 70 questionários para os atores e lideranças regionais, que ocorreram durante as audiências públicas do CODEMAU, de Julho a Novembro de 2015. Realizou-se a pesquisa documental com arquivos do

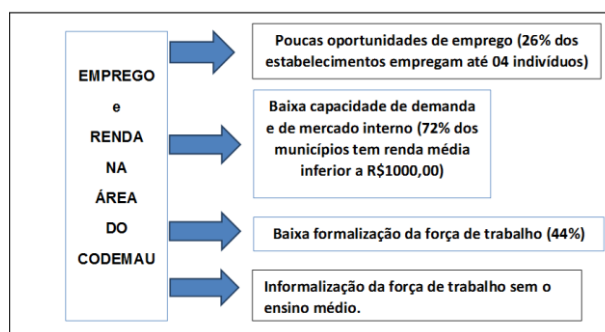
CODEMAU, Fórum dos COREDES-RS, SEPLAG e do Governo Estadual. Com os dados secundários se fez uso de informações do Governo Estadual, FEE, IFDM total dos anos de 2012 e 2013 e da sua subárea de Emprego e Renda de 2005 a 2013, e, dados da RAIS de 2005 a 2015, para fundamentar a problemática regional do emprego e renda.

Com os dados coletados, foi possível discutir os pontos positivos e negativos das políticas de desenvolvimento regional, a efetividade das suas intervenções e a atuação do CODEMAU no quesito emprego e renda. A abordagem metodológica se caracterizou pela discussão de alternativas e ações via conselho em prol do desenvolvimento regional e o impacto de suas ações, implicando em uma avaliação formativa.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apontaram que 44% dos atores do CODEMAU tem a percepção que o quesito emprego e renda é o principal entrave ao desenvolvimento regional. Alinhando-se essa percepção com os resultados do IFDM emprego e renda. Seguem, na Figura 1, as principais fraquezas quanto Emprego e Renda.

Figura 1: Emprego e Renda na área do CODEMAU: fraquezas



Fonte: Wesendonck (2016), a partir de dados da RAIS (2016).

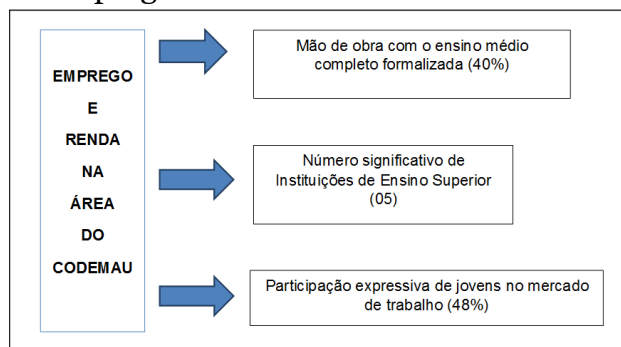
Com a percepção da problemática, os atores não propuseram ou realizaram ações estratégicas para revertê-la, como o direcionamento de projetos ou atividades para criação de cenários atrativos a investimentos públicos e privados. Identificou-se a necessidade da ampliação e geração de vagas de emprego, pois o nível de informalidade na região atinge mais de 40%

da força de trabalho em atividade. O CODEMAU não criou um ambiente atrativo para investimentos, propícios à inovação e ao empreendedorismo interno para impulsionar o desenvolvimento econômico. Reforçou-se o círculo vicioso do baixo nível de emprego e renda na região, não houve a geração de um montante significativo de empregos formais, sem contar a baixa qualificação da mão de obra e a oferta de mais oportunidades no mercado de trabalho para a inserção de homens e mulheres. O que reforça a necessidade de projetos e ações no auxílio do desenvolvimento econômico na região.

Quanto à atuação do CODEMAU, nas ações apontadas por seus atores para sanar os problemas do desenvolvimento regional, verificou-se que 91% dos atores apontaram o emprego e renda como principal problema da região, convergindo com dados secundários. No quesito emprego e renda, no período de 2005 a 2013, nenhum município do CODEMAU apresentou alto índice de desenvolvimento. Apenas 9% se enquadraram na faixa de desenvolvimento moderado, que são os municípios de Frederico Westphalen e Pinhal. Enquanto 82% dos municípios se enquadraram na faixa de desenvolvimento regular e outros 9% apresentaram baixo desenvolvimento (Caiçara e Gramado dos Loureiros). Nota-se desencontro das ações em prol do desenvolvimento regional, remete dificuldade na articulação na atuação dos atores do desenvolvimento, no fomento de investimentos que conduzam a melhorias nos índices de emprego e geração de renda, o que demonstra baixa qualidade de vida. Mas, as variáveis do desenvolvimento humano do IFDM tiveram bons resultados.

Entre as alternativas e ações, destaca-se o direcionamento de recursos privados e públicos em recursos e atividades em que já haja conhecimento técnico/prático, e posteriormente, diversificar em outras áreas de atuação. Há conscientização para a transformação das forças apresentadas em oportunidades, que possam impulsionar o desenvolvimento econômico regional. Apresentam-se as forças do emprego e renda na região na Figura 2.

Figura 2: Emprego & Renda na área do CODEMAU: forças



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da RAIS (2016).

Os jovens buscam lugar no mercado do trabalho, 48% da mão de obra da região é composta por eles, ponto positivo, quando se olha pela agilidade e vigor físico em indústrias e possibilidades de ascensão profissional, e ponto negativo, pois de toda a massa trabalhadora da região, 40% possuem o ensino médio, não retornando a escola. Apenas com incentivos e fomento a uma educação integradora, inclusiva e diversificada que incentive os jovens a se qualificarem cada vez mais haverá mudanças no entorno.

Verificou-se baixo investimento produtivo na região, demonstrando que os investimentos na área humana, via CODEMAU, não impactaram na melhoria do IFDM total e na geração de emprego e renda. Demonstra-se urgência do direcionamento de políticas públicas e mobilização social em ações para o estímulo do desenvolvimento regional, por meio de melhorias na área econômica para impactar na melhora dos índices. Dos atores, 79% alegaram desconhecer ou não saber responder qual seria a falha na atuação do CODEMAU para sanar o problema regional, identificando a falta de engajamento e foco em relação às ações em prol da criação de emprego e renda (RAIS, 2016).

## CONCLUSÕES

A pesquisa analisou o perfil de desenvolvimento regional da região do Médio Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul, seus impasses e alternativas, a partir da atuação do CODEMAU. Utilizou-se como parâmetro para o estágio do desenvolvimento regional o desempenho dos municípios no IFDM. Buscou-se, junto aos atores, lideranças e gestores regionais identificar e



compreender suas percepções quanto ao perfil do desenvolvimento da região. Elencou impasses, alternativas e ações para reverter a problemática regional do emprego e renda, que foi a mais frágil no desempenho do IFDM.

O planejamento do desenvolvimento depende do engajamento e participação dos atores, gestores, e das instituições no direcionamento de alternativas que fomentem o desenvolvimento regional, no qual seria fundamental a articulação via CODEMAU. Tanto que na atuação nas demandas eleitas entre 2005 a 2015, o foco dos investimentos foi em áreas do desenvolvimento humano. Os valores destinados as áreas do desenvolvimento econômico foram inferiores e com menor percentual de adesão pela comunidade. A região foca em problemas emergentes de ordem social e tal investimento não trouxe retorno às questões de ordem econômica ou influenciando na melhora do IFDM total. As ações via CODEMAU, possuem enfoque imediatista, como reformas, configurando-se como questões de ordem pública de obrigação do Governo Estadual. Os investimentos em capital humano se perdem pela falta de oportunidades de emprego e de geração de renda acarretando no êxodo de mão de obra qualificada.

Para as lideranças, as ações e alternativas do CODEMAU para a melhoria da conjuntura de emprego e renda regional, identificaram-se pontos positivos como: fomento à cidadania e participação nas decisões; e, pontos negativos, como falta de engajamento da sociedade e transparência, e reducionismo na ação do conselho. Quanto às alternativas ao desenvolvimento econômico regional, identificou-se: investimentos em formação e qualificação, recuperação logística planejamento regional focado na pequena propriedade rural e valorização da agroindústria. Como ações, há: estudos setoriais, fomento e capacitação dos atores, criação de ambientes atrativos a investimentos, Pesquisa & Desenvolvimento e incubadoras tecnológicas, que são possibilidades de investimentos de médio e longo prazo. As alternativas e ações podem reverter à situação problemática do quesito do emprego e renda regional, por meio de investimentos pontuais, fomentando suas potencialidades e sanando ou minimizando suas fragilidades.

As ações para melhorar a região podem tomar quatro rumos: 1º) estimular economias locais; 2º) fortalecer a estrutura de governança por meio da presença participativa dos membros, fortalecendo seu poder decisório e

político frente ao governo do Estado para capitanear investimentos; 3º) melhorar a atuação conjunta de atores e gestores em prol da economia regional, a partir de ações de desenvolvimento endógeno via CODEMAU, para estimular ações endógenas ao invés de esperar por ações do governo Estadual; e, 4º) interligar políticas implementadas entre os setores com fórum de debate permanente com poder de deliberação e adequação da região. A economia regional é voltada ao setor primário e de transformação agroindustrial, sendo a alternativa viável, em curto prazo, para o desenvolvimento regional, em duas frentes: 1º) subsidiar a pequena agroindústria familiar, para atender a primeira transformação na pequena propriedade rural, aumentando a renda familiar e; 2º) fortalecer a industrialização de produtos agrícolas de forma ampla, congregando produtores e criando escala de transformação, convertendo-se em região agroexportadora de produtos de maior rentabilidade e agregação de valor.

Alternativas nas melhorias da renda na agropecuária passam pela agroindustrialização e ações de capacitação dos produtores rurais. As ações devem fortalecer o desenvolvimento sustentável e a pluriatividade no meio rural, focando na inclusão social e em melhoria nas condições de vida e renda. Surtindo efeitos de curto prazo, ajudando na melhoria do emprego e renda dos agricultores e do pequeno comércio. A longo prazo a variável educação e inovação são fundamentais para a geração de emprego e renda ao inserir a economia local e regional em um novo patamar de produtividade e de ambiente de negócios. A educação tecnológica e o estímulo ao empreendedorismo são essenciais para agregar tecnologias à produção local e regional impulsionando o desenvolvimento regional. As medidas de intervenção regional e as políticas públicas devem focar grupos específicos com medidas de curto e longo prazo para melhorar os indicadores socioeconômicos e condições de vida.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 1999.

CODEMAU – Conselho Regional de Desenvolvimento Regional. In.: GIRARDI, E. (Org.) et al. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional**. Frederico Westphalen, URI: 2016.

COREDES. Pro-RS IV. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Passografic, 2010.

DUMAIS, S.; MALO, M-C.; RAEFFLET, E. **Les liens d’interrelation et le dynamisme économique d’une MRC gaspésienne**. Organisations et Territoires, Québec, vol. 14, no.1, p.79-86, 2005.

HIRSCHMANN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura: 1961.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

**População por município**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430850&lang=>>.

Acesso em: 12, Mai. 2016.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Vínculos. In.: **Consultas Personalizadas**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 18, Out. 2016.

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo: o segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEPLAG - Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 2015.

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico**. Revista Desenvolvimento em Questão, n° 01, p. 03-18, 2003.

## CAPÍTULO 7

### CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DE ALIMENTOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

**Ednilse Maria Willers**

**Ernelo Schallenberger**

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi analisar e compreender a gênese do cooperativismo agropecuário da mesorregião Oeste paranaense a partir da cultura associativa de seus fundadores. O referencial teórico pautou-se no conceito de cultura associativa e, no quadro de análise, o processo de formação e de colonização da mesorregião Oeste, seguido do histórico de fundação das cooperativas selecionadas: Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel e Copagril. A metodologia de abordagem qualitativa, a partir da premissa descritivo-explicativa. A fonte de dados usadas foram as secundárias. O resultado aponta para as necessidades sociais dos colonos como elemento fomentador da criação das cooperativas. A cultura associativa resgatada pelas memórias desses colonos tornou-se o marco cultural, mantido e reproduzido pela sua estrutura comunitária. A dinâmica de convivência coletiva e as relações comunitárias mantiveram-se. Foi esse espírito gregário, entranhado na estrutura social dos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste, o norteador das iniciativas de cooperação.

**Palavras-chave:** cultura; identidade; cooperativismo; colonos; Oeste do Paraná.

**Abstract:** *The objective of this research was to analyze and understand the genesis of agricultural cooperatives in the western mesoregion of Paraná, based on the associative culture of its founders. The theoretical framework was based on the concept of associative culture and the process of formation and colonization of the western mesoregion, followed by the founding history of the selected cooperatives: Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel and Copagril. Methodology: qualitative approach, based on the descriptive-explanatory premise. Data source: secondary. Result: the genesis of the cooperatives under study was based on the social needs of the subjects, the settlers who founded them. The associative culture rescued by the memories of these settlers became the cultural landmark, maintained and reproduced by its community structure. The dynamics of collective coexistence and community relations were maintained. It was this gregarious spirit, embedded in the social structure of the migrants who colonized the western mesoregion, the guiding force of cooperation initiatives.*

**Keywords:** *culture; identity; corporativism; settlers; West of Paraná.*

## INTRODUÇÃO

Neta de descendentes alemães e poloneses que migraram do Oeste gaúcho e colonizaram o município de Toledo, mesorregião Oeste do Paraná, cresci

ouvindo meus avós, tios e pai dizendo que, "somente a cooperativa poderia resolver os problemas" que afligiam o pequeno agricultor. Hoje, passados alguns anos, vejo nesses mesmos tios e filhos, a mesma fala. Esta forma de "ver" a cooperativa, como um "meio" que os mantém, nos fez refletir o quanto disso é realmente verdadeiro, já que o modelo de cooperativismo de nossos antepassados difere do atual.

Partindo do pressuposto de que a cooperativa agropecuária é uma sociedade de pessoas que, por meio de seus associados, garante o recebimento periódico dos produtos de que necessita para comercializar e sobreviver, nos instiga a questão do por quê, esses produtores rurais, não entregam sua produção para outro tipo de empresa que também comercializa esses produtos. Haverá alguma questão intrínseca ao sistema cooperativo que faz com que estes produtores permaneçam neste tipo de sociedade? Foi a partir dessa dúvida que se delineou essa pesquisa.

Pois bem, a literatura afirma que as cooperativas são associações de pessoas. Assim, antes de se constituir cooperativa, o que se tem é um grupo de pessoas. Essas pessoas se unem e formam uma associação como forma de melhor superar os desafios que os afligem. São pessoas que, através do ato de unir-se e de cooperar, formam a cooperativa. Dessa forma o foco passa a ser essas pessoas, sujeitos sociais que por meio da cooperação vivenciam práticas sociais que os levam a formar e a fundar uma associação cooperativa.

Neste sentido, o caminho traçado para a construção desta pesquisa perpassa pelo processo de formação e de organização do sujeito social, nesse caso, o produtor rural. Mas não é qualquer produtor rural, mas sim o que colonizou e povoou a mesorregião Oeste do Paraná, uma vez que, a tradição em associar-se em prol da cooperação comunitária não foi mero acaso. Assim, o processo histórico, econômico e social da colonização e do povoamento dessa mesorregião, a partir da década de 1940, é imprescindível para que se possa compreender a gênese das cooperativas agropecuárias localizadas nesta região.

É a partir deste processo de colonização que surgiram as comunidades rurais (com forte tradição étnico-religiosa) formadas por famílias de agricultores e de seus laços de solidariedade que surgiram as primeiras associações de produtores rurais no Oeste paranaense.

O sistema cooperativo agropecuário paranaense chega à década de 2010 com mais de 735 mil cooperados e 62.300 colaboradores. Faturaram mais 32,1

bilhões de reais e congregam em torno de 2 milhões e 500 mil paranaenses (PARANÁ COOPERATIVO, 2012). Na mesorregião em estudo há cinco cooperativas agropecuárias que se destacam em termos de faturamento e, todas, são verticalizadas. Juntas geram cerca de 28.000 empregos diretos e detêm em seu quadro associativo 37.568 produtores rurais. Assim, em termos empíricos, esta pesquisa foi direcionada a essas cooperativas.

O período de estudo foi da década de 1940 até o final da década de 1980. Esse recorte temporal foi definido porque é a partir da década de 1940 que a mesorregião Oeste passa a ser efetivamente colonizada e povoada e, 10 anos depois, surgem às primeiras iniciativas de associações de produtores rurais, as quais, a partir da década de 1960 se transformam em empresas cooperativas.

Isto posto, este capítulo está dividido em cinco partes, sendo essa introdução a primeira. Na sequência será apresentada uma breve revisão de literatura que abordará a questão da cultura associativa e o ato de cooperar. Na terceira parte serão apresentados os procedimentos metodológicos, seguido da quarta parte, resultados e discussões e, na quinta as conclusões.

## **2 A CULTURA ASSOCIATIVA E O ATO DE COOPERAR: BUSCANDO REFERENCIAIS TEÓRICOS**

Definir a palavra cultura é um objetivo complexo diante da multiplicidade teórica do conceito (WILLIAMS, 2000, EAGLETON, 2005; WHITE DILLINGHAM, 2009). O termo está cerceado por conceitos polêmicos, ampliados e transformados ao longo das décadas por antropólogos, historiadores e intelectuais em geral.

Williams (2000) investigou parte da complexa história da palavra cultura. Para ele, significava algo como civilidade, bons costumes. Depois do século XVIII tornou-se próxima ao significado de civilização, no sentido do costume e da moral, passando a ser um modo de vida. Um sistema por meio do qual uma ordem social é transmitida, reproduzida e vivenciada coletivamente.

Eagleton (2005, p.23-42) afirma que é a partir do idealismo alemão, iniciado a partir da segunda metade do século XVIII, que a palavra cultura assume algo do seu significado moderno, o de um modo de vida característico. Para tanto, as culturas deveriam incluir práticas, tais como a criação de crianças, educação, assistência social, comunicação e apoio mútuo, caso contrário seria incapaz de se

reproduzir. A cultura passa a ser interpretada no sentido de ter em comum uma linguagem, uma herança, um sistema educacional, valores compartilhados que intervêm com o princípio de unidade social.

Mas é somente a partir do desenvolvimento do colonialismo, século XIX, que o significado de cultura, como um modo de vida singular, começa a ganhar terreno. A partir desse período histórico, "a cultura pode ser, aproximadamente, resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico". As pessoas passam a constituir uma cultura somente quando compartilham modos de falar e de saber comuns. Modos de executar um sistema de valores, uma autoimagem coletiva (EAGLETON, 2005, p. 55-59). Ou seja, a cultura é "[...] *una forma de describir la conducta humana* [...]" (BARTH, 1976, p. 9).

Neste contexto, homem e cultura são inseparáveis. Por definição, "não há cultura sem homem e nem homem sem cultura". Ou seja, "não há cultura sem pessoas". Para tanto, compreender a origem e as funções da cultura exige antes de tudo, compreender o homem e seu comportamento, até porque, "nossas ideias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são [...] produtos culturais" (GEERTZ, 1989, p.36; WHITE; DILLINGHAM, 2009, p.33; ). O próprio "meio ambiente é determinado por uma ordem cultural" (SAHLINS, 2003, p. 207).

Assim, cultura humana é construída socialmente e simbolicamente ao longo da história. "A mudança começa com a cultura" e não o inverso. A história começa com uma cultura já presente (SAHLINS, 2003, p.31) e é formulada a partir de atividades práticas e de interesse utilitário, de grupo para grupo e de uma época para outra, sendo transmitida e perpetuada por meio do homem junto ao sistema social a que pertence. É nesse sentido que a cultura promove o progresso de uma coletividade na visão de Norbert Elias (1973). Coletividade que inspira o sentido de um pertencimento social, cuja cultura "guia o seu comportamento" (DUBAR, 2005, p.50); um comportamento cerceado pelos costumes e pelas tradições do homem social.

E, a cooperação, é um destes comportamentos. Do ponto de vista sociológico, é uma forma de integração social que pode ser entendida como uma ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal/informal, para alcançar o mesmo objetivo (BALDUS; WILLEMS, 1950). Nesse sentido, a cooperação é cultural. É cultural porque modelou a vida social do homem desde o mais remoto tempo (TODOROV, 1996, p. 44). É um processo social buscado pelo homem como

forma de superar as barreiras naturais e sociais criadas por ele próprio. Para tanto, supõe objetivos e interesses comuns. O próprio desenvolvimento social implica cooperação. Assim, a "cooperação assume formas diferentes segundo as relações sociais existentes [...] e assume formas específicas na relação capital e trabalho." (DEMO, 2002, p. 21-23). Até porque, "a lógica econômica é socialmente constituída" (SAHLINS, 2003, p.22).

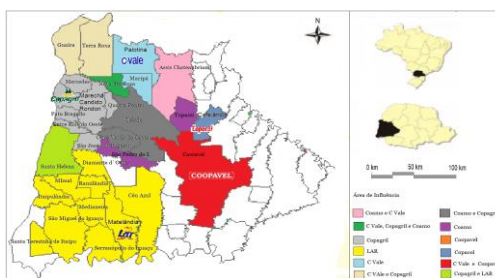
A cooperação é mais do que trabalhar em conjunto, é mais do que viver em sociedade, é lutar em prol de uma meta, de uma causa. É uma causa capaz de levar o homem a orientar suas atividades ao serviço de terceiros (BOGARDUS, 1964), é uma forma de interdependência social em que todos "saem ganhando". Portanto, pode-se dizer que a cooperação gera o embrião que motiva os homens a trabalhar coletivamente e, sendo o homem um ser histórico-social, então a cooperação pode ser o cerne da motivação social.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O aporte metodológico utilizado levou em conta que o estudo e a análise da gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião Oeste paranaense perpassam pela cultura associativa dos produtores rurais que as fundaram. Assim, elas apresentam características e especificidades que requerem o resgate do processo histórico de surgimento dessas cooperativas e dos sujeitos que a fundaram.

Por meio da Figura 1 é possível visualizar a localização das cooperativas agropecuárias afetas à pesquisa.

Figura 1 - Localização, por municípios sede e de abrangência, das cooperativas agropecuárias da mesorregião Oeste do Paraná em estudo.



Fonte: Adaptado pela autora de Oepar (2012).



Para tanto, se fez necessário resgatar o processo histórico de formação, de colonização e de povoamento da Mesorregião Oeste, para que se pudesse compreender os fatores políticos, econômicos e sociais de sua formação, pois, foi a partir dessa composição social que as cooperativas agropecuárias de alimentos surgiram. Dessa forma esse processo histórico foi obtido por meio de fontes secundárias, publicações estaduais e nacionais que analisaram e retrataram o contexto histórico, político e econômico-social de formação, colonização e de povoamento da mesorregião em foco. Quanto ao histórico de fundação das cooperativas analisadas, partiu-se das Atas de sua fundação<sup>20</sup>.

Isto posto, a abordagem de análise foi a qualitativa: Taylor e Bogdan (1984); Merriam (1998) e Flick (2009). Os métodos de pesquisa foram: descritivo e explicativo segundo Cooper e Schindler (2000); e a técnica de pesquisa foi o estudo de caso Yin (2001) e Cassel e Symon (1994).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O Oeste do Paraná foi colonizado a partir do ano de 1945 por meio do programa de governo "marcha para o oeste". Esse programa de colonização previa a instalação de núcleos coloniais, planejados e comercializados por companhias colonizadoras particulares, o qual estabelecia uma rápida colonização e povoamento de toda a região Oeste (GREGORY, 2002; LOPES, 2002; KLAUCK, 2004).

O colonizador que deveria ser atraído para o Oeste paranaense deveria ser, predominantemente, de origem gaúcha e do Oeste catarinense, descendentes de imigrantes alemães e de italianos (cristãos católicos que colonizaram o interior daqueles estados). Ou seja, as colonizadoras buscaram pessoas de uma mesma origem étnica, que já haviam se adaptado a convivência coletiva. Eram esses os migrantes almejados, pois eram, reconhecidamente, trabalhadores comprometidos com a terra (GREGORY, 2002). De acordo com Schallenberger (2006; 2009) e Colognese (2004; 2006) outra característica desses colonos era a familiaridade com a doutrina cooperativista, por meio do associativismo.

---

<sup>20</sup> Foi por meio do acesso às Atas de fundação das cooperativas focais que se extraiu o nome dos sócios fundadores e demais informações que estivessem registradas. Essas Atas foram enviadas à pesquisadora por meio eletrônico, e-mail pessoal, entre os dias 06 a 24/10/2014, após contato telefônico e eletrônico (e-mail) ao setor de comunicação social das respectivas cooperativas, de 01 a 03/10/2014.

Dessa forma, a região foi colonizada e povoada entre as décadas de 1940 a 1960<sup>21</sup>. Os colonos que migraram preservaram o forte vínculo comunitário centrado no espírito associativista e nas tradições religiosas de seus Estados de origem. Contudo, várias foram as dificuldades de adaptação desses migrantes à nova terra<sup>22</sup>. Mesmo replicando o modelo agrário de origem, essas famílias tiveram que superar desafios de toda ordem, as quais formataram uma estrutura comunitária com forte apelo associativo, cuja cooperação entre as famílias e, dessas, às comunidades, deram origem as primeiras associações de produtores rurais. Foram essas associações cooperativas que desencadearam, ao longo das décadas seguintes, na fundação das cooperativas agropecuárias de alimentos destacadas nesta pesquisa, quais sejam: Copacol, C.Vale, Lar, Coopavel e Copagril.

## CONCLUSÕES

Foi a partir das dificuldades individuais e, dessas, às coletivas dos colonos que colonizaram e povoaram o Oeste paranaense que renasce o espírito gregário que se configurou nas ações de cooperação que fundaram as primeiras associações de produtores rurais. A seleção e a valorização de um tipo específico de sujeito, o colono do interior do sul do país, configurou-se no sujeito social coletivo que transformou o Oeste paranaense. Esse colono, diante das adversidades enfrentadas, estruturou suas ações num forte comprometimento enraizado em sua cultura étnica-religiosa, tendo por objetivo central o compromisso de solidariedade e de cooperação que propiciaram a sobrevivência na nova terra.

Que dizer, a cultura associativa resgatada por meio das memórias dos colonos fundadores das cooperativas em estudo, tornou-se marco cultural mantido e reproduzido pela estrutura comunitária dos colonos. Suas dinâmicas relacionais mantiveram-se independentes das mudanças macroeconômicas do país. Foi esse espírito gregário, entranhado na estrutura social dos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná, o norteador das iniciativas de cooperação que desencadearam nas associações de produtores e que se tornaram nas cooperativas agropecuárias da mesorregião em estudo (WILLERS, 2015).

---

<sup>21</sup> Em 20 anos 116.000 migrantes chegaram e colonizaram a mesorregião Oeste paranaense. (NICHOLLS, 1970, p. 50). Desses, metade era de origem gaúcha (PADIS, 1981, p. 159).

<sup>22</sup> Conforme abordaram os estudos de Balhana (1969), Wachowicz (1972, 1982), Codato (1981), Padis (1981), Westphalen (1987), Serra (1991), Colognese e Schallenberger (1994), Nadalin (2001), Mezzomo (2002), Klauck (2004), Schallenberger (2006).

## REFERÊNCIAS

- BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emílio. **Dicionário de etnologia e sociologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- BARTH, F. **Los Grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BOGARDUS, E. S. **Princípios de cooperação**. Rio de Janeiro: Editora Lidor, 1964.
- CODATO, E. **Colonização agrícola: a colônia três barras - 1932-1970; 1981**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná. 1981.
- COLOGNESE, S. A. Associativismo étnico: o caso dos descendentes de italianos. *Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional, Cascavel*, v. 2, n.1, p. 17-30, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo: Itália Nova, 2004.
- COLOGNESE, S. A.; SCHALLENBERGER, E. A. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 1994.
- DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção prospectiva; v.6).
- DUBAR, C. A. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- EAGLETON, T. **Ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- KLAUCK, S. **Gleba dos bispos: colonização no Oeste do Paraná - uma experiência católica de ação social**. Porto Alegre: EST. 2004.
- CASSEL, C.; SYMON, G. **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. UK: Sage Publications, 1994.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Business research methods**. Irwin: McGraw-Hill, 2000.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.
- LOPES, S. **O território do Iguaçu no contexto da 'Marcha para o Oeste'**. Cascavel: EDUNIOESTE. 2002, 263 p. (Coleção Thésis).

MERRIAN, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

NADALIM, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).

NICHOLLS, W.H. A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. Out./dez. 1970. Disponível em:  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/31/6109> Acesso em 10/07/2014.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo/Curitiba: Hucitec/Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ COOPERATIVO. Disponível em:  
<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>. Acesso em 01 out.2012.

SAHLINS, M.D. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SCHALLENBERGER. E. (Org.). **Cultura e memória social: territórios em construção**. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SCHALLENBERGER. E. Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SERRA, E. **Cooperativismo agrário e suas características no Paraná**. Terra e Cultura. Londrina, 1981. I (1): 144-146.

SERRA, E. Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná. 1991. 2 v. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo. 1991.

TAYLOR, J. S.; BOGDAN, R. **Introduction to qualitative research methods: the search for meanings**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1984.

TODOROV, T. **A vida em comum: ensaio de antropologia geral**. Campinas/SP: Papirus, 1996.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Venentina, 1972.

WESTPHALEN, C. M. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna na região de Itaipu**. Curitiba: UFPR. 1987.

WHITE, L.; DILLINGHAM, B. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WILLERS, E.M. Cultura associativa: a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião oeste paranaense. 2015. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, Paraná, 2015.

WILLIAMS, R. **Cultura**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

## CAPÍTULO 8

### DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

**Katia Fabiane Rodrigues**

**Ricardo Rippel**

**Resumo:** A emissão de gases de efeito estufa, a poluição dos rios, a chuva ácida e outros impactos ambientais marcaram a dinâmica produtiva do pós segunda guerra. Nesse contexto, surgiram diversas discussões com objetivo de compreender a relevância do meio ambiente no campo da Ciência Econômica. No bojo destes debates e conferências surge o conceito e a disseminação de desenvolvimento sustentável. Diante disso, este capítulo apresenta uma pesquisa de caráter exploratória, cujo objetivo foi traçar considerações sobre a ideia de desenvolvimento sustentável regional, acrescentando mais uma dimensão, a local, além da econômica, ambiental e social.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável; Economia Regional; Biorregionalismo.

**Abstract:** *The emission of greenhouse gases, pollution of rivers, acid rain and other environmental impacts marked the productive dynamics of the post-Second War. In this context, several discussions have arisen to understand the relevance of the environment in the field of Economic Science. At the heart of these debates and conferences is the concept and dissemination of sustainable development. In this context, this chapter presents an exploratory research, whose objective was to draw up considerations about the idea of regional sustainable development, adding more dimension to local, besides economic, environmental and social.*

**Keywords:** *Sustainable Development; Regional Economics; Bioregionalism.*

### INTRODUÇÃO

O primeiro e segundo choques do petróleo na década de 1970 levantaram uma série de preocupações, com relação à: preservação dos recursos naturais de uso comum; às demais opções de fonte de energia e à pobreza mundial. A partir deste momento surgiram críticas ao modelo de desenvolvimento econômico até então adotado, por considerar os recursos naturais ilimitados. Segundo Diegues (1992), até a década de 1960 os custos ambientais decorrentes do emprego intensivo dos recursos naturais eram tidos como necessários à obtenção do desenvolvimento.

Com o dilema exposto surgem duas correntes ambientalistas, a economia do meio ambiente de fundamentação neoclássica e a economia

ecológica. O conflito principal entre as duas vertentes passava pela função de produção, ao ponto que a economia do meio ambiente defendia a ótima substituição entre os recursos; e a economia ecológica firmava que todos os recursos, capital, trabalho, tecnologia e recursos naturais são complementares.

Uma proposta para este cenário surgiu na década de 1970, com o ecodesenvolvimento, que propunha uma alternativa para o embate entre os que defendiam o crescimento econômico zero e os desenvolvimentistas. Em um cenário de forte crescimento econômico mundial, caracterizado pela recuperação do período pós-guerra e ascensão de algumas economias emergentes, uma terceira opção era a solução para o impasse levantado (ROMEIRO, 2012).

Sinônimo do conceito de ecodesenvolvimento, o termo desenvolvimento sustentável veio à tona em 1987, durante a elaboração do relatório *Brundtland*, mais tarde foi reformulado na conferência do Rio de Janeiro, a Eco-92. Observam-se, na sequência, uma série de conferências internacionais e, junto a elas, a formulação de relatórios em torno do desenvolvimento sustentável.

Estes encontros construíram os alicerces para a compreensão da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, em outras palavras, a ocorrência das conferências contribuiu com a própria evolução do conceito, que pode ser entendido como multidimensional, ou seja, econômico, ambiental, social, institucional e cultural.

Considerando as diversas dimensões do desenvolvimento, o objetivo deste trabalho é oferecer uma visão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável diante de uma perspectiva regional, subsidiando a discussão da relação entre produção econômica, meio ambiente, sociedade e desenvolvimento local. Na primeira parte, a pesquisa aborda as correntes ambientalistas, na sequência a pesquisa apresenta o conceito de ecodesenvolvimento/desenvolvimento sustentável. Para finalizar, o texto explora elementos da teoria do desenvolvimento local e sua proximidade com o biorregionalismo.

## **2 DOS LIMITES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AS CORRENTES AMBIENTALISTAS**

O conceito de desenvolvimento sustentável evoluiu mediante um processo de reavaliação crítica da relação existente entre a economia, a sociedade e o meio ambiente. Assim, a partir da década de 1960, a consciência ecológica começou a despertar em algumas vertentes teóricas.

Nesse ínterim, ressalta-se que no campo da economia são visíveis duas correntes de interpretação, a *Economia do Meio Ambiente* de raiz neoclássica e a *Economia Ecológica*. Mediante suas distintas visões frente à análise da *Teoria da Firma*, estas vertentes formularam axiomas para compreender e explicar a relação entre crescimento econômico e meio ambiente, ou seja, procuravam de modo geral responder à questão: qual é a importância dos recursos naturais na estrutura produtiva?

Para a economia do meio ambiente, o mercado é o mecanismo que norteia a relação entre a eficiência produtiva frente às limitações dos recursos naturais, necessários para o crescimento econômico. Portanto, a ideia fica clara no fato de que, a redução de um recurso eleva seu preço no mercado, induzindo a inserção de novas tecnologias que buscam diminuir o uso dos recursos ou substituindo por um recurso mais abundante (ROMEIRO, 2003; CAVALCANTI, 2010).

A teoria ambiental neoclássica surgiu quando o *mainstream* econômico diante de suas limitações teóricas se viu pressionado com a problemática ambiental. O sistema econômico já não poderia mais ser visto como um sistema isolado, sua pressão sobre o meio ambiente já não poderia mais ser ignorada, de modo que era necessário que a análise econômica apresentasse uma discussão teórica que incorporasse o meio ambiente (ANDRADE, 2008).

Diante disso, percebe-se que o substrato dessa vertente é a teoria do bem-estar e dos bens públicos. Nessa concepção, o meio ambiente é um bem público e a degradação do meio ambiente é uma externalidade negativa. Os danos ambientais passam a ser avaliados mediante o levantamento dos custos da degradação ambiental, já os benefícios à sociedade pelo estímulo à criação de mecanismos de recuperação. De outra forma, as externalidades podem ser corrigidas mediante análise de custo-benefício, ou seja, uma simples extensão da teoria da eficiência da alocação de *Pareto* (ANDRADE, 2008).

Dessa maneira, a teoria ambiental neoclássica ou também denominada economia do meio ambiente é considerada um ramo da



microeconomia. Segundo Cavalcanti (2010), o principal propósito dessa corrente teórica é determinar os preços corretos para a ótima alocação dos recursos naturais, ou seja, a minimização dos custos e a maximização dos benefícios. Neste contexto teórico, o meio ambiente é entendido como uma parte do sistema econômico.

A base da abordagem ambiental positivista da escola neoclássica favoreceu a análise do crescimento econômico, ou seja, mediante o paradigma *Paretiano*, não cabe a esta teoria explicar o processo de distribuição ou as consequências do crescimento econômico, porque, com a maximização dos lucros e a maximização da satisfação, o bem-estar global seria alcançado, como resultado desse argumento qualquer responsabilidade ética com a equidade intrageracional está excluída (FERNANDEZ, 2011; HUNT e SHERMAN, 1992).

Em suma, a análise econômica convencional concentrou-se no fluxo circular da renda, destacando o papel das preferências do consumidor, da dotação de capital para o equilíbrio de mercado, da relevância da tecnologia na função de produção e da perfeita substituição entre os fatores de produção. Nesse sentido, para a economia convencional, esse fluxo estava isolado e não mantinha relações de troca com o ecossistema.

Isto sugere a ideia de *sustentabilidade fraca*, ou seja, os recursos naturais são um fator a mais na função de produção, caso a disponibilidade de recursos esteja afetada, é possível compensar essa escassez, elevando o estoque de capital físico, mediante a construção de estradas e máquinas, além do capital humano. De outra forma, se os elementos de infraestrutura e mão de obra são limitados, a produção será compensada pela presença de zonas úmidas, florestas mistas ou mais educação (TURNER *et al.*, 1993).

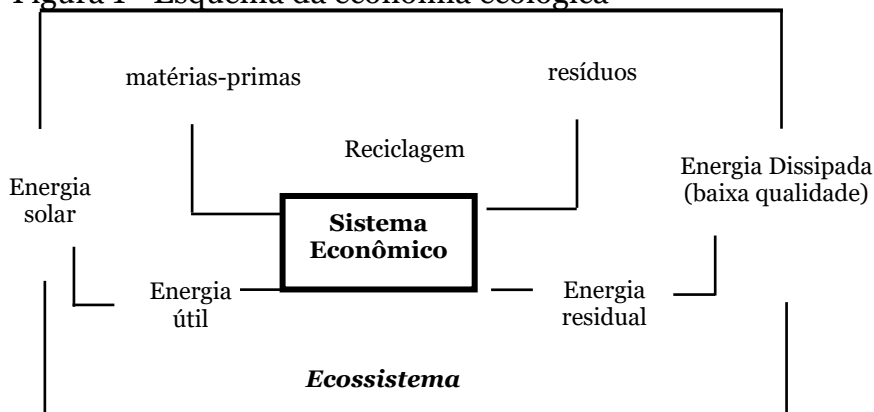
A segunda corrente de interpretação é representada pela economia ecológica (ecologia profunda). Nessa concepção, o sistema econômico é compreendido como um subsistema que impõe restrições no processo de expansão. Assim, esta corrente aborda que o capital e os recursos naturais são complementares e não substitutos (ROMEIRO, 2003). Os precursores desta corrente e, que, portanto, trouxeram a questão ecológica para o estudo da economia, são: *Kenneth Boulding (1966) e Nicolas Georgescu-Roegen (1971)*, dentre outros.

Para os autores pioneiros da economia ecológica, como é caso de Georgescu-Roegen, o estudo da economia deve ser compreendido junto com a

análise biofísica. A contribuição deste autor se destaca das demais, quando incorpora as leis da termodinâmica à análise econômica convencional, ou seja, apontou a importância econômica das leis de conservação de massa e energia e da lei de entropia.

Em outras palavras, o sistema econômico é um sistema aberto dentro de um ecossistema, a estrutura produtiva precisa dos recursos providos pela natureza para se manter. Dessa forma, Georgescu-Roegen (1971) revelou em sua teoria que o sistema econômico está em constante movimento, no qual o processo de transformação *input* e *output* são mantidos por um fluxo de energia e matéria de baixa entropia (recursos) que são extraídos do meio ambiente, conforme os materiais e a energia são transformados no processo de produção, calor e matéria de alta entropia (resíduos) são liberados no meio ambiente, em outras palavras, segundo as duas leis, não é possível transformar matéria e energia, como a atividade econômica faz sem promover uma ação antrópica. Diante desse cenário, a Figura 1 representa a visão dos autores da economia ecológica, em que o sistema econômico é um subsistema aberto dentro do ecossistema.

Figura 1 - Esquema da economia ecológica



Fonte: adaptado de Alier (1998).

Segundo este esquema da Figura 1, a economia é um sistema aberto, que realiza troca de energia com o ecossistema, de outra forma, absorve recursos e libera resíduos, portanto, o sistema econômico não é autossuficiente, já que os insumos utilizados na produção são provenientes do ecossistema.

Corroborando, Boulding (1966) aponta que a terra e seus recursos naturais são finitos. Dessa forma, é função dos seres humanos preservá-la. Além disso, reafirma que a terra, bem como os seres humanos, é vista como um

sistema aberto, que realiza trocas com o ambiente externo. Isso é assim entendido, porque todo indivíduo recebe contribuições em forma de ar, de alimento e de água, eliminando o que absorve no ambiente, ao passo que os sistemas produtivos, da mesma forma, estão em constante troca de matéria com o ambiente. Em vista disso, o autor argumenta ainda que, "[...] se não houver entradas de energia na terra, qualquer processo evolutivo ou de desenvolvimento será impossível" (BOULDING, 1966, p. 4).

Dessa maneira, um pré-requisito para a identificação de uma sociedade sustentável passa pela compreensão das formas como o capital natural e o capital construído pelo homem (tecnologias, equipamentos, saber, ideias) são combinados para produzir bens e serviços que satisfaçam os desejos ilimitados do ser humano. A indecisão nesse processo está na quantidade ótima de capital natural utilizado para manter determinado padrão de vida, bem como o montante de capital construído que será necessário para substituir os recursos esgotados (CLEVELAND e RUTH, 1997).

De modo geral, o conceito de sustentabilidade para esta corrente está estruturado com base nas funções ecológicas que, preocupam-se com as duas funções básicas do meio ambiente, que são: a capacidade do meio ambiente em manter o sistema econômico (garantir a produção) e a capacidade do meio ambiente de absorver os resíduos da produção (FERNANDEZ, 2011).

Esta visão está de acordo com a ideia de *sustentabilidade forte*, ou seja, a perfeita substituição entre os fatores de produção não é uma hipótese aceita, haja vista que alguns elementos da natureza não podem ser substituídos exceto em graus muito limitados pelo capital produzido pelo homem. Determinadas funções dos ecossistemas são fundamentais para a sobrevivência do homem, como por exemplo, os ciclos biogeoquímicos, além disso, outros elementos da natureza, como a paisagem, os rios ou ar são fatores que refletem na qualidade de vida (TURNER *et al.*, 1993).

Considerando essas distintas abordagens, é possível ainda classificar essas discussões em três tendências definidas como: *Status quo*, *reforma e transformação*. Conforme aponta Hopwood *et al.* (2005), para os que defendem o *Status quo*, a ideia de desenvolvimento está muito próxima a de crescimento econômico, ao ponto que reconhecem a necessidade de mudanças, mas sem grandes alterações na sociedade e o caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável consiste em mais crescimento econômico e não

menos. Além desses fatores, apoiam também um estado mínimo e a modernização tecnológica regulamentada pelo mercado, como meio para o desenvolvimento sustentável.

Na tendência da *reforma*, estão os autores que criticam a estrutura produtiva vigente e o cenário político. Portanto, reconhecem a importância da reforma do sistema, mas não acreditam na ideia de um colapso ecológico e social. Afirmam também que as mudanças políticas, as alterações no estilo de vida e geração de ciência, informação e tecnologia são importantes e fazem a diferença no processo de desenvolvimento.

Ainda segundo Hopwood *et al.* (2005), na tendência da *transformação*, estão os que apoiam alterações mais profundas das relações humanas com o meio ambiente, como propósito para evitar futuros colapsos. Nessa tendência, observam-se dois grupos de transformadores, os que se preocupam somente com as questões ambientais e deixam para o segundo plano, o social. Aqui é possível notar a visão de alguns ecologistas profundos e os que defendem a transformação, tanto com questões sociais como ambientais, assim nessa concepção, o desenvolvimento sustentável tem uma forte preocupação com a igualdade social.

## **2.1 Ecodesenvolvimento/desenvolvimento sustentável**

As discussões acerca do conceito de desenvolvimento sustentável comportam diversas tendências que caracterizam um cenário de importantes contribuições. Outro passo importante foi o surgimento do conceito de *Ecodesenvolvimento*. Este surgiu na década de 1970, mas passou por modificações ao longo de uma série de Conferências entre líderes mundiais para discutir a questão do desenvolvimento sustentável. Assim, “Uma alternativa média surgiu entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo, com métodos favoráveis ao meio ambiente” (SACHS, 2009, p. 52).

O ecodesenvolvimento, então, surgiu do confronto das teses dos *malthusianos*, que apontavam para a escassez dos recursos naturais e a incapacidade do avanço tecnológico em recuperar este estado de escassez e os

*cornucopianos*, contrariamente apontando para o fato de que o progresso técnico poderia sim superar a degradação dos recursos naturais (SACHS, 2009).

Portanto, o ecodesenvolvimento pode ser explicado mediante algumas características importantes. Primeiro, em cada região, os recursos próprios devem ser valorizados para atender a satisfação das necessidades básicas da população, como (alimentação, habitação, saúde e educação). Segundo, o ecodesenvolvimento deve priorizar a igualdade entre a contribuição do potencial ecológico e a esfera social. Terceiro, os recursos naturais devem ser utilizados mediante uma perspectiva solidária com as gerações futuras. Assim, uma vez explorados de forma adequada, jamais poderiam exaurir-se (SACHS, 1986).

A quarta característica aponta que os possíveis impactos negativos das atividades produtivas podem ser reduzidos mediante formas eficientes de organização da produção. Em quinto, nas regiões tropicais e subtropicais, e em demais regiões, o ecodesenvolvimento deve priorizar a utilização de fontes de energia local, em outras palavras, propõem a redução de fontes de energia comerciais, principalmente, as derivadas de hidrocarbonetos. Em sexto, destaca-se que o ecodesenvolvimento configura um estilo particular de tecnologia, por isso, a importância do desenvolvimento de técnicas adequadas, que comportem estas características (SACHS, 1986).

Por fim, a sétima e a oitava características revelam respectivamente que o ecodesenvolvimento exige a formulação de um quadro institucional que tenha a capacidade de superar as distintas condições econômicas e ecológicas. A última característica preza pela importância de uma educação preparatória para tal cenário, que leve a dimensão dos aspectos ecológicos do desenvolvimento para a população.

Em linhas gerais, o ecodesenvolvimento é um método de desenvolvimento, no qual cada região procura compreender e solucionar seus gargalos, conforme suas particularidades econômicas, sociais, ecológicas e culturais, atendendo às necessidades presentes e futuras. Esse conceito foi amplamente discutido e reformulado durante as conferências mundiais sobre o meio ambiente (SACHS, 1986).

O principal elemento que define estas conferências é a precaução, baseado em determinado nível de aversão ao risco. A preocupação com a possibilidade da falta de recursos às gerações futuras fundamentou as

discussões internacionais e a formulação de um conceito que visaria à sobrevivência das futuras gerações.

Em linhas gerais, ressalta-se que o conceito de desenvolvimento sustentável é dinâmico, apresenta contradições e está em constante construção. Tal conceito surgiu da necessidade de apresentar uma solução à ideia de crescimento econômico zero, levantada pelo Clube de Roma na década de 1970. A divergência entre crescimento econômico e meio ambiente travada entre as correntes da economia do meio ambiente e a economia ecológica reflete a ideia conciliadora de desenvolvimento sustentável, abordada na obra de Sachs.

Dessa forma, na visão de Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável é multidimensional e complexo. Considerando a evolução do conceito nos últimos 50 anos, o desenvolvimento sustentável pode ser caracterizado como: econômico, social, político, cultural e institucional. Nesse sentido, a presente pesquisa concorda com a ideia levantada por Sachs de que o desenvolvimento sustentável é social e ético, mas condicionado aos fatores ambientais, institucionais e a viabilidade econômica. Em outras palavras, a hipótese de crescimento econômico zero não é possível, pois o crescimento pode amenizar as condições de pobreza e as desigualdades sociais, portanto, uma sociedade sustentável deve prezar pela expansão econômica como forma de alavancar mudanças sociais, mas deve garantir que este processo de crescimento esteja conciliado com a recuperação do meio ambiente.

### **3 Desenvolvimento Sustentável local e Biorregionalismo**

O conceito de desenvolvimento é caracterizado como multidimensional e parte de diversas ações que modificam a qualidade de vida, bem como atendem as necessidades de gerações presentes sem comprometer as gerações futuras. Partindo dessa definição, afirma-se que os seres humanos são ao mesmo tempo o objeto central e o agente responsável pelas mudanças. Assim, um novo estilo de desenvolvimento deve ser alcançado, um modelo que preze pela preservação dos recursos ambientais, pela redução da pobreza e das desigualdades sociais, que promova a justiça, a cultura e a ética, que seja politicamente sustentável ao fortalecer a democracia e a construção da cidadania e que finalmente tenha como meta a integração das pessoas ao processo de desenvolvimento (GUIMARÃES, 2002).

O desenvolvimento sustentável em esfera local é compreendido como um processo endógeno de mudanças, em que cada território transforma o crescimento econômico em desenvolvimento. O território e principalmente os atores que ocupam esse espaço, possuem um papel relevante no processo de desenvolvimento, isto porque são os únicos que podem reconhecer as potencialidades e os estrangulamentos do local, podendo impulsionar os fatores que dinamizam a região ou sanar os elementos que travam o processo de desenvolvimento.

Para que o desenvolvimento endógeno aconteça, é necessário a interação de quatro planos, definidos por Boisier (2000), como: o plano político – consiste na capacidade de tomada de decisão; o plano econômico – apropriação do excedente econômico; o plano científico-tecnológico – geração de impulsos tecnológicos, bem como promover mudanças qualitativas na sociedade; o plano cultural – é o elemento que move a geração de identidade local.

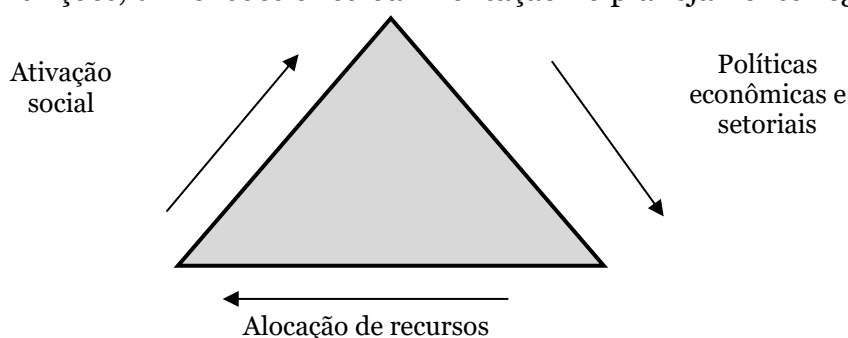
Segundo Amaral Filho (1996), esse modelo de desenvolvimento é efetuado de baixo para cima, ao contrário do modelo que parte de um planejamento central, com sentido de cima para baixo, no desenvolvimento endógeno as ações são focadas na determinação e no estímulo das potencialidades do local. Considerando esses elementos, Stöhr e Taylor (1981), citados por Oliveira e Lima (2003), definem quatro pressupostos para esse modelo: i) as desigualdades regionais são consequências negativas de uma integração econômica de grandes proporções; ii) o conceito de desenvolvimento deve estar relacionado a ações de longo prazo, bem como as particularidades de cada espaço, com as de natureza institucional e cultural; iii) as ações e a execução do desenvolvimento devem partir das comunidades, anulando a ideia de que pequenas comunidades só conseguem alcançar o desenvolvimento por intermédio de outras regiões mais desenvolvidas; iv) as regiões necessitam de mais autodeterminação regional e nacional.

Para Barquero (2002), na concepção do desenvolvimento endógeno, o território é visto como o ator responsável pelas transformações sociais, que consiste num conjunto de interesses da comunidade e não um mero espaço que suporta atividades e processos econômicos. Os atores desse espaço promovem mudanças na estrutura produtiva e nas condições sociais quando identificam as potencialidades existentes no local. Ao identificar tais potencialidades, o

processo de desenvolvimento começa com a acumulação de capital e o progresso tecnológico.

Entrementes, o autor afirma também que o comum nesse processo de desenvolvimento é a combinação de elementos endógenos e exógenos (BARQUERO, 2002). Sendo assim, Boisier (1988) aponta que no longo prazo o desenvolvimento de uma região consiste no resultado da ação de três forças que possuem uma relação de interdependência e retroalimentação, as forças citadas pelo autor são: *alocação de recursos*, *a política econômica e ativação social*, que estão apresentadas na Figura 2.

Figura 2 – Funções, dimensões e retroalimentação no planejamento regional.



Fonte: Boisier (1988).

Na primeira delas, a *alocação de recursos*, conforme a Figura 2, o desenvolvimento passa a considerar a disponibilidade de recursos num processo de alocação inter-regional, no qual a tomada de decisão é controlada pelo estado, de modo que esta força é exclusivamente exógena à região.

Na segunda força, representada pela *política*, ou seja, as ações macroeconômicas e setoriais que atuam a favor ou contrário ao crescimento econômico de uma região dependem de medidas tomadas pelo governo central. Análogo à primeira força, a política é um fator exógeno à região.

Na terceira força, retratada pela *ativação social*, o modelo descrito por Boisier (1988) apresenta a importância que a população local tem no processo de desenvolvimento regional, quando cria mecanismos internos para transformar o crescimento proporcionado pelas forças exógenas à *alocação de recursos e à política* em desenvolvimento. Assim, a ativação social que, no modelo representa uma força endógena, está associada à capacidade da região de criar um conjunto de fatores institucionais, sociais e políticos que proporcionem mudanças contínuas na qualidade vida da população local.



De modo geral, os fatores exógenos devem privilegiar os elementos locais, a fim de promover o desenvolvimento alocando de forma eficiente os capitais humanos, institucionais e ambientais, isto porque, conforme aponta Boisier (1988), o desenvolvimento local consiste na sinergia entre vários fatores e vários capitais tangíveis e intangíveis. Os fatores são: os recursos materiais, atores individuais ou coletivos, as instituições, a gestão, a cultura e a inserção externa. O capital tangível é o econômico e, por fim, os capitais intangíveis são: o capital cognitivo, o capital simbólico, o capital cultural, o capital cívico, o capital piscossocial, o capital institucional e o capital humano.

A sinergia entre esses fatores e capitais deverá promover um processo crescente e contínuo de captação e reinversão do excedente econômico; de inclusão tanto social como digital; de uma consciência ambientalista; de uma sincronia intersetorial e territorial do crescimento.

Todavia de acordo com Boisier (1992), todo esse cenário de desenvolvimento só acontecerá se houver um aumento da noção de pertencer ao local, que é fundamental no processo de desenvolvimento. O sentimento de pertencer a um lugar transcende a ideia de espaço material e passa a conceber também a definição de região como um espaço vivido, no qual os valores psicológicos dos indivíduos são incorporados à região. Diante dessa concepção, a perspectiva fenomenológica da análise regional avalia não somente a dinâmica econômica ou a estrutura social de uma região, mas procura analisar como o indivíduo se comporta em relação à região, a partir dessa análise, é possível verificar os elementos subjetivos de determinada região (LENCIONE, 1999).

A introdução da noção de pertencer ao local remete à ideia de biorregionalismo, pois nesta concepção, a humanidade é parte integrante da natureza. Assim, para alcançar o desenvolvimento sustentável, o ser humano deve se adaptar às condições específicas de cada ecossistema, ou seja, a produção, o trabalho e o consumo devem estar ajustados às condições de cada região, como o clima, a geologia e o ecossistema (BORSATTO *et al.*, 2006).

O biorregionalismo floresceu no norte da Califórnia, entre 1950 e o início da década de 1970. Os primeiros estudiosos dessa ideia, os americanos Gary Snyder, Peter Berg e Raymond Dasmann, afirmavam que o biorregionalismo consiste em uma mudança social em esfera local, em que as pessoas agem no sentido de restaurar o meio ambiente no qual estão inseridas, ou uma biorregião (WHAL, 2015; CAPPUCCIO, 2009).

Considerando o conceito de mudança social presente na concepção de biorregionalismo, Aberley (1994), aponta quatro axiomas que regem a ideia de biorregionalismo.

- 1) É representado por biorregiões com características biológicas e culturais definidas, de modo que estas biorregiões, fornecem uma escala adequada ao desenvolvimento humano e uma gama de estruturas de governança;
- 2) A estrutura governamental dentro de uma biorregião deve ser democrática, e deve promover a qualidade de vida da população local;
- 3) O desenvolvimento econômico dentro da biorregião deve ser estruturado considerando a capacidade do ecossistema, explorando assim os recursos naturais de forma sustentável;
- 4) A interdependência política e econômica deveria ser institucionalizada na esfera estadual, federal e mundial.

Reportando-se a esses pressupostos, afirma-se que o biorregionalismo surgiu como uma nova forma de organização do espaço, no qual o homem deve viver conforme as características da própria terra. No biorregionalismo, não somente a estrutura econômica e o meio ambiente são relevantes, mas também as condições sociais, as formas de organização política e a cultura local de uma biorregião.

Assim, o biorregionalismo tem como princípios i) satisfazer as necessidades dos indivíduos considerando o local ao qual estão inseridos; ii) reaprender a viver em um local que foi degradado, respeitando as relações ecológicas que operam dentro de um bioma e fora dele; iii) uma biorregião é um espaço geográfico e um espaço de consciência (BERG e DASMANN, 2003; CAPPUCCIO, 2009).

Dessa forma, para o biorregionalismo uma biorregião é um espaço geográfico, comum com suas características básicas, como: solo, bacias hidrográficas, clima, plantas nativas e animais. Mas, também é um espaço representado pela consciência de sua população, ou seja, das ideias de como viver nesse lugar (BERG e DASMANN, 2003).

Nas palavras de Miller (1996), uma biorregião é um espaço geográfico que apresenta um ou vários ecossistemas interligados, de modo que este espaço pode ser caracterizado por uma série de elementos naturais e não naturais, como: o tipo de relevo, a cobertura vegetal, a cultura local, os fatores históricos e as instituições.

Retomando a ideia de Berg e Dasmann (2003), a melhor definição de uma biorregião é a aquela descrita por quem vive nela. Todas as interações entre o natural, o econômico, o social e o cultural são vivenciadas e modificadas pelos atores locais. Desse modo, uma biorregião é um espaço geográfico e um espaço de indivíduos de cultura e de relações sociais, econômicas e políticas.

Em suma, o biorregionalismo defende o desenvolvimento sustentável local, quando reafirma a importância da interação das dimensões, econômica, social, cultural, institucional e política, bem como a importância das ações endógenas de desenvolvimento.

A ideia de sustentabilidade ambiental do biorregionalismo apresenta semelhanças com os pressupostos levantados pela ecologia profunda. Portanto, tem como elemento básico o fato de que o sistema econômico faz parte de um ecossistema. O mecanismo de funcionamento é um ciclo, no qual o sistema econômico via estrutura produtiva absorve energia limpa e elimina energia de baixa qualidade, todavia essa energia de baixa qualidade retorna à produção, é nessa etapa do ciclo que aparece a importância do sistema econômico e a importância da preservação, conservação e reciclagem, pois sem esses elementos, o ecossistema será prejudicado e, por conseguinte, o sistema econômico também.

Além da interação entre o meio ambiente e a economia, salienta-se na concepção do biorregionalismo que uma biorregião também é um espaço de consciência, um espaço em que as manifestações sociais e a cultura local moldam a qualidade de vida da população, o modo de produção e as ações políticas. Por ser um espaço de consciência, a população local tem um papel relevante no processo de desenvolvimento, promovendo um processo de desenvolvimento que parte de baixo para cima, tomando como princípio o fato de que o homem está diretamente interligado à natureza e que, portanto, precisa produzir, consumir e organizar-se socialmente conforme as condições ambientais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento sustentável é um conceito normativo e dinâmico, que foi construído mediante as diversas contradições teóricas entre a economia ecológica e a economia do meio ambiente. Com base nesse cenário, bem como

nos demais acontecimentos, tais como, as transformações nas estruturas de produção, a exaustão dos recursos naturais e as mudanças sociais. Assim, o desenvolvimento sustentável surgiu como uma alternativa para o debate e uma solução para os gargalos ambientais.

Derivado do ecodesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável ganhou feições mais completas mediante as diversas Conferências do meio ambiente da Organização das Nações Unidas - ONU. Os relatórios elaborados nesses encontros elencam as distintas dimensões do desenvolvimento sustentável, que abrange as questões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e regionais.

Do ponto de vista regional, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como uma consequência de mudanças endógenas, ao passo que, as transformações ocorrem com base nas características econômicas, que promovem a acumulação de capital, na presença de instituições eficientes, nas políticas locais e principalmente nas ações dos agentes locais. Em outras palavras, além das condições do território, a mudança ocorre porque existem indivíduos que conhecem o ambiente em que vivem e estão interessados em promover o desenvolvimento.

O conhecimento das condições de cada espaço e a noção de pertencer ao local norteia a discussão do desenvolvimento local, bem como o conceito de biorregionalismo. Isto porque, uma biorregião é um espaço geográfico, econômico, social, cultural, de empreendedores locais, de geração de ideias e de consciência regional.

Considerando esta análise, afirma-se que o biorregionalismo consiste em um método de planejamento regional sustentável, no qual as condições de melhoria da qualidade de vida estão dentro da região, ou de uma biorregião. Para tanto, é necessário identificar as potencialidades da biorregião promovendo a criação de produtos e serviços de caráter local. Além disso, é necessário, também, avaliar as particularidades da biorregião, como sua história, a população, a diversidade cultural, as instituições e os recursos naturais, de modo a alcançar mudanças significativas e contínuas à população local.

## REFERÊNCIAS

ABERLEY, D. **Futures By Design: The practice of Ecological Planning**, Gabriola Island, New Society Publishers, 1994.

ALIER, J. M. Curso de Economía Ecológica. **Rede de información ambiental – PNUMA**, 1998. Disponível em: <[http://www.posgradofadu.com.ar/archivos/biblio\\_doc/libroCURSO ECONOMIA ECOLOGICA-Martinez-Alier.pdf](http://www.posgradofadu.com.ar/archivos/biblio_doc/libroCURSO ECONOMIA ECOLOGICA-Martinez-Alier.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2013.

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, n° 14, dez. 1996.

ANDRADE, D. C. Economia e Meio Ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. **Leituras de Economia Política**, (14), ago.-dez. 2008.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

BERG, P.; DASMANN, R. F. Reinhabiting California. In: PEPPER, D.; REVILL, G.; WEBSTER, F. (Org.) **Environmentalism critical concepts**, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1988.

\_\_\_\_\_. **El difícil arte de hacer región**. Cusco, Peru: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1992. Disponível em: <[http://www.cebem.org/biblioteca/cebem/reto\\_cap7.pdf](http://www.cebem.org/biblioteca/cebem/reto_cap7.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Biorregionalismo: La última versión del cuento del traje del. **Revista Universum**, n° 15, 2000.

BORSATTO, R. S.; OTTMANN, M.M.A.; FONTE, N. N. Biorregionalismo: desenvolvimento rural respeitando as diferenças. **Revista Internacional de desenvolvimento local**. n° 12. Campo Grande: UCDB, 2006.

BOULDING, K. E. **The economics of the coming spaceship earth**. 1966. Disponível em: <<http://www.earthmind.net/earthmind/docs/boulding-1966.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

CAPPUCCIO, S. M. **Bioregionalism as a new development paradigm**. In: International Conference of Territorial Intelligence, Salerno – Italy, 2009. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00533625/>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n.68, 2010.

- CLEVELAND, C. J.; RUTH, M. Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico. IN: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedade sustentável da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, v.6: 22-29, jan./jun. 1992.
- FERNANDEZ, B. P. M. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1971.
- GUIMARÃES, R.. Lá ética de la sustentabilidade y la formulación de políticas de desarrollo. In: ALIMINDA, H. (Org.) **Ecología política naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires, 2002. p. 53-82.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O`BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable development**. I3, 2005.
- HUNT, E. K; SHERMAN, H. J. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis: VOZES, 1992.
- LENCIONE, S. **Região e Geografia. São Paulo**: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- MILLER, Kenton. R. Balancing the Scales: Guidelines for increasing Biodiversity's chances through bioregional management. **World Resource Institute**, Washinton, D.C, 1996.
- OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, v.6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.
- ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H. (Org.). **Economia e meio ambiente**: teorias e práticas. Rio de Janeiro, 2003. p. 01-29.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, 26 (74), 2012.
- SACHS, I. **Espaços tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: VÉRTICE, 1986. p. 224.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2008.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** In: STROH, P. Y. (Org.). Rio de Janeiro: GARAMOND, 2009. 96 p.

TURNER, K. R.; PEARCE, D.; BATEMAN, I. **Environmental Economics:** as elementary introduction. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

WHAL, D. **Biorregionalismo, ecohabitar nuestras comarcas de una manera sostenible.** Revista Ecohabitar. Disponível em: <<http://permaculturagaliza.pbworks.com/f/biorregionalismo.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2015.

## CAPÍTULO 9

### JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DAS COLETIVIDADES GERACIONAIS JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PR.

Luciana Vargas Netto Oliveira

Silvio Antônio Colognese

**Resumo:** A microrregião de Toledo, localizada na mesorregião Oeste do Paraná, é considerada desenvolvida segundo diferentes indicadores. No entanto, percebe-se que os jovens não necessariamente vêm conseguindo se inserir nesse processo. Assim, a investigação realizada concentra-se nas formas de inserção dos jovens de 18 a 29 anos no processo de desenvolvimento regional, analisando-se a inserção das diferentes “juventudes” a partir das variáveis: educação, trabalho e renda. A metodologia baseou-se na coleta de informações em fontes de dados secundários. Os resultados demonstraram que aproximadamente 33% dos jovens entre 18 e 29 anos podem ser classificados como não inseridos no processo de desenvolvimento; em torno de 36% dos jovens podem ser categorizados como inseridos de forma subordinada; uma terceira classificação refere-se a um nível de inserção média, no qual se incluem 29% dos jovens pesquisados; e sob uma forma de inserção dominante, figuram pouco mais de 2% destes jovens.

**Palavras-chave:** Juventude; desenvolvimento regional; inserção; sociedade.

**Abstract:** *The Toledo geographic micro region, consisting of twenty-one municipalities, holds a significant economic, political and social position in the western region, as well in the State of Paraná, Brazil, and is considered to be developed based on the various positive indicators it displays. However, we notice that young people, as a distinct segment of the population, have not necessarily been able to include themselves in this process. Thus, the object of this research is focused on the relationship between the different ways to integrate youth between 18 and 29 years of age in the process of regional development and the possibilities of social change. The technique of data gathering was carried out at an international, national, state and municipal level on sources of secondary data, discussing education, professional training, employment and income. The results showed that approximately 33% of young people between 18 and 29 years of age living in the micro region of Toledo can be classified as not included in the development process; around 36% of young people can be categorized as integrated subordinately or precariously; a third classification refers to an average level of integration, which include 29% of young people surveyed; and in regard to a dominant integration form, only a little over 2% are portrayed.*

**Keywords:** *Youth; regional development; integration; society.*



## INTRODUÇÃO

A microrregião geográfica de Toledo ocupa significativa posição econômica e política na mesorregião Oeste e no estado do Paraná, sendo considerada desenvolvida a partir dos diferentes indicadores positivos que apresenta<sup>23</sup>. No entanto, percebe-se que os jovens, como um segmento populacional diferenciado, não necessariamente vem conseguindo se inserir nesse processo e para fins desse estudo, a principal hipótese foi a de que haveria uma inserção desigual das diferentes coletividades geracionais jovens no desenvolvimento da microrregião, dependendo de seus respectivos níveis socioeconômicos e das oportunidades sociais a eles oferecidas. Deste modo, o problema que embasou a tese foi: quais seriam as relações existentes entre as formas de inserção dos grupos geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo e as possibilidades de mudança social nesse espaço regional?

Considerando o processo de inserção social como a introdução dos novos membros de uma coletividade de forma produtiva e digna, sem prejuízo ou precarização da situação daqueles que já se encontram inseridos, isso faria com que um número cada vez maior de sujeitos possa usufruir do conjunto de direitos fundamentais e das oportunidades sociais disponíveis a todos os membros desta mesma sociedade. Esse seria um dos principais objetivos do desenvolvimento em seu sentido amplo, principalmente levando em conta as diferentes “juventudes” (ABRAMOVAY, 2002). Assim, o objetivo do estudo foi investigar como se delineia a inserção dos jovens, considerando-se a faixa etária entre 18 e 29 anos, nos espaços econômico, social e profissional da microrregião geográfica de Toledo.

---

<sup>23</sup> Entre outros indicadores, a microrregião de Toledo é considerada de alta renda pela classificação das microrregiões brasileiras (BRASIL. PNDR, 2007), pois se encontra entre aquelas que possuem alto rendimento domiciliar por habitante, independente do dinamismo observado, sendo responsáveis por cerca de 80% do PIB nacional, embora concentrem apenas 53,7% da população (BRASIL, M.I.N., 2012).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, com a coleta de informações em fontes de dados secundárias<sup>24</sup>, disponibilizados por diferentes órgãos públicos, institutos de pesquisa, organizações não governamentais, entre outros, tanto no âmbito internacional, nacional, estadual e municipal. A ênfase foi dada nas variáveis relativas à educação, trabalho e renda dos jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos. A microrregião de Toledo é composta de 21 municípios e para amostra foram escolhidos os seis que apresentaram os maiores e melhores índices de desenvolvimento: Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Palotina, Quatro Pontes e Toledo.

A partir do referencial teórico pesquisado, procurou-se construir previamente uma classificação das diferentes formas de inserção social e econômica dos jovens, conforme a seguinte tipificação, construída pelos autores da pesquisa:

<b>Tipo</b>	<b>Características</b>
a) Não inserção ou “desfiliação”	Jovens excluídos em termos de escolarização, profissionalização, trabalho, isolados socialmente, etc.
b) Inserção subordinada ou precária	Jovens com escolaridade mínima e que ocupam posições no mercado de trabalho em atividades de baixa qualificação e remuneração, empregos precários ou temporários, com fragilidade relacional na vida social.
c) Inserção média	Jovens com ensino médio completo ou nível superior, ocupam postos no setor público e privado com remunerações medianas. Caracteriza-se pela capacidade dos jovens em manter uma autonomia apenas relativa, pois muitas vezes não conseguem obter os meios para sustentar suas necessidades e de suas famílias;
d) Inserção dominante	Jovens com alta escolarização e em cursos considerados privilegiados como Medicina, Odontologia, Engenharias, etc. Experiência internacional (viagens e intercâmbios), capacidade de falar/entender línguas estrangeiras, atividades extracurriculares em sua formação. Abrange os jovens proprietários de clínicas, escritórios e empresas de médio e grande porte. Caracteriza-se pela capacidade dos jovens em manter sua autonomia, usufruir de um conjunto de direitos e oportunidades sociais, e de obter meios de sustentar suas necessidades.

<sup>24</sup> As principais fontes foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos e PNADs disponíveis); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); Secretaria de Educação do Estado do Paraná e Núcleo Regional de Educação de Toledo. Os dados foram coletados de janeiro a novembro de 2013 e a tese defendida em 28/02/2014.

### **3 A INSERÇÃO DOS JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PR**

Partindo da tipologia apresentada, a inserção dos jovens em termos de educação, particularmente relativa aos níveis de escolaridade, resultou nos seguintes dados: em média 20% dos jovens entre 18 e 29 anos, residentes nos municípios pesquisados, são analfabetos ou não concluíram o nível mais básico de escolarização (Ensino Fundamental). Esses jovens podem ser considerados como **não inseridos** no processo de desenvolvimento da região. Observa-se ainda que 23% dos jovens completaram o Ensino Fundamental, podendo ser classificados como uma **inserção subordinada** no processo de desenvolvimento da microrregião, na medida em que esse nível de escolaridade não propicia o exercício de atividades que demandam maior qualificação profissional e, conseqüentemente, maior remuneração.

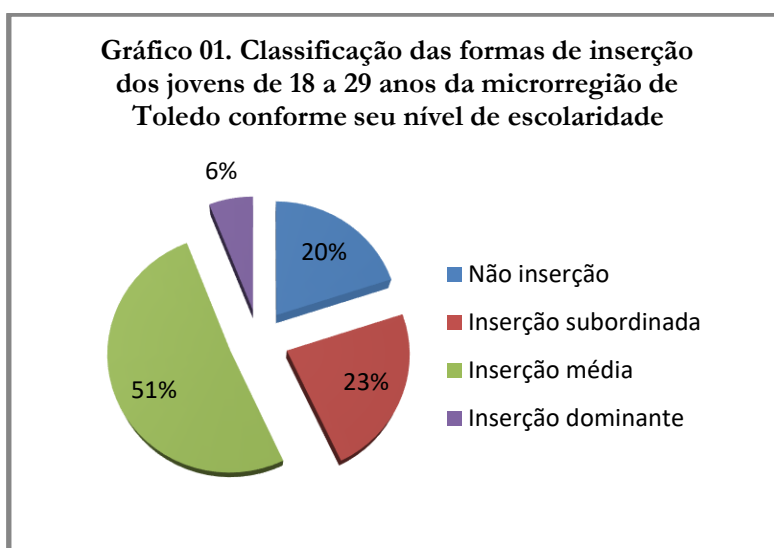
Quanto aos jovens que completaram o Ensino Médio ou o Ensino Superior em áreas consideradas de menor prestígio ou *status* social e econômico, que conseguiram se inserir em atividades remuneradas, públicas ou privadas, percebendo uma renda mediana, tem-se aproximadamente 51% (Ensino Médio: 45% dos jovens e Ensino Superior: aproximadamente 6%<sup>25</sup>). Essa parcela da população jovem poderia ser classificada como tendo uma **inserção média** no processo de desenvolvimento regional. Em relação aos dados do Ensino Superior, faz-se mister ressaltar que a ampliação do acesso a ele vivenciada pelos municípios da microrregião não necessariamente se constitui em objeto de atração para os jovens da elite, pois eles continuam a deixar esse espaço regional em busca de carreiras mais atrativas econômica e socialmente. Além disso, os cursos disponíveis na microrregião são, em sua maioria, noturnos e destinados a alunos trabalhadores, alguns mais acessíveis em relação ao preço das mensalidades nas universidades e faculdades particulares e outros nem tanto. E, finalmente, ainda em termos de nível de escolaridade, pode-se considerar os outros 6% dos jovens com Ensino Superior completo em áreas que propiciam maior retorno financeiro e maior prestígio social como, por exemplo, Medicina, Odontologia, Engenharias, dentre outras.

---

<sup>25</sup> Estimativa aproximada de 6% (a metade), pois a média dos municípios pesquisados aponta 12,2% de jovens entre 18 e 29 anos com Ensino Superior completo.

Esses profissionais têm a possibilidade de trabalharem de forma autônoma em consultórios, clínicas ou escritórios particulares, conciliando (ou não) com outras formas de trabalho em órgãos públicos, por exemplo. Outros jovens, de famílias oriundas de grandes e médios empresários ou de grandes produtores agrícolas, prosseguem nos estudos a fim de serem preparados para dirigir os negócios da família e, portanto, formam o que se poderia classificar de uma **inserção dominante**.

Para demonstrar esquematicamente esses dados, tem-se:



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

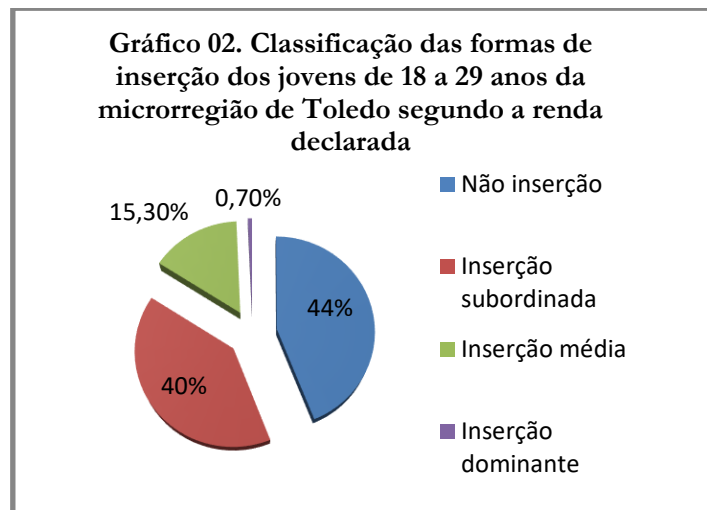
Outra maneira de compreender as formas de inserção dos jovens da microrregião ocorre pelas variáveis trabalho e renda. Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), tem-se que na média dos municípios pesquisados há 19,7% dos jovens sem trabalho, 13,9% deles em atividades laborativas informais e 1,4% que realizam atividades de trabalho sem a correspondente remuneração, num total de 35%. Essa parcela da coletividade geracional jovem da microrregião pode ser considerada como pertencente à categoria dos **não inseridos**. Dentre os jovens trabalhadores do mercado formal tem-se 49,4%, militares 0,1%, funcionários públicos perfazem 2,2% e empregadores 1,2%, totalizando 52,9% que, embora não se possa inferir sobre suas reais condições de trabalho e níveis de salário ou renda recebidos, pode-se considerar como **inseridos**, sem que seja possível classificar essas formas de inserção.

Os dados específicos em relação à renda declarada pelos jovens da microrregião de Toledo, valores de 2010 (R\$ 510,00, IBGE,2013), permitem uma análise mais detalhada. Na média dos municípios pesquisados 21,9% dos jovens declararam não possuir renda e 22,1% tem uma renda inferior a 1 (um) salário mínimo (SM), ou seja, nível inferior ao estabelecido pela legislação pertinente. Somando-se os dados, tem-se 44% dos jovens que podem ser considerados como **não inseridos**, pois não dispõem do menor nível de renda indispensável à sua sobrevivência e/ou de suas famílias. No nível de renda entre 1,01 e 2 SM encontram-se 40% dos jovens da microrregião, que podem ser considerados no nível de **inserção subordinada** em termos salariais, indicando inserção no mercado de trabalho em atividades de baixa qualificação e, portanto, baixa remuneração.

Os jovens que se situam no nível de renda declarada entre de 2,01 e 4 SM representam 12% do total e poderiam ser classificados como um nível de inserção mediana, pois se constata uma situação salarial peculiar na microrregião. Na sequência, a faixa de renda declarada pelos jovens de 4,01 a 10 SM totaliza 3,3%, o que poderia ser classificada também como uma **inserção média**, pois não se pode considerá-la elevada em termos comparativos gerais. Somando-se, tem-se 15,3% dos jovens nessa classificação de inserção. Finalmente, os jovens da microrregião inseridos nas faixas de renda entre 10,01 e 20 SM (0,6%) e acima de 20 SM (0,1%) perfazem somente 0,7% do total de jovens e podem ser considerados como numa faixa de **inserção dominante**.

Ainda sobre as variáveis trabalho e renda, considerando-se somente os jovens em situação de trabalho formal e somando-se todos os setores de trabalho estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais, ano base 2011, tem-se a seguinte situação salarial dos jovens dos municípios da microrregião de Toledo.

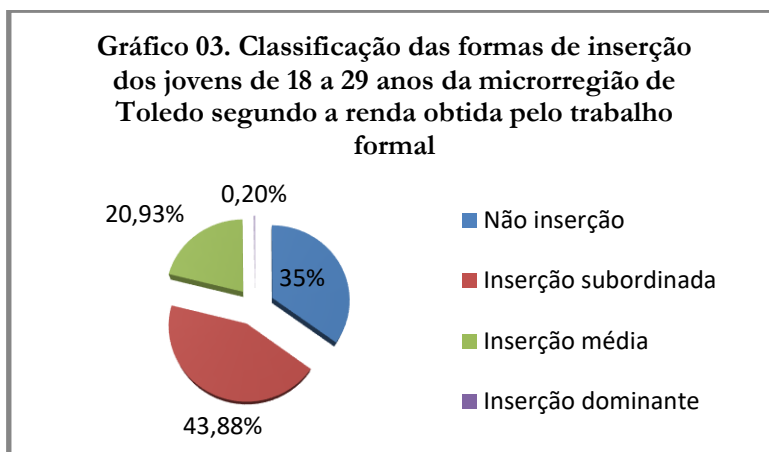
De trabalho formal e entre 4,01 e 10 SM estão 4,2%, somando-se 31,1% dos jovens que poderiam ser considerados como tendo uma **inserção média** em termos de emprego e salário.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

Na faixa de até 1 SM, tem-se 4,9% dos jovens e entre 1,01 e 2 SM eles totalizam 62,6%. Assim, tem-se 67,5% de todos os jovens em situação de trabalho formal da microrregião percebendo salários mensais que vão de menos de 1 a 2 SM, o que se configura uma situação de **inserção subordinada ou precária**. Na faixa salarial de 2,01 a 4 SM encontram-se 26,9% dos jovens em situação

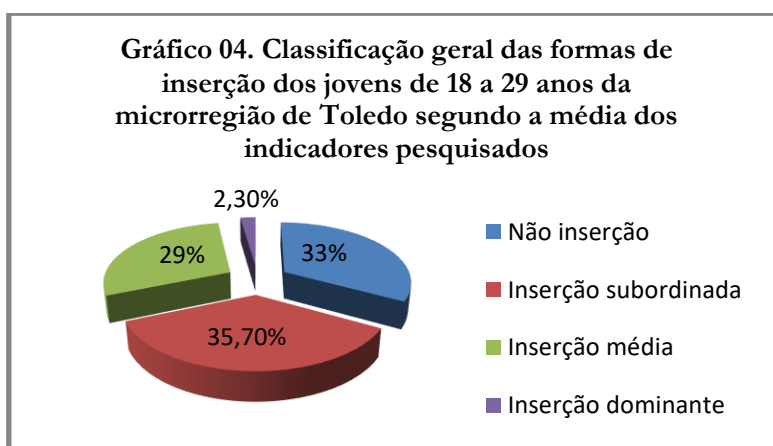
E nos patamares mais elevados de renda, tem-se 0,3% dos jovens na faixa de 10,01 a 20 SM, registrando-se que para o ano pesquisado (2011) não foi registrado nenhum jovem entre 18 e 29 anos na faixa mais elevada de renda (acima de 20 SM), dessa forma tem-se 0,3% dos jovens que podem ser classificados numa faixa de **inserção dominante** em termos de renda auferida através do trabalho formal. A classificação “não inserção” aparece no gráfico abaixo com 35% pois se refere aos dados dos jovens sem trabalho, os que trabalhavam sem remuneração e os que estavam inseridos no mercado informal de trabalho (sem registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS). Os demais são jovens trabalhadores inseridos no mercado formal (65%), para os quais se calculou a proporcionalidade. Assim, esquematicamente, tem-se:



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

## CONCLUSÕES

Em termos gerais, ao se proceder à média desses indicadores provenientes das variáveis da pesquisa, tem-se o quadro final sobre a classificação das formas de inserção dos jovens da microrregião de Toledo. Considerando-se o desenvolvimento em seu sentido amplo, no qual seu significado se traduz em maior igualdade entre os sujeitos e atores desse processo, maiores oportunidades de ascensão social pela educação e profissionalização, essenciais para a inserção produtiva dos jovens e futuros adultos que levarão adiante os projetos de desenvolvimento da microrregião de Toledo, percebe-se que praticamente 70% dos jovens estão à margem desse processo (não inseridos) ou estão nele inseridos precariamente (inserção subordinada). Nesse sentido, pode-se deduzir que as transformações ocorridas nesse espaço regional colocaram a microrregião de Toledo entre as mais ricas do estado do Paraná e do país, pois houve um crescimento econômico acelerado, principalmente devido ao agronegócio e às atividades a ele relacionadas.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

Entretanto, ao se proceder à análise das formas de inserção dos sujeitos nesse processo, com foco nos jovens de 18 a 29 anos, não se percebe indicativos que poderiam apontar para uma mudança na composição dos seus elementos fundamentais, pois suas funções e posições permanecem subalternas e dependentes de uma minoria dirigente, que usufrui dos frutos gerados pelo crescimento econômico experimentado na microrregião. Percebe-se que as novas gerações ocupam praticamente os mesmos lugares pré-determinados pelas gerações mais antigas, pois não parece haver abertura para abrigar os recém-chegados numa outra estrutura, onde haveria possibilidade de se introduzir novas formas de pensar e de se organizar.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et all.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:** desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO; BID, 2002.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MIN). **Decreto nº 6.047**, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm) Acesso em 12 dez 2010.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Resultados gerais do Censo 2010 (Micro dados).** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_g](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_g)



erais amostra/resultados gerais amostra tab uf microdados.shtm.> Acesso a partir de 20 maio 2012 a nov. 2013.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Perfil da microrregião geográfica de Toledo.** Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=434&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=434&btOk=ok)>. Acesso em 19 nov. 2013.

OLIVEIRA, L. V. N. **Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste/Campus de Toledo, orientação Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese. Toledo, PR., fev. 2014.

## CAPÍTULO 10

### **CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO: IMPLICAÇÕES ESPACIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL AO FINAL DO SÉCULO XX<sup>26</sup>**

**Marines Orlandi Taveira Chioveto**  
**Jefferson Andronio Ramundo Staduto**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo compreender o processo de criação e consolidação do estado de Mato Grosso ao final do Século XX, como resultado de políticas públicas de ordenamento territorial e de desenvolvimento rural, impulsionado para a produção agropecuária de exportação. O texto se pauta em uma revisão teórica sobre escala espacial, principalmente de região e território e de breve discussão sobre desenvolvimento rural, além do levantamento de diversos programas e planos que consubstanciaram as políticas públicas para a formação e consolidação do estado de Mato Grosso, como estratégias espaciais de desenvolvimento da região Centro-Oeste brasileiro. Nestes aspectos, fica evidenciada a participação ativa do Estado como fomentador e articulador dessa ocupação territorial “ordenada”, os quais vieram por meio de políticas públicas para regiões diferenciadas do Mato Grosso e com formato particular para cada espaço nesta região da Amazônia brasileira, entre os quais os investimentos em infraestrutura.

**Palavras-chave:** Mato Grosso; Território; Região; Desenvolvimento Rural; Políticas públicas.

**Abstract:** *The present article has as objective to understand the creation and consolidation process of the Mato Grosso state in the final of 20th Century as the result of public politics of territorial scheduling and rural development, promoting the production and exportation of agricultural and cattle products. The text is based on a theoretical revision about spatial scale, mainly about region and territory, a brief discussion about rural development, and a research of several programs and plans that consolidate the public politics to the formation and consolidation of the Mato Grosso state, as spatial strategies of development in Brazilian Center West region. In these aspects, the active participation of the State as a promoter and articulator of this "orderly" territorial occupation was evidenced, which came through public policies for different regions of Mato Grosso and with a particular format for each space in this region of the Brazilian Amazon, among the which investments in infrastructure*

**Keywords:** *Mato Grosso; Territory; Region; Rural Development; Public politics.*

---

<sup>26</sup> Artigo apresentado no IX ALASRU (IX Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2014).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender o processo de criação e consolidação do estado de Mato Grosso ao final do Século XX, como resultado de políticas públicas de ordenamento territorial e de desenvolvimento rural, impulsionado para a produção agropecuária de exportação. O processo de reestruturação espacial da Região Centro-Oeste é recente, pois é a partir da década de 1970, por iniciativas do governo federal para um novo ordenamento territorial brasileiro no contexto capitalista de desenvolvimento produtivo é que se cria o estado de Mato Grosso. Este surge da divisão do território para criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977, que segundo Martins (2001) e Higa (2005, p. 90), esta divisão representou “uma cisão territorial e instalação de novas administrações” e um marco no processo ocupacional e de crescimentos de territórios novos.

O Mato Grosso, por encontrar-se incluso totalmente na Amazônia Legal e por possuir em seu espaço geográfico três dos seis biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado e Pantanal), tem peculiaridades na forma de ocupação de suas áreas pela população e atividades econômicas por meio do uso da terra.

Até o final do século XX a ocupação populacional do Estado ocorre de maneira mais intensa ao sul, onde se inicia a uso do solo para atividades econômicas de exportação de **matéria prima** no Cerrado mato-grossense e a pecuária extensiva no Pantanal, fazendo do centro-norte onde prevalece o bioma Amazônia, ainda uma região inexplorada no final do século.

Mas é a partir da década de 2000 que o Mato Grosso se destaca no cenário nacional e internacional como grande exportador, apresentando uma pauta de exportação agrícola diversificada, na qual os principais produtos são soja, algodão e milho. Também apresenta um crescimento na agroindustrialização, principalmente de alimentos com forte participação na exportação de carne bovina, suína e aves e na produção de açúcar. Contudo, somente ao fim da primeira década de 2000 que a população do Estado chega a 3.035.122 habitantes, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), com crescimento aproximado de cinco vezes desde a década de 1970, quando iniciou sua ocupação. Ao se observar a movimentação populacional nas décadas, se vê que a população rural foi aos poucos sendo superada pela ocupação urbana, acompanhando a velocidade da chegada do

migrante vindo do Sul e Sudeste brasileiro (HIGA, 2005), ocupando as áreas favoráveis a produção agrícola, como o sul e oeste do Mato Grosso, onde se encontram as terras inclusas no bioma Cerrado.

Na perspectiva de entendimento deste processo, o capítulo está dividido em cinco partes, já inclusa esta introdução. Na segunda parte se propõem a uma análise teórica de região e território, a fim de compreender o Mato Grosso. A terceira parte do artigo apresenta uma breve discussão acerca de desenvolvimento rural como política de territorialização econômica, tendo como base a produção de matéria prima primária para exportação. A quarta parte faz um levantamento das políticas e estratégias de ocupação por meio de programas que efetivaram a migração e colonização do espaço e a forma de ordenamento territorial que ocorreu a partir de 1970. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Até o século XVIII o que o mundo conhecia era um conjunto de realidades de espaços diversos e a sociedade gravitava nessa diversidade de forma plena. Isso é evidenciado por Santos (1996, p. 35), que menciona a região como sinônimo de territorialidade de um grupo, com “as suas características de identidade, exclusividade e limites dada a presença única desse grupo, sem outra mediação”.

Com o advento da tecnologia industrial, propiciada pela Revolução Industrial, essa realidade começa a intervir na forma de ocupação e sistematização do espaço, unificando áreas e espaço. Mas é na segunda revolução industrial, ao final do século XIX e início do XX que a intervenção toma volume planetário, influenciando e intervindo no modo de vida e nas formas de organização do espaço produtivo (MOREIRA, 2007).

Neste momento, os espaços incorporam o que se convencionou chamar de globalização, em uma única forma de produção, que concentra os mercados e consumos, influenciando nos valores das sociedades e suprimindo a identidade de sociedades antigas. A globalização surge como “El estadio supremo de La internacionalización, La introducción en el sistema-mundo de todos los lugares y de todos los individuos, aunque en diversos grados” (SANTOS: 1993, p. 69).

Para o autor, sua característica predominante é a tendência de formação do meio técnico, científico e informacional que tem o poder de transformação de cultura, economia, territórios e na divisão da forma de produção/trabalho. Neste levante, proporciona a uniformidade da técnica acima de conhecimentos e valores individuais e de aspectos ambientais nos territórios, influenciando o modo de vida dos indivíduos.

Moreira (2007, p.56) vai adiante também afirmando que há dois momentos substanciais de ruptura na forma de análise do mundo: uma na década de 1950 e outra na década de 1970. No primeiro momento, o autor comenta que o olhar que se faz sobre o mundo e a paisagem são “o olhar sobre o espaço lento”. Assim, o classifica em detrimento de que naquele período as mudanças ainda eram relativamente lentas: as pessoas ainda associavam o seu tempo ao seu passado. Este olhar sobre o passado propiciava certa sensação de imobilidade dos espaços, de tempo passado.

Mas a década de 1970 traz à baila uma nova compreensão de mundo: o mundo polarizado, em contato e distanciado. Há uma reorganização dos espaços com a divisão internacional de trabalho e das trocas da economia industrial. O espaço então passa a ser visto como regionalizado e unificado pela produção em escala. Nisto, as regiões não são vistas como homogêneas no espaço, aonde o crescimento vem ocorrer de formas variadas, advindas de polos de crescimento, tendo sua importância pelo capital que oportuniza (PERROUX, 1981).

Mas o choque novamente ocorre. A partir desta unificação e polarização do espaço, surge a ideia de conexão, de relação, de rede, que gera uma arrumação regional de insumos, produtos e cultura, no intuito de fortalecimento de uma região.

Com essa perspectiva de fortalecimento do espaço, renasce a região, proliferada de “regionalismos, identidades regionais e de novas-velhas desigualdades tanto global como intranacional” (HAESBAERT: 1999, p.15-16). Esta caracterização se funde com a expansão do conceito de globalização, que, apesar de pregar a homogeneização do espaço, o que realmente (re)nasce é a “reconstrução da heterogeneidade e da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença em todos os cantos do planeta”. Santos (1996, p.35) então frisa que: “as regiões se tornaram lugares funcionais do todo, espaços de conveniência”.

Haesbaert (2005) também reafirma a heterogeneidade e a fragmentação expressa nas várias formas de decifrar o termo região. Afirma que hoje o conceito de região é considerado polissêmico, em vista desta enorme variedade de interpretações e aplicações pelas mais variadas áreas das ciências. Mas deixa claro que apesar da diversidade conceitual, o que prevalece praticamente fixo é a ideia de recorte ou delimitação que o termo região abriga na perspectiva geográfica. Mas lembra de que etimologicamente a “raiz ‘reg’ indica também movimento (em linha reta)” (HAESBAERT: 2005, p. 4). Nisto, fica evidenciado que o problema central da Geografia é a regionalização do espaço indissociada ao tempo.

Assim, não há como identificar ou analisar uma região sem relacioná-la com a sua periodização, delimitada pela ação dos sujeitos e na interação que estes produzem. E reforça que é, então, importante a categorização dos problemas da região e regionalização pela forma de produção do espaço delimitado. A região, entendida como recorte espacial, diferencia-se de outras por um vetor dominante, que pode ser de âmbito funcional ou natural. Já a regionalização pressupõe uma prática de planejamento ou um plano de desenvolvimento regional. Ambas, a região e a regionalização, são construções sociais, que atende a interesses políticos precisos, como já nos ensinou Limonad (2004).

Este entrecruzamento dos sujeitos e dimensões é visto neste início de século XXI como o novo olhar geográfico sobre a nova realidade do mundo. Nesta nova realidade, a rede global é a nova forma do espaço, tendo como característica fundamental a fluidez em seus efeitos de reestruturação de espaço: ressurgem conceitos velhos com forma de novo e “conceitos novos aparecem renovando conceitos velhos” (MOREIRA, 2007, p. 55).

Mas Santos (1993) argumenta que o que faz a região é a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. Então, a compreensão de região não ocorre se não houver a compreensão das ações humanas no espaço e tempo. Não há região se não houver o deslumbramento de novas projeções de regionalização e desenvolvimento local.

É neste momento que a compreensão de território se faz necessária como complementaridade do termo região. Nele são vistos e compreendidos as ações dos homens, visto que estes territórios são delimitados por interesses e possibilidades que o espaço dará a uma população. Um dos pioneiros a

preocupar-se nesta interpretação do espaço e conceituar território foi Raffestin, (1993, p.143):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço.

Para o autor, a concepção de sua interpretação de território é visto como território nacional, espaço físico, onde se encontra uma população, uma nação, tendo então um caráter político-administrativo, pois o vê como um espaço marcado e medido por limites e fronteiras pelas ações do trabalho do homem. Por existir as ações advindas do trabalho, há então o caráter de poder das pessoas ou grupos neste território, pois os indivíduos são relacionais, onde tudo se materializa em/nas relações sociais no espaço territorial.

Haesbaert e Limonad (2007, p. 45), também veem território como espaço administrativo, mas também como espaço da cultura e da economia de uma nação. Por isso, compreendem território sob prisma de visões/concepções: a jurídico-política (“espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder”), a cultural(ista) (“produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”) e a econômica (“a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”).

Mas Haesbaert (2005) faz uma crítica ao termo desterritorialização usado por ele anteriormente (2004). Afirma que esse termo é um mito, pois o que realmente ocorre no território dos homens é a (multi)territorialização, onde considera o termo uma resposta ao “processo identificado por muitos como ‘desterritorialização’”:

[...] mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade (HAESBAERT: 2005, p. 6774).

Para o autor, porém, antes de entender a multiterritorialidade, primeiro se faz necessário a compreensão dos “múltiplos territórios”, cujo

critério é uma das condições necessárias para que ocorra a multiterritorialidade. Na perspectiva de que território são relações de poder, a mesma se refere a controle de uma área, que, dependendo do tipo e dos sujeitos, adquirem um poder de forma e intensidade diferentes entre os indivíduos no espaço, o que vem se caracterizar em múltiplos territórios. Nisso, a multiterritorialidade é resultante da sobreposição de territórios, hierarquicamente articulados, encaixados no espaço.

Ao discutir essa perspectiva de multiterritorialidade, Storper (1995) exemplifica esse território, que identifica as atuais economias regionais como ativos relacionais. Comenta que com a globalização há uma maior interferência e complexidade nos sistemas de produção, na desindustrialização e a reindustrialização, com novos espaços econômicos em multi-regiões globais, com um enorme fluxo de bens de capital e de trabalho. Com isso, se confirma e acentua o “paradigma heterodoxo” que continua a estar preocupado com preço e quantidade de forma abstrata, visto que o mundo global é virtual [e que Santos (1993) chama de meio técnico, científico e informacional] ao invés de preocupar-se com a quebra desta heterodoxia. Esta envolve a forma de territorialização do espaço conquistada por meio de trabalho e capital heterogêneo visto na trilogia: tecnologia-organização-território.

Se Storper (1995) identifica que o que há de novo no final do século XX que se projeta para o XXI é a economia regional como ativos relacionais, Benko (2002, p. 46) também faz sua leitura dessas mudanças relacionais, o que informa que são oriundas principalmente do que chama de mundialização e dá a isto como um fenômeno construído. Para o autor, este termo tem sua origem às firmas multinacionais. Estas companhias responsáveis por dois terços do comércio mundial fazem com que as mesmas fiquem no centro das atividades econômicas dos países, impondo que, ora tendam determinar políticas econômicas internas das nações, ora tendam “para uma intensificação da interdependência das economias nacionais”.

## **2.1 Desenvolvimento rural<sup>27</sup>: um recorte estratégico de territorialização**

---

<sup>27</sup> Parte extraída da tese de doutorado “Desenvolvimento rural nos biomas mato-grossenses” (CHIOVETO, 2014).



Em termos de Brasil, segundo Furtado (1963, 1983), Frank (1979) e Singer (1976), as transformações mais expressivas para o processo de desenvolvimento econômico começam a acontecer a partir dos anos de 1950, quando os setores produtivos se agrupam em torno de políticas públicas favoráveis a industrialização orientada para a exportação. Este fato proporcionou uma adesão de projetos de integração nacional entre 1950 a meados de 1980, que visaram à desconcentração territorial da economia e o crescimento diferenciado por regiões, tendo por controle operacional o próprio Estado. Esta estratégia para integração das regiões vem ao encontro com que Myrdal (1960) defendia: só com a intervenção do Estado se pode “arrancar da miséria e do atraso regiões que despertam”.

Esta forma de integração regional para o fortalecimento agroexportador do país como mecanismo de saída de sua estagnação econômica para a inclusão no circuito produtivo internacional repercutiu positivamente no território brasileiro visto pelos resultados de volume de produção e exportação, como menciona Graziano da Silva (1997).

Contudo, a partir do final de 1990 as discussões acerca do modelo agroexportador pautado no desenvolvimento econômico não mais surtem efeito desejado de suprir as necessidades das regiões mais desenvolvidas do Brasil. Estas regiões têm em seu bojo grandes cidades, com volume populacional expressivo, que vem desencadear problemas sociais, ambientais e econômicos, inclusive se espraiando pelos espaços rurais do entorno das cidades. Estes problemas se avolumam nas questões sociais, pelo acesso à questões de urbanização dos espaços, vistos na saúde, educação, moradia, energia, água potável e esgoto. No tocante as questões ambientais repercutem no assoreamento de rios e nascentes, no desmatamento, nas queimadas e no uso do solo para atividade agropecuária com uso intensivo de insumos agrícolas, como fertilizantes, adubos e defensivos, mecanismo de modernização produtiva.

Em vista disto, um novo modelo de desenvolvimento começa a repercutir nas discussões de pesquisadores, acerca de entendimento de uma região pautada pelo recorte de desenvolvimento rural, como menciona Schneider (2004).

O modelo de desenvolvimento rural que emerge está fortemente influenciado pelas transformações sociais, políticas e econômicas que ocorrem no Estado, dos atores da sociedade civil e na forma de análise sobre o tema,

como menciona Van Der Ploeg et al. (2000). Esta percepção baseada na ação interna, com participação da sociedade que se organiza para a conquista de bens, serviços e produtos, beneficiando o local e a partir do seio da sociedade, retornar a ela em forma de melhorias de vida, como mencionado por Ellis (2001) e Ellis e Biggs (2005). Se a percepção de desenvolvimento rural é o resultante das ações dos indivíduos e do Estado por meio de políticas públicas no território, estes o reproduzem pela maneira que se apropriam de conhecimento transformando em melhoria de vida da população.

A concepção atual de desenvolvimento rural integrado com os aspectos sociais, ambientais e econômicos do território o qual defende Kageyama (2004), vê a participação ativa do homem no meio como recurso principal de melhoria no processo de desenvolvimento rural, pois sendo processual nunca está pronto, acabado, mas sim, a cada novo passo mais se incorpora no meio e pessoas, aumentando gradativamente a qualidade de vida dos que ali se encontram. Com esse novo olhar, o rural cria novos espaços, próximos e integrados, com certas características de auto-suficiência local e que agora é reconstruído em uma forma de reterritorialidade de poder dos espaços locais como menciona Haesbaert (2005).

A noção de desenvolvimento rural surge então, do debate entre os aspectos sociais e políticos, vista nas discussões internas de delimitação de políticas públicas para o desenvolvimento do setor rural. Este é específico pelo fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, que interagem diversos setores produtivos e de apoio, tratando-se assim de um desenvolvimento multissetorial como menciona Kageyama (2008) e Veiga (2001). Concomitante a este, as áreas rurais representam diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificaram.

Entretanto, ao tratar o desenvolvimento rural de forma exógena ao território como ocorreu no Mato Grosso e defendido por Navarro (2001), se fala de um processo de desenvolvimento pautado em concepções definidas externamente, aplicadas no espaço por ações de políticas públicas referendadas por objetivos mais amplos que os individuais. Assim sendo, pode não repercutir de forma satisfatória aos indivíduos que ocupam determinado espaço territorial, por este ser mero coadjuvante das políticas assim definidas.

Nestes espaços rurais forjado por políticas de crescimento externo e a partir do entendimento que o desenvolvimento rural acontece em determinado local de forma diferente e excludente uma da outra, é situação fundamental para que as políticas e ações dos indivíduos possam ser revertidas às pessoas. Enquanto determinado município tem sua base econômica sustentada pela oferta de serviços, proporcionando, em tese, uma maior distribuição da renda entre os indivíduos em uma situação menos excludente, naqueles que tem sua economia formada por atividade agrícola de cunho exportador induz a uma falsa riqueza da população vista pela renda *per capita* do município.

A compreensão destas visões do processo de desenvolvimento rural deve requerer das políticas de desenvolvimento formas diferentes de incentivo entre os locais, portanto, formadas de modo diferente para os territórios.

Esta diferenciação na forma de apropriação do espaço por meio do processo de desenvolvimento rural é vista nitidamente nas novas fronteiras agrícolas, que, a princípio, tiveram seu desenvolvimento pautado de forma exógena ao espaço, fundamentado em um processo de desenvolvimento econômico com base exportadora, sendo que a apropriação pela população se deu de forma externa às suas necessidades, repercutindo com diferenças entre os indivíduos. Entretanto, com o amadurecimento das relações sociais dos espaços, as relações de poder se formam, reterritorializando, como menciona Haesbaert (2005), as antigas apropriações do espaço rural, vindo em contradição com a forma processual exógena.

Enquanto o desenvolvimento rural deve ser um processo que envolva aspectos sociais, ambientais e econômicos, o Mato Grosso se apresenta em contradição a esta vertente.

O que se vê no território mato-grossense, principalmente naqueles municípios que detêm altos índices de produtividade em produtos exportáveis, como grãos e pecuária, é um modelo de desenvolvimento rural pautado na modernização, como menciona Veiga (2001), tendo como principais características a produção agrícola. Estes municípios com maior destaque econômico têm determinadas características, dentre as quais “intensificação do uso de insumos, aumento de escala, agricultores como empresários agrícolas e dependência de poucos mercados específicos”, como apresenta Kageyama (2008, p. 60).

O modelo “moderno” de desenvolvimento rural não atende as necessidades dos indivíduos inseridos no espaço rural e urbano. Este modelo, pautado na tecnificação produtiva, impõem ao território uma economia com base produtiva de **matéria prima** exportável, sendo que os que determinam essa prática são produtores não familiares que atuam em extensas áreas mecanizadas, com uso de mão de obra em menor número e mais tecnificada, concentrando a riqueza do espaço na mão de poucos.

Os agricultores familiares que se encontram nas propriedades rurais, entretanto, possuem pequenas propriedades incrustadas nas regiões municipais rurais mais remotas, com dificuldade de acesso, pouco incentivo produtivo visto por políticas de crédito e financiamento à produção, o que repercute nas pessoas pela baixa renda, êxodo rural e vazio populacional, revertendo em áreas não produtivas.

Para que se possa propor e desenvolver um novo modelo de desenvolvimento rural é necessário perceber que temos duas realidades diferenciadas. Uma pautada na agricultura familiar, que tem como premissa a manutenção do homem à terra e a diversificação da produção e renda e outra, baseada na grande propriedade, com produção monocultural e extensiva.

Essa percepção de realidades distintas no território é apresentada por Veiga (2001) em formato de duas abordagens de desenvolvimento rural, no qual os dois modelos já estruturados no território devem permanecer em vista das características territoriais, a expansão de sua área, pela forma de ocupação e uso do solo, pelas características edafoclimáticas das regiões. Podemos exemplificar dois extremos:

a) Projeto *Agribusiness*: tem como foco a minimização dos custos dos produtos agropecuários e matérias primas, que são transferidos para indústrias de transformação, exportadores, atacadistas, centrais de compras, que formam o segundo elo da cadeia produtiva. Para que isso ocorra, se requer uma corrida tecnológica que resulta em especialização das fazendas e geração de grande excedente de forças de trabalho não qualificada.

b) Projeto Desenvolvimento Rural: focado na diversificação das economias locais e multisetorial; uma agricultura em sistema de policultura; a pluriatividade das famílias rurais para a absorção da mão de obra.

No caso do Mato Grosso, as duas abordagens se colocam nos territórios, mas com distinções entre regiões e nos aspectos sociais. No primeiro

caso, por deter extensões de terras, os municípios mais afastados das vias de acesso e das principais cidades possuem a ocupação do solo de forma diferente daqueles em regiões mais centrais do Estado, inclusive por questões de caracterização ambiental de seu ecossistema. Por outro lado, a população também faz apropriação deste solo de forma diferenciada: em regiões mais antigas como o sul do Estado, os municípios surgiram de população quilombolas, índios nativos e portugueses ainda do período de ocupação brasileira das capitanias hereditárias com posse pelos bandeirantes, com uso de solo com prática de agricultura familiar, como menciona Moreno (2005a). Diferentemente do centro ao norte deste, que a ocupação do solo se dá tardiamente (a partir de 1980), por população oriunda das regiões Sul e Sudeste brasileira, onde a prática de monocultura agrícola é o vetor de crescimento dos municípios que se consolidam.

Estas duas realidades locais mostram a necessidade de aprofundamento dos estudos em desenvolvimento rural. Contudo, independente da categorização acima, os autores entendem que o tema do desenvolvimento rural é complexo, tanto que as discussões atuais giram em torno da superação da ideia de que o rural representa apenas um setor de produção econômica.

Esta posição também é favorável por Ellis (2001), que propõe uma abordagem de desenvolvimento rural que privilegie as estratégias de sobrevivência das famílias rurais por meio da diversificação de seu modo de vida. São as iniciativas e as ações de fato que possibilitarão a melhora das condições de vida das populações rurais, permitindo a reprodução social, econômica e cultural necessária para o processo de desenvolvimento do rural onde vivem.

O desenvolvimento rural passa a ser visto como a combinação de um grupo de ações e de práticas que objetivam a redução da pobreza nas áreas rurais, estimulando processos de autonomia nas decisões dos habitantes rurais, que possibilita definir e controlar as prioridades necessárias que irão efetivar essas mudanças. Esta preocupação nas pesquisas externas de desenvolvimento rural é apresentada por Schneider (2004, p.93): “a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental”.

Independente da categorização acima, Van der Ploeg et al. (2000), Ellis (2001), Schneider (2004) e Ellis e Biggs (2005) entendem que o tema do desenvolvimento rural é complexo, tanto que as discussões atuais giram em torno da superação da ideia de que o rural representa apenas um setor de produção econômica.

## **2.2 Políticas e estratégias de ocupação mato-grossense para territorialização rural do espaço**

Ao considerar o Mato Grosso um dos territórios brasileiros que possui extensas áreas de densidade e de rarefação ocupacional, sua ocupação a partir de 1970 vem repercutir de forma complexa quando o movimento de modernização industrial se apresenta com maior força, evidenciando um alargamento da divisão territorial do trabalho como menciona Silveira (2011). A modernização produtiva é fortalecida pelo movimento da Revolução Verde<sup>28</sup>, na qual as empresas transnacionais se colocam no território brasileiro com força, em vista da política de ocupação dos espaços vazios para a produção agrícola de matéria prima exportável, como a soja, milho e algodão.

A inserção do Mato Grosso na economia brasileira se dá ao final da década de 1990, com o crescimento urbano das regiões Sul e Sudeste do país, que impulsionou a necessidade por alimentos, quando foram implantadas as Colônias Agrícolas Nacionais, tendo como meta de Governo Vargas a ocupação dessas áreas, a fim de ser “produtora e abastecedora do mercado nacional”, como menciona Moreno (2005a, p.36), quando as atividades agrícolas tradicionais passam a ser incluídas em agricultura comercial.

Neste aspecto, a tarefa do Mato Grosso era a produção de alimentos para as demais regiões do país, a oferta de produto primário para o mercado exportador e a resolução de problemas sociais advindos de questões agrárias pelo país (MORENO, 2005a). Essa incumbência do Estado de ser produtor de alimentos para outros, mostra que as políticas públicas de integração não são comuns por todo o território, inclusive desmembrando-se em subpolíticas e se sobrepondo umas às outras.

---

<sup>28</sup> Modelo ocorrido na década de 1960 em nível mundial, tendo como base a modernização agropecuária, com uso intensivo de fertilizantes químicos, sementes selecionadas, processos mecânicos para o trato com o solo e de controle químico de pragas (CASTRO, 1988; GUIMARÃES, 1982).

Este fato segundo Moreno (2005a) é evidenciado no fortalecimento em insumos industriais, por criação de políticas públicas que tinham como foco o fornecimento de insumos e recursos via projetos e programas governamentais, cuja construção da nova capital do Brasil (Brasília) foi um marco importante da interiorização da economia do país, favorecendo a integração das regiões por meio de construção de rodovias de integração.

A integração dos territórios brasileiros efetivamente se mostra no Mato Grosso conforme a concepção de território sob o prisma econômico apresentado por Haesbaert e Limonad (2007). Ele é fruto de embate do homem para a geração de trabalho e renda, mas sobreposto o interesse nacional de inclusão ao mercado globalizado, o que faz deste um mercado controlado por meio de mecanismos nas relações de trabalho.

A forma de controle do Estado aos novos territórios globalizados se dá por meio de programas de desenvolvimento regional que ocorrem com maior intensidade entre as décadas de 1970 a 1980, como forma de integrar regiões periféricas ao país.

Neste intuito, o governo federal cria em 1953 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com a função de coordenar a ação federal na região, que contava com recursos nacionais e estrangeiros via empréstimos no exterior, tendo objetivo de programar uma política federal de acesso à terra, por meio de regularização fundiária e colonização pública e privada. Com isto, o Mato Grosso passou a contar com vários programas e projetos destinados à agropecuária e exploração de recursos minerais (MORENO, 2005a). Essa política governamental de integração apoiava-se em três programas e estratégias operacionais: o Programa de Integração Nacional (PIN); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE).

Segundo Moreno (2005a), entre 1975 a 1979, o Governo Federal também viabilizou os programas setoriais geridos por instituições públicas, chamados “programas integrados para as áreas prioritárias” do Centro-Oeste, escolhidas para receberem maciços investimentos, a fim de responder rapidamente às ações. Isto resultou no: Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA); Programa de Desenvolvimento

dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN).

Moreno (2005b, p.42) também aponta que entre 1970 a 1980 foram criados programas que sobrepuja ações e estratégias espaciais de desenvolvimento, com franca ação política de abertura ao capital estrangeiro na Amazônia e “intervenção por empresas que já dispunham de mecanismos para ampliar e conquistar novos mercados externos”. Estes programas foram: Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE); Corredores de Exportação (COREXPORT); Programa Nipo-brasileiro de Cooperação do Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER); Programa de Incentivos à Produção da Borracha Vegetal (PROBOR); Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia-Tocantins (PRODIAT); Programa de Desenvolvimento Integrado Eixo Norte BR-163 (PRODIEN); Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso (PRODEI) e o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PROMAT).

Após este período, o que vem ocorrer no Mato Grosso é o Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal (PROGRAMA PANTANAL), sendo estes programas de desenvolvimento sustentável.

Fica evidenciado por meio dos programas de desenvolvimento regional implantados no Mato Grosso, seu cunho de fornecedor de matéria prima de exportação, tanto vinculado à produção de grãos, como de madeira e carne. Portanto, seu papel social na ocupação dos espaços vazios deste território para dele retirar alimentos transformáveis em bem econômico foi cumprido nas últimas décadas. Todas as políticas focaram o fortalecimento econômico por meio de produção agropecuária, principal e único produto negociável do território mato-grossense.

### **3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

Metodologicamente, o texto se pautou em uma revisão teórica sobre escala espacial, principalmente de região e território e de breve discussão sobre desenvolvimento rural, além do levantamento de diversos programas e planos que consubstanciaram as políticas públicas para a formação e consolidação de



Mato Grosso, como estratégias espaciais de desenvolvimento da região Centro-Oeste brasileira.

Também se utilizou de dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para ilustrar a ocupação dos espaços.

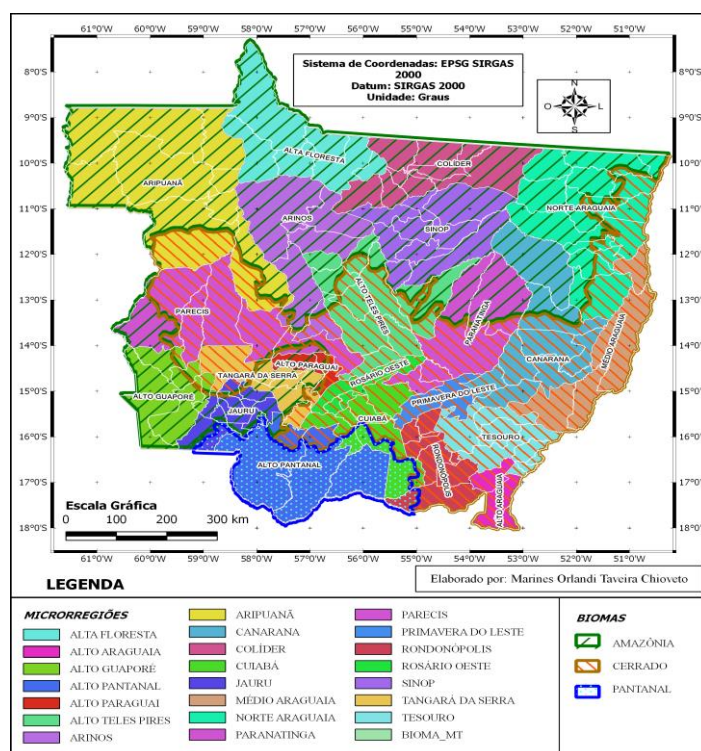
#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No processo de ocupação do estado de Mato Grosso a partir do final do século XX e início do século XXI observa-se uma configuração de região diferenciada. Isto se deve ao fato desta ocupação territorial se configurar em um período, em que a tecnologia e informação proporcionaram o acesso e a difusão de novas fronteiras de ocupação. Neste período, o que se depara são as formas de contato entre os indivíduos se configurarem em redes de interligação (SANTOS, 1993; 1996).

Este novo contato se dá pelo processo de trocas de recursos e informações sem fronteiras, cada vez mais difusas e intangíveis em sua forma de configuração. Torna-se fator a contribuir para a desterritorialização do espaço mencionado por Haesbaert (2005a) e, também, para a nova territorialização (BENKO, 2002), cada vez mais fluído, o conhecimento se torna em ação em regiões e territórios, facultando a este espaço a mundialização/globalização da economia.

Benko (2000) comenta que efetivamente a mundialização da economia, sustentada por novas propostas tecnológicas da informação e da comunicação e por transporte de alta velocidade, modifica as escalas territoriais ou pelo menos mostra relação com o espaço. Isto ficou evidenciado também no Mato Grosso, a partir de sua divisão territorial para criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977. Segundo Higa (2005, p. 90), esta divisão não representou apenas “uma cisão territorial e instalação de novas administrações”. Também representou um marco no processo de ocupação e crescimento dos novos territórios.

**Figura 1** - Mato Grosso: microrregiões e biomas – 2013.



Fonte: Chioveto (2014).

Este Estado renasce quando da divisão e criação de Mato Grosso do Sul com uma configuração espacial regional de 903.329,700 km<sup>2</sup> e apenas com 38 municípios até início de 1979 que, destes, apenas 07 municípios encontravam-se fora do entorno de Cuiabá, sua capital, em um raio de 250 km (HIGA, 2005; IBGE, 2011). Em 1980 havia 55 municípios; em 1990 já possuía 95 e em 2005 constavam com os 141 municípios atuais. Os municípios estão ordenados por microrregiões como apresentado na Figura 1.

Este processo de divisão municipal e recomposição econômica advinda por este processo no qual passou o Mato Grosso no final do século XX, vem mostrar o papel da (des)territorialização para nova configuração de territorialização. Este caminho era apontado por Martins (2001, p. 266), quando menciona que o que nos cabe é “compreender historicamente o processo de fragmentação em curso” ora posto, não uma fragmentação apenas brasileira, mas de todos os países, consolidadas de formas diversas, por processos pacíficos de divisão regional territorial ou de lutas pela manutenção do status original.

A recomposição dos espaços representados pelos sistemas econômico, social e político evolui e se desloca: em escala superior com a criação de blocos econômicos e mercados comuns na tentativa de unificação

espacial econômico e politicamente; na escala inferior há os esforços de unificação territorial em nível regional (BENKO, 2000; MARTINS, 2001).

Sob a perspectiva de Higa (2005, p.91), no caso de Mato Grosso, a divisão territorial intensifica com a criação de novos municípios e agrupadas por microrregiões geográficas, unidos por questões de similaridades, como aos aspectos sociais, ambientais e de uso da terra, está relacionado com as transformações econômicas no território “desencadeadas pelos planos oficiais de desenvolvimento e integração regional”.

Anterior a 1977, a ocupação e a economia voltava-se à agropecuária de subsistência e extrativismo mineral e vegetal. Como exemplo deste formato, surgem os municípios de Cuiabá, Guiratinga e Alto Taquari com exploração mineral; Rondonópolis e Santo Antônio do Leverger na agricultura familiar e Poconé e Cáceres com a pecuária extensiva. Mas a partir do final de 1970, os programas de colonização e projetos de assentamentos respaldaram novos municípios, que se concretizaram a partir do loteamento e formação de núcleos urbanos e implementação de atividades agropecuárias mais precisas, com uso de tecnologia e diminuição da ocupação da força de trabalho (SIQUEIRA, 1990; PRADO JUNIOR, 1999; HIGA, 2005).

Verificou-se que os projetos de assentamentos que propiciaram a colonização, predominaram no centro e norte de Mato Grosso, no qual se concentrou os municípios criados após a divisão do Estado, tendo como referência Alta Floresta e Colíder ao norte e Lucas do Rio Verde e Nova Mutum na região central do Estado. No leste e nordeste há municípios que oportunizaram o extrativismo vegetal e mineral ou agropecuária, como: Ribeirão Cascalheira, Marcelândia, Torixoréu, Guiratinga e Tesouro.

Mas a agricultura diversificada com uso de tecnologia apropriada por uso de maquinários, insumos e técnicas modernas influenciadoras na produtividade (GRAZIANO DA SILVA, 1997; PRADO JUNIOR, 1999) é mais intensamente apropriada pela população localizada às margens dos eixos rodoviários (BRs 364, 070, 163 e 156). Os municípios referência são: Itiquira, Rondonópolis, Campo Verde, Primavera do Leste, Sapezal, Nova Mutum, Sorriso e Campo Novo do Parecis.

Esta perspectiva de estruturação das atividades econômicas trouxe novos municípios e conseqüente crescimento na arrecadação tributária para o Estado com recursos advindos de impostos. Nisto, o governo estadual se

organiza para efetivar políticas de desenvolvimento local, no intuito de fortalecer as potencialidades regionais, delimitadas por resultados econômicos e sociais, que se consolidam com o aumento significativo da população mato-grossense ao longo dos anos, prevalecendo à concentração urbana, inclusive com uma densidade demográfica de 3.825,12 hab/km<sup>2</sup> em 2000 e 4.635,81 hab/km<sup>2</sup> em 2010.

**Tabela 1-** Mato Grosso: população, área e densidade urbana - 2000 e 2010.

	Pop. total	Área (km <sup>2</sup> )	Dens. Tot. hab/ km <sup>2</sup>	Popul. urbana	Área urb. (km <sup>2</sup> )	Dens. Urbana (hab/km <sup>2</sup> )
2000	2.504.353	903.329,70	2,77	1.987.726	519,65	3.825,12
2010	3.035.122	903.329,70	3,36	2.482.801	535,57	4.635,81

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Observa-se que a população ocupou o Estado e se aglomerou nas cidades e seu entorno, regiões com possibilidades de trabalho e renda, de melhores condições de vida e acesso a infraestrutura básica, como educação e saúde. Se observarmos a área total do Mato Grosso e o total de área urbanizada, juntamente com a densidade total e a densidade urbana, esta situação fica claramente evidenciada: a concentração populacional é nas cidades, o que vem comprovar que o rural não é mais atrativo, supostamente por falta de oportunidade de emprego e renda ou por não possibilitar acesso à qualidade de vida às pessoas.

Isto posto, o Mato Grosso surge no século XXI com nova conformação de espaço territorial e populacional. Em 1980, segundo o Censo Demográfico, o Mato Grosso apontava uma população de 1.138.691 habitantes entorno de 903.357 km<sup>2</sup> distribuídos em 33 municípios (MORENO e HIGA, 2005). Em 2010, havia 3.035.122 habitantes, onde destes, 552.321 pessoas residiam no espaço rural e 2.482.801 de pessoas moravam na área urbana dos municípios, população esta distribuída em 141 municípios, 5 Mesorregiões e 22 Microrregiões (IBGE, 2010).

Contudo, dos 141 municípios do Estado, apenas 4 deles possuíam população superior a 100.000 habitantes na primeira década de 2000. Mas ao verificar os dados de 2010: (Cuiabá: 551.098; Várzea Grande: 252.596; Rondonópolis: 195.476 e Sinop: 113.099 habitantes), totalizando 1.112.269 habitantes distribuídos em uma área de 12.352,105 km<sup>2</sup>, vemos uma densidade demográfica total de 90,05 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

**Tabela 2-** Os 4 maiores municípios de Mato Grosso: população, área e densidade - 2000 e 2010.

	Pop. total 4 mun.	Área Total (km <sup>2</sup> )	Dens. Total (hab/km <sup>2</sup> )	Pop. urbana	Área urban. (km <sup>2</sup> )	Dens. Urbana (hab/km <sup>2</sup> )
2000	708.404	11.371,00	62,30	686.076	182,66	3.755,94
2010	1.112.269	12.352,11	90,05	1.105.008	188,26	5.869,58

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Por outro lado, ao olhar para a área urbana desses 4 municípios (188,26 km<sup>2</sup>) em 2010 (Tabela 2) e considerar a população urbana destes, se vê que a concentração populacional efetivamente se deu nas cidades, ou seja, a densidade demográfica urbana salta para 5.869,58 hab/km<sup>2</sup>.

Portanto, se em 2010, conforme Censo Demográfico (IBGE, 2010), o Estado possuía 3.035.122 habitantes e as 4 principais cidades dele possuíam 1.112.269 pessoas, essas cidades detinham 36,65% de toda a população mato-grossense, ficando para os demais 137 municípios uma população de 1.922.853 de habitantes, distribuídas em 890.977,595 km<sup>2</sup>. Com isso, a distribuição espacial da população, na maioria dos municípios, era de 2,16 hab/km<sup>2</sup> no estado de Mato Grosso, o que vem demonstrar a disparidade no adensamento populacional do território.

## CONCLUSÕES

Com o objetivo de compreender o processo de ocupação do espaço tendo por norte as questões de região e território no Mato Grosso a partir da década de 1970, este artigo se propôs a resgatar o processo de ocupação do Estado pela leitura da compreensão teórica de território e região. Fica evidenciada a participação ativa do Estado como fomentador e articulador dessa ocupação territorial “ordenada”, pois o fomento e articulação vêm por meio de políticas públicas para regiões diferenciadas do Mato Grosso e com formato particular para cada qual.

Estes incentivos tidos pelo Estado destinados a atração e manutenção da população ao Mato Grosso a partir de meados do século XX foram decorrentes de políticas públicas federais, advindos principalmente do Programa de Integração Nacional (PIN), que veio para consolidar a ocupação deste território brasileiro, até então pouco conhecido e integrado ao país. Este projeto se preocupou com a criação de estradas indispensáveis para a região, bem como na promoção de política de estímulos para a formação de polos

agrícolas e industriais em Mato Grosso, criado assim projetos públicos como o PROTERRA, PRODOESTE, PROBOR, POLOCENTRO e o POLAMAZÔNIA.

Estes fatores foram decorrentes e consequentes de incentivos fomentados pelos órgãos públicos, que se materializaram em preços baixos das terras, acesso a regularização fundiária, e consequente acesso a propriedade de grandes extensões de terras, que, juntos com o clima e solo e em incentivos fiscais, propiciaram o crescimento do Estado. Este crescimento vem por meio de formas de formação e articulação diferenciada do território como mencionado por Haesbaert (2005) de multiterritorialidade: os “múltiplos territórios” sobrepostos em um espaço geográfico. Há formas diversas de ocupação articuladas com diversas políticas públicas de articulação, que possuíam diferentes intenções de resultados (segurança nacional, fonte de matéria prima ao exterior, resolução de conflitos fundiários ou geração de trabalho e renda vindos de estruturação de atividades agropecuárias).

Contudo, ao tratar o desenvolvimento rural neste espaço amazônico brasileiro, o que se apresenta é o projeto *Agribusiness* mencionado por Veiga (2001) que tem como foco a minimização dos custos dos gêneros e matérias primas, as quais estas são transferidas para indústrias de transformação e exportadores. Para que isso ocorra, se requer uma corrida tecnológica que resulta em especialização das propriedades agropecuárias para a intensificação do uso do solo a fim de tornar-se mais competitiva no mercado exportador. Este fato implica na geração de grande excedente de forças de trabalho não qualificada.

No Mato Grosso, a partir de 1980, a ocupação do espaço por população oriunda das regiões Sul e Sudeste brasileira, aprimora a prática de monocultura agrícola como vetor de crescimento dos municípios que se consolidam. Este fato vem favorecer a profissionalização produtiva, transformando as propriedades rurais em agricultura não familiar, “empurrando” os pequenos proprietários com prática de agricultura familiar para o interior dos municípios e induzindo-os a situação de parca renda familiar, poucas condições de investimento em infraestrutura produtiva, o que vem desencadear o abandono da atividade rural e a saída deste para os espaços urbanos dos municípios.

Por fim, para Storper (1995) e Benko (2002) o que se projeta para o Século XXI são as economias regionais como ativos relacionais, articuladas por

mudanças relacionais, originadas pela pressão da mundialização econômica, articulado por firmas multinacionais. E é este o Mato Grosso atual.

## REFERÊNCIAS

- BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: USP, v.15, p. 45-54, 2002.
- BENKO, G. La recomposicion de los espacios. Traducción María Neffar López. **Geographica**, Colômbia: UV, v. 38, n.1, p.5-12, 2000.
- CASTRO, A. B. de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- CHIOVETO, M. O. T. **Desenvolvimento rural nos biomas mato-grossenses**. 2014. 250 p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Toledo, UNIOESTE, 2014.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ELLIS, F; BIGGS, S. La evolución de los temas relacionados ao desarrollo rural: desde la década de los años '50 al 2000. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Lavras: UFLA, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005.
- FRANK, A. G. Desenvolvimento e subdesenvolvimento latino americano. **In:** PEREIRA, L. Urbanização e subdesenvolvimento. 4. ed. RJ: Zahar, 1979, p. 25-38.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8. ed. SP: Nacional, 1983.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**. RJ: UFF. V. 1, n. 1, p. 74-90, 1999.
- HAESBAERT, R. Região:trajetos e perspectivas. **Anais: Primeira Jornada de Economia Regional Comparada, FEE-RS, Porto Alegre**, 2005.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E.. O território em tempos de globalização. **Revista Etc..., espaço, tempo e crítica**. RJ: UFF, n.2, (4), v.1, p. 35-55, 15 agosto de 2007.
- HIGA, T. C. S. A reordenação do território. In: MORENO. G.; HIGA, T. C. S (Orgs). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p. 90-99.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>>. Acesso em: 31 out 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mt&tema=resultpreluniver\\_censo2010](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mt&tema=resultpreluniver_censo2010)>. Acesso em: 31 out 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. v.7, n. 1, p.43-81, mai. 1997.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez., 2004.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LIMONAD, E. Brasil século XXI: regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (Orgs.). **Brasil século XXI por uma nova regionalização**: agentes, processos e escalas. SP: Max Limonad, p.54-66, 2004.

MARTINS, H. T. A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. **CADERNO CRH**. Salvador: UFBA, n. 35, p. 263-288, jul./dez., 2001.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc... espaço, tempo e crítica**. RJ: UFF. v. 1, n. 3, p. 25-45, 1 de junho de 2007.

MORENO, G. Políticas e estratégias de ocupação. In: **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005a, p. 34-51.

MORENO, G. A. colonização no século XX. In: **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005b, p.52-71.

MORENO, G.; HIGA, C. S. Dinâmica populacional de Mato Grosso. In: **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p.72-87.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.



PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. Los espacios de La globalización. **Anales ... Geografía de La Universidad Complutense**, Madrid: Ed. Comp., .n. 13, p.69-77, 1993.

SANTOS, M. O lugar: encontrando o futuro. **Revista RUA**. Salvador: UFBA, v. 4, n. 1, p. 18-38, 1996.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun., 2004.

SIQUEIRA, E. M. **O processo histórico de Mato Grosso**. 2<sup>a</sup> ed. Cuiabá: UFMT, 1990.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. In: **Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, v. 15, n. 01, p. 387-200, Jan./Dez., 2011.

SINGER, P. I. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

STORPER, M. **Regional economies as relational assets**. University of California, Los Angeles (UCLA), USA: July 27, 1995.

VAN DER PLOEG, J. B., RENTING, H., BRUNORI, G., et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.391-408, out. 2000.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.15, n. 43, p.101-119, 2001.

## CAPÍTULO 11

### DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

Nilton Marques de Oliveira

Moacir Piffer

**Resumo:** Neste capítulo se analisa o processo de desenvolvimento regional no território do Estado do Tocantins por meio dos atores-chave (*Stakeholders*). Utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). As vozes do discurso do sujeito coletivo (DSC) têm como característica os representantes das instituições e organizações social, econômica e política do Tocantins. O período das entrevistas ocorreu entre janeiro e março de 2015. O aporte teórico se sustenta no conceito de desenvolvimento regional. Os principais resultados da pesquisa sugerem que o mais novo estado da federação, Tocantins, tem muitos desafios a serem superados e que os investimentos em infraestrutura básica como: rodovia Belém-Brasília (BR-153), a ferrovia Norte-Sul, hidroelétrica e a construção da capital Palmas, possibilitaram a geração de novos postos de trabalho. Destaca-se, que a maioria dos municípios tem sua base produtiva na economia de subsistência e pouco poder de consumo.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional; Tocantins; discurso do sujeito coletivo (DSC).

**Abstract:** *This chapter analyzes the regional development process in the State of Tocantins through the stakeholders. It was used the technique of Collective Subject Discourse (CSD). The voices of the collective subject discourse have as characteristic the representatives of the social, economic and political institutions and organizations of Tocantins. The interviews took place between January and March 2015. The theoretical framework is based on the regional development concept, and the main results suggest that the state of Tocantins has many challenges to be overcome. In addition, the generation of new jobs is directly related to investments in basic infrastructure, such as: Highway Belém-Brasília (BR-153), Railway North-South, hydroelectric plants and the construction of the capital city Palmas. Must be noted that most of the municipalities have their productive base in the subsistence economy and low power of consumption.*

**Keywords:** *regional development; Tocantins; collective subject discourse (CSD)*

## INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo analisar as percepções dos atores-chave (*Stakeholders*) relacionadas à divisão territorial do norte de Goiás e ao processo de desenvolvimento regional no Tocantins. Desenvolvimento regional

compreende uma amplitude de fatores, além do social, econômico e político no interior de uma região, os quais compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem empregados em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais. (DALLABRIDA, 2011)

O processo de separação entre o sul e o norte de Goiás é antigo, data desde o período colonial, marcado pela luta política em defesa de um ideal de desenvolvimento. Todo esse esforço separatista acabou concretizando-se na Assembleia Constituinte de 1988, cujo artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal criou o Estado do Tocantins, desmembrando do Estado de Goiás. O novo Estado passou a integrar a Região Norte, fazendo parte da Amazônia Legal (OLIVEIRA, 2009).

O Estado do Tocantins possui uma área de 277.620,9 Km<sup>2</sup>, participa com 7% em relação à área da região Norte (3.869.637) e 3,3% do território nacional, sendo Palmas a capital do estado. Subdivide-se o estado, em 139 municípios (IBGE, 2010). Criado em 05 de outubro de 1988, considerando as duas mesorregiões Ocidental e Oriental e as oito microrregiões. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), o Tocantins possui uma população de 1.383,3 mil habitantes, que representa 0,73% de população do país e 8,82% da população da região Norte. A densidade demográfica é de 4,98 hab/km<sup>2</sup>, e composição demográfica é de 79% urbana e 21% rural.

Poucas transformações socioeconômicas ocorreram na década de 1990, pois o Estado do Tocantins ainda estava consolidando os investimentos em infraestrutura básica, tanto na recém-inaugurada capital, Palmas, quanto no restante do Estado. A cidade de Palmas é caracterizada pelo seu planejamento, foi criada quase na mesma forma de Brasília, com preservação de áreas ambientais, praças, hospitais e escolas. É, também, a última cidade do século XX completamente planejada, sendo a mais nova capital estadual do país (OLIVEIRA, 2009).

De fato, o crescimento econômico e a urbanização do Tocantins só vieram a acontecer a partir da primeira década do século XXI. A população do Estado teve um crescimento médio de 22,5%, no período de 2000 a 2010, e em relação ao Produto Interno Bruto foi o Estado que mais cresceu no acumulado entre 2002 e 2010, 74,2% em termos absolutos (IBGE 2012). Quanto à criação

de emprego formal, em 2000, o Estado contava com 106.040, em 2013, esse número passou para 257.536, um crescimento de mais 142% (MTE, 2014).

Isto posto, este capítulo está dividido em cinco partes, além desta introdução. Na segunda parte apresenta-se uma discussão sobre desenvolvimento regional, a seguir os procedimentos metodológicos, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Na quarta parte faz-se a análise e discussão dos principais resultados, por fim apresentam-se as considerações finais.

## **2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Os estudos sobre o desenvolvimento regional devem ser analisados sobre os múltiplos olhares, quando se procuram compreender as relações entre espaços geograficamente definidos, atividades econômicas e fenômenos sociais, e interpretar as desigualdades entre regiões próximas, bem como as periféricas.

Os estudos sistemáticos de base regional tiveram mais destaque no pós-guerra (1950). O debate nesse momento não se centrava mais no crescimento econômico, no PIB per capita, e sim se voltava para um novo paradigma de qualidade de vida e bem-estar, no qual mais avançado assenta-se em conceitos de desenvolvimento de forma holística e não apenas de crescimento (LOPES, 1984).

Autores como Lopes (1984), Boisier (2000) e Furtado (2009) sugerem que o desenvolvimento regional seja impulsionado por uma política de Estado juntamente com a sociedade civil organizada, tendo o planejamento como elemento chave nas proposituras das políticas regionais de desenvolvimento, levando em conta sua especialidade geográfica, a pressão populacional sobre os recursos naturais, sua organização social, estruturas religiosas, mentais e culturais. Além disso, leva-se em conta seu processo histórico de produção e de consumo.

Como assevera Furtado (2009) o principal centro de decisões é o Estado, atribui-se a ele um papel básico na consecução do desenvolvimento, o qual se realizará somente se forem criadas condições para uma participação ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais.

Nessa mesma linha, Aydalot (1985) assegura que a abordagem do desenvolvimento regional deve ser realizada por estudos empíricos, a fim de

identificar problemas específicos e diferenciados, exigindo, portanto, um planejamento. Uma região se define por sua estrutura econômica; ela se caracteriza pelo maior ou menor dinamismo de crescimento. Áreas dinâmicas tendem a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais.

Lopes (1984) discute muito bem a problemática de conceituar e operacionalizar, as políticas de desenvolvimento regional. De natureza conceitual há três tipos de problemas a ser considerado: i) os da consideração da variável espaço; ii) os da interdependência regional e, iii) os da abordagem pluri-disciplinares. O planejamento surge como um conjunto de ações programadas no tempo em que se busca identificar os problemas regionais. Desse modo, na problemática do desenvolvimento regional a análise, a política e o planejamento devem ser bem demarcadas, definidas, pois o planejamento quase tende a confundir-se com o desenvolvimento regional.

Myrdal (1968) contestou os efeitos benéficos do crescimento polarizado, dizendo que os efeitos positivos são anulados pelos efeitos negativos. A atração dos recursos produtivos em favor do polo atuaria no sentido do desequilíbrio, favorecendo as regiões mais ricas em detrimentos das mais pobres.

É nesse contexto que Myrdal (1968) introduz o princípio da cumulatividade dos efeitos ou causas na concentração geográfica das atividades produtivas. Assim, a localização de uma nova atividade econômica tende a levar ao aumento do emprego e da população que, por sua vez atrairia novas atividades se, entretanto, fosse formado um mercado consumidor.

A abordagem cumulativa dos efeitos ou causas<sup>29</sup> possibilitou a Myrdal (1968) integrar, de forma sistemática, os problemas de escolha ótima da localização com os problemas do desenvolvimento regional. Myrdal (1968) afirma que dotar a região com infraestrutura, empresas públicas, serviços básicos de educação e saúde resultam num aumento das receitas fiscais, o que leva a uma melhoria no ambiente empresarial na região/local. Essa teoria é, contudo, uma das poucas do desenvolvimento regional em que o sistema econômico é abordado de forma dinâmica.

---

<sup>29</sup> Os efeitos e causa Myrdal chamou de *spread e backwash*. Os *spread effects* são efeitos cumulativos Inter-regionais positivos com origem na região e que se ramificam para o resto do país. Os *backwash effects* são efeitos cumulativos inter-regionais negativos para o resto do país devido à atração dos fatores para a região.

North (1977) em seu trabalho seminal de 1955 discute que o desenvolvimento regional passa no primeiro momento pela base econômica, a qual fornece os primeiros alicerces do desenvolvimento. Partindo da teoria da base econômica, Schwartzman (1975) explica que o desenvolvimento de uma região depende do dinamismo dessa base e da sua difusão para o resto da economia regional, ou seja, deve apresentar duas condições necessárias para o desenvolvimento: 1) manutenção do dinamismo do produto de exportação; 2) a difusão do dinamismo para outros setores da economia.

Segundo Piffer (2009), o crescimento de uma região decorre do aumento das atividades de base econômica e, conseqüentemente, da demanda por produtos que se oferece para fora da região. Crescendo e expandindo as atividades de base, também se aumenta toda a economia regional. As regiões novas crescem à medida que se expandem as demandas das demais regiões pelos produtos provenientes das empresas localizadas no seu território. Com isso, a integração de uma região só pode ser compreendida quando analisados o perfil e a difusão das atividades de base no espaço territorial, o que estimula a inserção da economia regional na economia nacional.

A atividade total de uma região apresenta uma dicotomia bastante nítida, constando, de um lado as atividades básicas (exportação) e, do outro, as atividades locais (mercado interno). Na concepção de North (1977), a região só se desenvolve a partir da sua base exportadora e do ambiente institucional para fortalecer essa base. As rendas geradas pela procura externa de bens e de serviços impulsionam as atividades locais e diminuem os custos de transação. Esse conceito de base econômica ou de exportação pode ser empregado para a análise tanto de regiões como de setores ou de ramos de atividades urbanas.

A base econômica pode condicionar a capacidade do Estado do Tocantins a se desenvolver e engatar os pequenos municípios que estão fora do núcleo do centro dinâmico de base diversificada. Quando bem empregada as ações, poderão influenciar no processo de desenvolvimento regional, atuando efetivamente com políticas públicas do governo federal, estadual e municipal, incentivando a interação setorial, sua inovação, principalmente com financiamentos e concessão de crédito, além de outras políticas, tais como: construção e melhoria da rede de transporte, melhoria dos pequenos corredores estaduais e municipais que liga ao grande corredor do Estado, a BR-153, telecomunicações, políticas agroindustriais, dentre várias outras.

### **3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

A metodologia utilizada neste capítulo foi a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que tem como fundamento a Teoria da Representação Social e seus pressupostos sociológicos de Moscovici (2009). As representações sociais caracterizam-se como sistemas de valores, ideias e práticas com a dupla função de convencionalizar o mundo e de serem prescritivas. O senso comum é a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar. Moscovici (2009) buscou designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidades individuais e coletivas ou psicológicas e sociais.

As representações sociais nascem no curso das variadas transformações que geram novos conteúdos. As pessoas tornam-se receptivas a manifestações que anteriormente não haviam observado. Todas as coisas que nos tocam no mundo à nossa volta são tanto o efeito de nossas representações como as causas dessas representações (MOSCOVICI, 2009).

Para produzir o DSC, são necessárias três etapas, assim definidas por Lefèvre e Lefèvre (2005): 1) Expressões Chave (Ech), que são trechos selecionados do material verbal, que melhor descrevem seu conteúdo; 2) Ideias Centrais (Ics), também chamadas de categorias, são fórmulas sintéticas que melhor descrevem os sentidos do material verbal coletado e também nos conjuntos de respostas de sentido semelhante ou complementar; 3) Ancoragens (Acs), que são fórmulas sintéticas que descrevem não mais os sentidos, mas as ideologias, os valores, as crenças presentes no material verbal.

O roteiro das entrevistas dividiu-se em dois momentos. No primeiro, analisou-se o desenvolvimento regional, após 1988, no que tange à infraestrutura, à saúde, à educação e à economia. No segundo, ouviu-se quais as perspectivas para o Tocantins nos próximos 10 anos. A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturada, feita pelos próprios pesquisadores. Realizou-se efetivamente 23 entrevistas agendadas com antecedência de no mínimo 3 a 4 dias. Cada entrevista durou cerca de 30 a 45 minutos, e foram feitas entre os meses de janeiro e março de 2015. O recorte analítico completou o território do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, especificamente nos municípios de São Miguel do Tocantins e Tocantinópolis; Araguaína; na região central do estado, Palmas e Porto Nacional; na região

Sudeste do Tocantins: Arraias, Divinópolis e Paranã e, por fim, no sul do estado, no município de Gurupi.

As Organizações e Instituições com seus respectivos representantes foram: **Política:** Ministério do Interior – Ex-representante; Tribunal de Conta do Tocantins – TCE; Ministério Público do Tocantins; Assembleia Legislativa do Tocantins; Associação Tocantinense dos Municípios – ATM; Poder Judiciário; Prefeitura Municipal. **Econômica:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE – Tocantins; Federação da Indústria do Tocantins – FIEITO; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Tocantins – SEPLAN- TO; Associação Comercial e Industrial de Palmas – ACIPA; Associação Comercial e Industrial de Araguaína – ACIARA; Associação Comercial e Industrial de Gurupi – ACIP. **Social:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins – FETAET; Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS; Universidade Federal do Tocantins – UFT; Associação dos Pioneiros de Araguaína – TO; Comissão Pastoral da Terra do Tocantins; Associação de Quebradeira de Coco Babaçu do Tocantins.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir apresenta-se os principais resultados e discussão. O primeiro momento analisou o desenvolvimento regional após 1989. Para tanto, abordou-se as seguintes questões: 1) Na sua opinião, o(a) senhor(a) acha que após a criação do estado do Tocantins houve desenvolvimento social e econômico para a população do Tocantins? 2) Houve investimentos em infraestrutura básica no Tocantins? 3) O(a) senhor(a) acha que houve avanços na área da educação, saúde e segurança para a população do estado?

Os resultados da pesquisa, junto aos *stakeholders*, sobre a categoria “A” – Investimento em infraestrutura ressaltou que, após a criação do Tocantins em 1989, não havia um planejamento definido, tinha apenas planos de governo. Tudo que foi discutido naquela época acabou acontecendo ao longo do tempo, mesmo com mudanças de governo, começando pela infraestrutura viária, rodovias, energia, ferrovia e hidrovias pela posição estratégica de localização que tem o estado. Os *stakeholders* destacaram o papel da Ferrovia Norte-Sul no processo de desenvolvimento regional que será excelente aporte para o escoamento da produção, com isso irá impulsionar ainda mais a economia da



Região Norte. A conclusão da Ferrovia Norte-Sul (FNS) trará uma dinâmica econômica para os estados do Tocantins, Maranhão e Pará, impulsionará a criação de parques agroindustriais e também uma integração com as demais regiões do país.

Os entrevistados destacaram que o SEBRAE tem prestado relevante papel no processo de indução do desenvolvimento social e econômico no Tocantins, com foco nos pequenos negócios, passando a ser interlocutor nesse processo. Além disso, há várias parceiras de diversos segmentos do governo federal, estadual e municipal.

Outros comentaram sobre o acesso que o estado teve com as transferências regulares via projetos dos diversos ministérios, a partir da Constituição de 1988, que foi a montagem dos fundos constitucionais do norte. Também, o Tocantins se beneficiou das normas estabelecidas pelo Congresso Nacional para a partilha dos recursos do fundo de participação dos estados e do fundo de participação dos municípios. Isso possibilitou que o estado implementasse investimentos em infraestrutura básica.

Os incentivos fiscais via Sudam foram importantes na construção de vários projetos, entre eles se destacam os projetos de mineração, frigorífico, usina de álcool e laticínios. Os entrevistados ressaltaram que 70% dos recursos totais dos fundos de participação dos estados seriam transferidos para a região norte, e o estado do Tocantins foi beneficiado, porque ele ficou com uma alíquota de 4,37% de todo o valor total do fundo de participação dos estados.

Percebeu-se a importância da transferência dos recursos federais, quando o entrevistado afirma que a transferência constitucional do fundo de participação dos estados representa um pouco acima da metade da receita do estado do Tocantins. Esses recursos têm permitido alavancar uma série de projetos de infraestrutura econômica, tanto na parte de estradas, na parte de geração de energia elétrica, como na implantação de infraestrutura de atendimento à saúde.

Para um conjunto de entrevistados, a construção da capital, Palmas, no centro geográfico da região foi a coisa mais certa que aconteceu. Para os depoentes o Deputado Siqueira Campos adotou essa ideia de construir a capital aqui, no epicentro geográfico. Então aí, se for considerar tudo o que aconteceu em termos de infraestrutura, houve investimentos em rodovias estaduais e até mesmo na Ferrovia Norte-Sul (FNS), que está nessa lentidão aí, mas sem dúvida

houve investimento em infraestrutura. Neste sentido, Palmas passa a ser o polo de base diversificada de atividade produtiva, bem como seu entorno. Essa base está associada ao corredor da BR-153 e aos seus corredores menores (rodovias estaduais) que impulsionam a mobilidade do capital e das pessoas. North (1977) destaca que, quando a base econômica passa ter diversificação ou manutenção, ela necessita de transporte de uma base econômica primária e que a mesma se difunde para formação de novas bases de atividades econômicas no mesmo local, ou em outro local, formado intercâmbio entre as bases.

Em relação às áreas de saúde e educação, os resultados dos discursos dos atores-chave disseram que houve melhoria, houve avanços. Foram destacadas, nesse sentido, a criação: do centro cardíaco em Palmas, a capital do Estado, e clínicas especializadas. A criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), juntamente com a Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), e a Universidade Católica do Tocantins. Essas conquistas melhoraram o acesso ao ensino e formação superior. Essa base de estrutura do saber e do conhecimento, bem como da saúde, da segurança tende, a promover o desenvolvimento social e econômico dos municípios, implicando numa melhora da qualidade de vida e bem-estar. Na questão da segurança pública, os entrevistados consideram um estado tranquilo, sem grande violência, como cotidianamente são veiculados nas mais variadas mídias de notícias. Myrdal (1968) já discorria sobre as necessidades de investimento na educação, saúde na promoção do desenvolvimento regional.

O discurso da categoria “B” – Conjuntura Política, os entrevistados destacaram que todas as ações do estado se voltaram para Palmas, capital, e pouco para os demais municípios. Houve uma disputa política muito grande e pouca preocupação com desenvolvimento econômico e social nos municípios do Tocantins. Outros, no entanto, ressaltaram que a ascensão política foi feita pelos políticos tradicionais de Goiás. A visão dos políticos era a troca do poder político pelo dinheiro, pelo voto e pelo emprego. Observou-se nessa discussão que o Tocantins tem um grande problema do clientelismo e do assistencialismo. Esse é, portanto, outro grande desafio a ser enfrentado pela sociedade, pois ainda existe a visão da assistência da pobreza como forma de mantê-los presos a uma oligarquia política. Além disso, a cultura do medo ainda predomina em grande parte do estado.

No DSC da categoria “C” sobre o crescimento e desenvolvimento do Tocantins, ressaltaram a crescente participação das indústrias de transformação que estão se instalando com o advento da infraestrutura e posição logística que o estado possui.

Alguns depoentes consideraram que a economia do Tocantins está em processo de maturação. Os grandes mercados nacionais, que estão no Sudeste, estão distantes, por isso, é preciso que se viabilizem os modais para escoamento da produção. O estado possui hidrovia, ferrovia, rodovia, mas é necessário que os coloquem em contato, permitindo que recebam os insumos daqui, processando-os, agregando valor e exportando os produtos para mercados nacional e internacional. O estado tem potencial na produção da soja, do minério, do calcário, no processamento e na industrialização da carne bovina e frangos. Isso certamente poderá trazer novos rumos para o a economia do Tocantins.

Quando se trata do termo desenvolvimento, é difícil chegar a um consenso. Para uns, desenvolvimento é o bem-estar social, para outros é ter acesso aos bens materiais. Autores como Lopes (1984), Boisier (2000) e Furtado (2009) sustentam a ideia de que desenvolvimento deve ser visto de forma holística, e não apenas na forma de crescimento econômico.

Em relação à agricultura familiar os autores-chaves disseram que o grande produtor tem acesso ao crédito com maior facilidade, tendo em vista que produzem *commodities* para exportação; para o pequeno produtor, apenas, poucos recursos. Nesse sentido, North (1977) traz a contribuição dizendo que desenvolvimento de uma região passa pela base econômica.

A seguir analisa-se a perspectiva futura para o estado do Tocantins. Para tanto, definiu-se a seguinte questão: 1) Na sua opinião, quais são as perspectivas para o Tocantins daqui a 10 anos? A perspectiva positiva teve o seguinte discurso. Otimismo na economia nos próximos 10 anos, o PIB pode dobrar, ressaltaram o apoio e os incentivos ao empresariado do Tocantins, por parte das instituições. Acreditam muito na expansão do agronegócio no estado, principalmente na produção de soja e na logística que o estado possui.

O discurso sobre a expansão do agronegócio no Tocantins vai ao encontro dos dados apresentados pela Conab (2014) em que a região do MATOPIBA (região de interface entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí

e Bahia) produziu cerca de 3,5 milhões de toneladas de grãos, sendo a soja com 2,2 milhões de toneladas produzidas na safra de 2013/2014.

Os *stakeholders* ressaltaram que o estado é rico em recursos naturais, minério, água, fertilidade do solo e está localizado no centro do Brasil, posição estratégica no escoamento e recebimento da produção para o mercado interno e externo. O Tocantins é o entroncamento da região sul, sudeste, norte e nordeste, tudo e todos precisam se convergir para cá, assim como antes se convergiam para o triângulo mineiro.

A análise do DSC da categoria “B” – Perspectiva Incerta, os entrevistados tiveram uma perspectiva incerta quanto ao futuro do estado, isto é, não tão boa quanto a primeira categoria. Mostraram-se insatisfeitos com a condução da gestão pública tanto estadual quanto municipal, pois, segundo eles, há grande dificuldade de haver uma transformação, tendo em vista que a questão política permanece conservadora.

Segundo a visão dos entrevistados, é preciso que os gestores tenham perfil ético, social, conhecimento em legislação e capacidade em captar recursos para promover o desenvolvimento. Tem-se uma crise financeira no estado; há distorções que pressionam o orçamento do estado, dificultando a implementação de um programa com recursos próprios na promoção do desenvolvimento nos próximos 10 anos.

Eles não acreditam que o setor industrial vai se expandir, contudo pode haver pequena agregação de valor na produção agropecuária, na extração de minério e calcário, industrialização de frutas e indústria de couro, ou seja, indústria básica.

Nesse grupo de entrevistados, a visão deles sobre a agricultura familiar não foi das melhores. Disseram que o governo federal não tem prioridade na reforma agrária, não valoriza as comunidades tradicionais, porém, tem-se grande incentivo para soja, eucalipto e a pecuária de corte. Nessas vozes, evidenciou-se que a economia do território do Tocantins está vinculada a uma base da agropecuária, todavia, isso não se reflete em todo território, pois muitos dos municípios estão abaixo dessa base de polo de manutenção, a qual esses municípios são considerados pobres e de corredores da miséria, seu consumo é de produto primário da agricultura de subsistência.

Por fim, a categoria “C” sobre os desafios a serem superados pelo estado do Tocantins. Disseram que a máquina pública absorve grande parte dos

recursos financeiros da economia. Há uma grande dependência do poder público estadual e municipal na geração de emprego e renda. Elevada carga tributária no estado; dificuldade de se contratar mão de obra qualificada; competição acirrada de mercado, reflexo dos produtos importados de baixo nível de competitividade; baixa agregação de valor nos produtos do Tocantins; endividamento das famílias tocantinenses; preço elevado das matérias primas e financiamento de longo prazo. Outro desafio destacado pelos *stakeholders* foi a questão da pobreza no estado, dizendo que quase a metade da população sobrevive com até um salário mínimo de renda, isso significa que o estado tem uma economia fraca no poder de consumo.

Nesse caso, o Estado deve nortear dinamizar as bases produtivas nos pequenos municípios, principalmente nas camadas mais pobres da população, isso é, projetos produtivos de pequenas escalas que incorporam essa camada mais pobre nas atividades econômicas e que as insiram na economia formal e no consumo.

Essa posição dos atores-chave fica evidenciada algumas respostas no sentido de elaborar políticas públicas: como diagnósticos das potencialidades locais e suas atividades atrativas, bem como expandir sua economia local, via cursos profissionalizantes, incentivando a participação da população junto às decisões dos gestores locais, fomentar o microcrédito para pequenos negócios, gerar emprego para uma grande massa de pessoas não qualificadas. Implementar a infraestrutura básica no setor do turismo, aquecer a economia local na época de festival de praia, fortalecer a infraestrutura no distrito de Taquaruçu, no Parque Nacional do Jalapão, em que as demandas vão desde caixa eletrônicos, restaurantes, pousadas e hotéis, entres outros.

No pensamento dos atores-chave, os desafios a serem superados, passam pela questão do planejamento estratégico do território tocantinense, independente de ações partidárias, buscando alternativas simples, como a participação da sociedade e das organizações. Desse modo, é possível construir e desenvolver um projeto sustentável, mas equitativo a médio e a longo prazo para população dos municípios tocantinense, principalmente para os municípios que estão afastados das rodovias, principalmente a BR-153, que constitui o principal corredor de bens e serviços.

## CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as percepções dos atores-chave (*stakeholders*) sobre o processo de criação e emancipação do território do estado do Tocantins na construção do processo de desenvolvimento regional. O método de análise foi a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) que têm como característica os representantes das instituições e organizações social, econômica e política do Tocantins. Os *stakeholders* destacaram o papel da Ferrovia Norte-Sul no processo de desenvolvimento regional que será excelente aporte para o escoamento da produção, com isso irá impulsionar ainda mais a economia da Região Norte.

Em relação às áreas de saúde e educação, os resultados dos discursos dos atores-chave disseram que houve melhorias e avanços. Destaca-se nesse sentido, a criação: do centro cardíaco em Palmas, a capital do Estado, e clínicas especializada na área da saúde. Na área de ensino destacaram a criação de novas Universidades e essas conquistas melhoraram o acesso ao ensino superior.

Quanto aos desafios a serem superados destaca-se a pobreza no estado, quase a metade da população sobrevive com até um salário mínimo de renda, isso significa que o estado tem uma economia fraca no poder de consumo.

Nesse caso, o Estado deve dinamizar as bases produtivas nos pequenos municípios, nas camadas mais pobres da população. Os gestores locais devem fazer uma audiência pública, ouvir as demandas locais e regionais pra formular políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento das potencialidades locais. Deve-se, também, fomentar o microcrédito para pequenos negócios.

No pensamento dos atores-chave, os desafios a serem superados, passam pela questão do planejamento estratégico do território tocantinense, independente de ações partidárias, buscando alternativas simples, como a participação da sociedade e das organizações.

Conclui-se, portanto, que após sua criação em 1989, o Estado do Tocantins proporcionou acesso aos bens e serviços para sua população, como: educação, saúde, transporte, moradia e emprego, uma condição melhor do que era, no passado. O Tocantins se encontra num processo de crescimento e desenvolvimento social, político e econômico, no entanto, tem um longo caminho a percorrer.

Sugere para futuras pesquisas a elaboração de um indicador de desenvolvimento regional, com dimensões sociais, econômicas, institucionais e ambientais para quantificar tanto seu crescimento quanto seu desenvolvimento social e econômico.

## REFERÊNCIAS

- AYDALOT, P. **Économierégionale et urbaine**. Paris: Econômica, 1985.
- BOISIER, S. Desarrollo (Local): ¿ de qué estamos hablando? In: BECKER, D.F.; BANDIERA, P.S. (Orgs.) **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e desafios contemporâneos**, v. 1. Santa Cruz: Edunisc, 2000.
- DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009, 234p.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1980 a 2010**. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. 97p.
- LOPES, A. S. **Desenvolvimento Regional: problemática, teoria e modelos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2. ed. 1984, p. 2-35.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- NORTH, D. C. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE –MINTER, p. 333-343, 1977
- OLIVEIRA, J. M. M. As mudanças no perfil do eleitorado brasileiro. In: PEREIRA, Z. (Org.) **Ensaios contemporâneos sobre o Estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2009.
- PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. 167f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2009.

## CAPÍTULO 12

### AS TRANSFORMAÇÕES DA BASE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DO CENTRO NORTE-BR (2000-2015)

Thiago José Arruda de Oliveira

Moacir Piffer

**Resumo:** O principal objetivo desta pesquisa consistiu em analisar quais foram os municípios do Centro Norte do Brasil que transformaram as suas bases econômicas. Para tanto, utilizou-se do arcabouço teórico formulado por Douglass C. North, além de revisão bibliográfica e emprego do Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Especialização (CE), Multiplicador de Emprego (ME) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com o intuito de observar as variações locais das atividades básicas e das instituições inclusivas, para os anos de 2000, 2007 e 2015. Os resultados apontaram que o surgimento de canais de transporte e instituições estatais viabilizou a difusão da agropecuária, comércio de produtos e administração pública em seus municípios. Nesse contexto, Marabá-PA, Redenção-PA, Imperatriz-MA, Araguaína-TO, Colinas-TO, Porto Nacional-TO, Gurupi-TO, Colinas-TO, Luís Eduardo Magalhães-BA, Barreiras-BA, Floriano-PI e Palmas-TO diversificaram as suas bases, elevando o grau de inserção do Centro Norte brasileiro no contexto econômico nacional.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional; formação econômica; base econômica; Centro Norte do Brasil.

**Abstract:** *This contribution analyzes which municipalities of the Northern Center in Brazil transformed its economic fundamentals based on the theory of Douglass C. North supported by bibliographic research, Locational Quotient (QL), Coefficient of Specialization (CE), Employment Multiplier (ME) and FIRJAN Index of Municipal Development (IFDM). Specifically, locational variations of basic activities and inclusive institutions in 2000, 2007 and 2015 were observed. The results implicate that the emergence of infrastructure and public institutions enabled dissemination of agriculture, stock farming, commerce and public administration in municipalities. It can be asserted that most of the municipalities depend strictly on employment and income of such activities. Others, such as Marabá-PA, Redenção-PA, Imperatriz-MA, Araguaína-TO, Colinas-TO, Porto Nacional-TO, Gurupi-TO, Luís Edaurdo Magalhães-BA, Barreiras-BA, Floriano-PI and Palmas-TO were able to diversify its economic basis and being responsible for inserting the Northern Center into the national economic scenario.*

**Keywords:** *Regional development; economic formation; economic basis; Northern Center of Brazil.*



## INTRODUÇÃO

O Centro Norte do Brasil, constituído pelos estados do Tocantins, oeste da Bahia, sul do Piauí, centro e sul do Maranhão, mesorregião Sudeste Paraense e a microrregião Norte Araguaia-MT, é uma região estratégica elaborada por Brasil (2008) com o intuito de torna-se alvo de políticas públicas em prol da integração nacional. Apesar da sua criação recente, possui um longo processo histórico de transformação das suas bases econômicas<sup>30</sup>.

Isso ocorreu por causa da abundância de recursos naturais dentro dos seus domínios. Desse modo, atraiu-se capital e instituições, surgindo assim uma base econômica primária. Em compensação, existem exceções, como Palmas-TO, que por meio da administração pública, incorporou-se rapidamente em áreas de mercados, tornando-se um dos principais *shoppings centers*<sup>31</sup> do Centro Norte BR<sup>32</sup>.

Em vista de tais constatações, o principal objetivo desta pesquisa consistiu em analisar quais foram os municípios do Centro Norte do Brasil, que diversificaram as suas bases econômicas, possibilitando a sua integração no contexto produtivo nacional. Justifica-se a realização deste estudo por tratar-se de uma delimitação geográfica recentemente formulada, e por isso, escassa em pesquisas científicas. Desse modo, preenche-se uma lacuna que possibilitará maior entendimento sobre o processo de desenvolvimento regional no interior do Brasil. Além da Introdução, segue-se a elaboração desse artigo por meio dos Procedimentos Metodológicos, Revisão de Literatura, Resultados e Discussões e a Conclusão.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa segue integralmente a Teoria da Base Econômica elaborada por North (1961a, 1961b, 1966, 1977a e 1977b). Após o ano de 1990, North (1990 e 1998) incluiu o conceito de instituições no processo de

---

<sup>30</sup> Sobre o processo histórico de difusão da base econômica nos municípios do Centro Norte do Brasil ver Oliveira; Piffer (2017).

<sup>31</sup> Nesse contexto, *shoppings centers* são núcleo urbanos que agrupam diferentes estabelecimentos comerciais e serviços. Como resultado, diminui-se o custo de deslocamento, facilitando e estimulando o consumo dos residentes. Aqueles que adquirem essa diversificação produtiva tornam-se pontos que absorvem pessoas, mercadorias e serviços, igual um centro de compras. São Paulo-SP é o principal *shopping* nacional, enquanto Brasília-DF, Goiânia-GO, Belém-PA, São Luís-MA e Fortaleza-CE atendem ao público regional.

<sup>32</sup> Sobre a centralidade urbana de Palmas-TO no Centro Norte ver Oliveira; Piffer (2015).

transformação das bases econômicas. Apesar da existência de outros pensamentos sobre o desenvolvimento regional, como a Teoria dos Polos de F. Perroux e da Causação Circular de G. Myrdal, entende-se que os preceitos de Douglass C. North atendem aos anseios para a interpretação dos fenômenos espaciais envolvendo a região analisada.

Na essência, a Teoria da Base Econômica relaciona-se com o processo de ocupação e expansão produtiva dos Estados Unidos da América, entre os séculos XVIII e XX. A questão consiste em compreender como os americanos, que iniciaram a história produzindo apenas o suficiente para a sobrevivência dos seus residentes, em 200 anos reverteram esse processo (NORTH, 1966 e 1977a).

Se os EUA conseguiram, nações com grandes dimensões territoriais como a Rússia, Índia e Brasil, possuem condições de criarem novas capacidades produtivas dentro das bases econômicas. Desse modo, Douglass C. North teorizou sobre o processo de desenvolvimento regional a partir da difusão de inovações.

## **2.1. O desenvolvimento regional sob a influência da base econômica**

Nos Estados Unidos, a renda proveniente das exportações se converteu em ganhos internos. North (1961b) relata sobre esse processo, classificando as atividades em residenciais, termo que designa as produções voltadas para o abastecimento doméstico, e as exportadoras, motrizes ou básicas. Essas se direcionam para outros mercados desde que tenham vantagem em relação aos concorrentes. O Quadro 1 sintetiza essas informações:

**Quadro 1 – As componentes da base econômica**

Atividade	Demanda	Dependência	Função
Exportadora, motriz ou básica	Externa	Mercado internacional	Captação de recursos
Residencial, doméstica ou complementar	Interna	Atividades exportadoras	Distribuição dos recursos

Fonte: North (1961b, 1977). Elaborado pelo autor.

Observa-se que a atividade exportadora, motriz ou base, estimula a entrada de capital através dos ganhos obtidos no mercado internacional. Por outra via, as residenciais distribuem os ganhos adquiridos, além de diminuir

a dependência externa. Assim, a Teoria da Base Econômica de D.C. North trata das interações entre as atividades motrizes com as complementares.

No entanto, a baixa elasticidade-renda de certos produtos, como os agrícolas e minerais, dificulta a continuidade dos ganhos provenientes com as exportações. Assim, um dos modos de auferir ganhos por longos períodos consiste na modernização da rede de transportes (NORTH, 1966).

Por outro lado, embora a região minimize os custos de deslocamento, as chances de auferir prejuízos são factíveis. Em meados do século XX, substituiu-se o algodão pelas versáteis fibras sintéticas, derivadas do petróleo. Essa troca acarretou mudanças de hábitos da população mundial, minimizando os rendimentos das regiões cotonicultoras. De outro modo, a crescente procura pelo combustível fóssil aumentou os ganhos nas áreas petrolíferas (NORTH, 1961b e 1966).

Por isso, reconhece os perigos do comércio exclusivo de *commodities* e recomenda-se a criação de novas capacidades produtivas regionais. Neste sentido, a formação de *linkage effects*, concepção elaborada por Hirschman (1977)<sup>33</sup>, colabora para o processo de diversificação produtiva, além de aumentar a massa consumidora interna. Para isso, o bem exportado gera efeitos, como:

- Efeito para frente: relaciona-se às unidades que se estabelecem no entorno da atividade motriz.
- Efeito para trás: representa os fornecedores de insumos e bens de capital.
- Demanda final: mencionam as economias que abastecem o mercado doméstico.

As regiões afortunadas com recursos naturais possuem facilidade em obter os *linkage effects*, desde que o empresariado seja encorajado a explorar esses bens. Caso os incentivos sejam insuficientes, concentram-nos na exportação de *commodities*, minando qualquer possibilidade de expandir a base econômica regional (NORTH, 1961b).

---

<sup>33</sup>North (1961b) cita A. Hirschman.

Por fim, North (1961b) frisa que os investimentos em educação e cultura trazem os maiores benefícios para a população. Serão eles que desenvolverão os *linkage effects* que atenderão à demanda interna.

Nesse sentido, o principal objetivo da base econômica é a ampliação do mercado consumidor interno<sup>34</sup>. Com renda, surgem novos bens e serviços que alargam os ganhos dessas bases. Em decorrência disso, a região se torna um *shopping center*, isto é, um ponto de consumo e que atrai trabalhadores de outras partes do País.

## **2.2 O enfoque institucional da base econômica**

Após a vitória na II Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos conduziram isoladamente o sistema financeiro mundial. Elaborou-se o Plano Marshall para a Europa e o Plano Colombo para as nações asiáticas com vista à recuperação das suas bases produtivas. De igual modo, na América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) atuou na América Latina, por meio de empréstimos financeiros, para conter a ameaça socialista e proteger os interesses dos americanos no seu continente. Entretanto, a vinda de capitais estrangeiros obteve diferentes resultados ao redor do mundo. Nos países latino-americanos, como o Brasil, ocorreram períodos de crescimento econômico acompanhados de aumento nas desigualdades sociais. De outra forma, nações asiáticas como o Japão e a Coreia do Sul alcançaram um grau de desenvolvimento similar ao dos EUA (NORTH, 1966).

North (1990 e 1998) percebe que as relações econômicas mundiais se diferenciam da década de 1950, período em que elaborou a Teoria da Base Econômica. Em vista disso, revisam-se os mecanismos que incentivam o crescimento econômico no longo prazo.

Presumindo-se que a concepção neoclássica é condição insuficiente para explicar as mudanças na base econômica, North (1998) insere o conceito de ideologia, com o intuito de compreender os fatores que afetaram o desempenho produtivo das nações. Em princípio, nem todas as pessoas são abertas ao conhecimento e às inovações, apegando às atitudes pré-

---

<sup>34</sup>North (1977b) reconhece que a distribuição de renda é a força propulsora para o processo de desenvolvimento regional.

newtonianas<sup>35</sup>, termo retirado de Rostow (1971). Assim, o comportamento humano se torna fator determinante para o processo de desenvolvimento regional.

Desse modo, o ambiente institucional altera a conduta das pessoas, estimulam a criatividade e minimizam os custos de transação. Nessa sociedade, as informações são disseminadas, e os contratos, cumpridos. Esse comportamento limita os riscos e as incertezas, de modo a criar um ambiente que garanta o direito de propriedade, motive os empregados a trabalharem por melhores salários, e empresários a criarem e ampliarem as capacidades produtivas existentes (NORTH, 1966; NORTH, 1998).

Em vista disso, as instituições se tornam fundamentais no processo de transformação das bases econômicas. Dentre esses, Acemoglu; Robinson (2012) mostram que as instituições inclusivas são as responsáveis por modificarem o desempenho dessas bases estimulando os residentes a se inserirem em atividades que façam o melhor uso de seus talentos e habilidades. Com isso, os municípios adquirem novos meios de criarem inovações e aumentarem as suas receitas.

Nesta pesquisa, assumiu-se que os modernos canais de transporte junto com as unidades de saúde e educação básica, e a oferta de empregos são as instituições responsáveis por inserirem os residentes nas dinâmicas promovidas pelas bases regionais. Aqueles que tiverem alto desempenho nesses parâmetros possuem condições de auferir ganhos produtivos por longos períodos.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Analisa-se o processo de difusão da base econômica do Centro Norte – BR, uma delimitação espacial elaborada por Brasil (2008). A Figura 1 mostra a sua localização geográfica:

---

<sup>35</sup>Refere-se ao cientista inglês Isaac Newton (1643-1727). Ele afirmou que o ser humano possui capacidade de manipular as leis naturais do universo. Uma sociedade pré-newtoniana desacredita nessa habilidade e se apega aos dogmas e preceitos religiosos (ROSTOW, 1971). Em North (1977b), W. W. Rostow é citado.

Figura 1. Localização geográfica das microrregiões do Centro Norte



Fonte: Brasil (2008). Adaptado pelo autor.

Escolhido o recorte geográfico, utiliza-se de indicadores regionais como o Quociente Locacional (QL), que expõe a distribuição das atividades básicas ou motrizes em uma delimitação geográfica. Além desse, empregam-se o Multiplicador de Emprego (ME) a fim de quantificar o impacto dos ramos produtivos na geração de postos de trabalho, e o Coeficiente de Especialização (CE), que demonstra se a base municipal se concentra na produção de poucas ou muitas atividades econômicas<sup>36</sup>.

Adiciona-se na análise o Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A sua função consiste em detectar quais os municípios que possuem instituições capazes de incentivar os seus residentes a criarem inovações nas suas bases. Quanto mais próximo de 1, maiores serão as chances de difundir novas capacidades produtivas.

Em relação à discussão dos resultados, de 1500 até 2000, a pesquisa adota uma análise descritiva com o propósito de relatar o processo de entrada dos fatores de produção no Centro Norte. Enfatizam-se as suas características físicas, a atuação do Estado, as frentes migratórias e a inserção das microrregiões em áreas de mercado. Esta fase da análise possui enfoque

<sup>36</sup> Para maiores informações sobre a composição desses indicadores regionais, ver Piffer (2013).

exploratório, de modo a lançar uma visão abrangente sobre o processo de formação da base econômica desse período.

A partir de 2000, incorpora-se na pesquisa a escala municipal e os indicadores regionais. Essa desagregação se relaciona com a diminuição no número de municípios criados no início do século XXI, permitindo uma análise intertemporal sem grandes perdas de dados. Além desse ano, incorporam-se 2007 e 2015 com o intuito de facilitar a visualização das transformações espaciais originadas pelas bases econômicas do Centro Norte.

Por fim, utiliza-se como variável-base a População Economicamente Ativa (PEA), fornecida pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Esses dados permitem a aplicação de indicadores em escala microrregional e municipal. Os ramos de atividades seguem a divisão adotada por Piffer (2013). O referencial teórico acompanha os preceitos de North (1961a, 1961b, 1966, 1977a, 1977b, 1990 e 1998) que relata o processo de formação econômica das regiões por meio da Teoria da Base Econômica.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nos próximos parágrafos serão apresentados os resultados e feitas as discussões.

### **4.1 As primeiras bases econômicas no Centro Norte BR (1500-2000)**

No Centro Norte - BR existem 3 tipos de biomas, a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Presente na maior parte do Sudeste Paraense, a floresta amazônica oferece riquezas vegetais como madeiras e peixes, minerais, especialmente minério de ferro e ouro, e um solo com média fertilidade natural, propiciando a sua exploração para fins agropecuários.

Embora o bioma amazônico tenha as suas vantagens, a primeira área a ser ocupada no Centro Norte brasileiro foi o Cerrado nordestino por meio da criação de gado. Após cruzarem o rio São Francisco, logo os sertanejos avançaram nos territórios indígenas alcançando as bacias dos rios Mearim, Parnaíba e o vale do rio Tocantins. A sua produção abastecia os engenhos de cana-de-açúcar do litoral com carne, ou animais vivos (PRADO JÚNIOR, 2012).

A infiltração no interior da Colônia possibilitou o descobrimento, no primeiro quartel do século XVIII, das minas de ouro na atual microrregião de Dianópolis-TO. Para os criadores de gado, a mineração significou uma oportunidade de auferir ganhos, tendo em vista que a demanda por carne crescia porque vinham funcionários da corte, pequenos comerciantes, contrabandistas e procurados da justiça. Entre 1750 e 1754, a extração dessa pedra preciosa no sertão goiano representava um terço do total extraído na Colônia (NOYA PINTO, 1979).

A intensa retirada do metal nos barrancos de rios e riachos esgotavam rapidamente as minas, resultando no abandono dessa atividade. Além disso, nenhuma parte dessa riqueza reverteu-se em novas capacidades produtivas, tampouco na manutenção dessa produção. Nesse sentido, no início do século XIX, a base do Centro Norte-BR retornava para a criação de bois e a agricultura de subsistência.

Se no Cerrado nordestino e Médio Tocantins o cenário era de manutenção da base econômica agrícola, na Amazônia concentravam-se as áreas exclusivamente voltadas para o extrativismo vegetal, caça e pesca. Os perigos da densa floresta tropical minaram qualquer possibilidade de formar uma base produtiva dinâmica (PRADO JÚNIOR, 2012).

Extingue-se o isolamento no final do século XIX com o ciclo da borracha. A atividade irradiou-se do rio Amazonas até o Itacaiúnas, no Sudeste Paraense. A extração da goma atraiu os goianos, maranhenses e mato-grossenses. Em 1889, um comerciante de Grajaú-MA, chamado Francisco Coelho, montou entre os rios Tocantins e Itacaiúnas um comércio para abastecer os seringais que hoje corresponde à cidade de Marabá-PA (OLIVEIRA, 1983).

Em 1910, a atividade gumífera da Amazônia enfrentava a concorrência asiática, que instalou um moderno sistema de seringais, cuja densidade de árvore por hectare é de 200 pés, enquanto que a floresta amazônica contava, em média, com 1,5 pés/ha. Com excesso desse produto no mercado, os preços caíram e as casas de aviamento faliram em detrimento da perda de receita (SANTOS, 1980).

Nesse sentido, as primeiras bases econômicas do Centro Norte-BR surgiram por meio da exploração de recursos naturais. A insuficiência de capital, a inoperância das instituições públicas e a deficiente rede de transportes



impossibilitaram a expansão dos ganhos desta base. Por outro lado, a vinda de imigrantes contribuiu para a formação das primeiras vilas que posteriormente se tornariam grandes centros regionais, porém, diante das limitações impostas, impedidos de criarem novas capacidades produtivas.

Altera-se o cenário a partir de 1930 através da construção de rodovias que partiam de Goiânia-GO e Brasília-DF rumo ao Norte e Nordeste do País. Todavia, a ausência de instituições ao longo dos trechos rodoviários desestimulava a colonização agrícola nas suas margens. Diante disso, instalaram-se escritórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para regulamentar a ocupação das novas terras.

Entretanto, o impulso necessário para a transformação da base econômica do Centro Norte ocorreu com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aplicado entre os anos de 1974 e 1978. Nesse intervalo de tempo, surgiram o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Supervisionam esses programas a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO).

Dentre os projetos, o Grande Carajás, no Sudeste Paraense, gerou o maior impacto na base econômica do Centro Norte. Sob o comando da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), extrai-se minério de ferro em Parauapebas-PA e os transportam, por meio da Estrada de Ferro Carajás, até o porto Ponta da Madeira, em São Luís-MA. Trata-se de um exemplo raro de ação governamental coordenada na qual se empregou meios técnicos e científicos para viabilizar o empreendimento (OLIVEIRA, 1983).

Com o término do governo militar, extingue-se as políticas desenvolvimentistas. No final da década de 1980, o único projeto de grande repercussão foi o desmembramento do norte goiano, surgindo o estado do Tocantins. Com isso, o Centro Norte passaria por um novo ciclo de investimentos liderado pela nova capital estadual, Palmas-TO. Empregaram os recursos públicos na construção de prédios, postes de energia e no asfaltamento, transformando esta cidade no principal canteiro de obras do País, atraindo pessoas de todas as regiões brasileiras (LIRA, 2011).

Dessa forma, Incra, Embrapa, Sudam, Sudene, Sudeco e o Congresso Nacional foram as instituições que atuaram no sentido de consolidar os novos ramos produtivos - agricultura mecanizada, exploração mineral e atividades urbanas -, modificando a base econômica do Centro Norte, processo desencadeado por meio das rodovias.

Embora a corrupção prevalecesse em instituições como o Incra, tais iniciativas possibilitaram que no ano de 2000 todas as microrregiões do Centro Norte brasileiro se integrem em áreas de mercado. A formação desse cenário relaciona-se ao surgimento de novas atividades, como o plantio mecanizado de grãos, especialmente de soja e milho no Cerrado nordestino e leste tocantinense, e a consolidação da mineração no Sudeste Paraense. Os ganhos advindos dessas produções possibilitaram a difusão de inovações em seus municípios.

#### **4.2 O processo de difusão da base econômica no Centro Norte BR (2000-2015)**

De acordo com o QL, observou-se que, entre 2000, 2007 e 2015, a agropecuária expande-se para todo o Centro Norte, tornando-se uma atividade motriz em quase todos os seus municípios. Esse cenário associa-se com o aumento da área plantada de soja no Cerrado e nas proximidades com a floresta amazônica. No caso do Sudeste Paraense, o movimento de deslocamento das frentes pioneiras, iniciado no final da década de 1960, incorporou novas terras através da bovinocultura.

Nessa mesorregião, em 2000, surgiram aglomerações de municípios especializados na produção industrial de bens tradicionais, com destaque para o processamento da carne bovina e de madeira. No ano de 2015, constata-se no Tocantins, Maranhão e Norte Araguaia-MT o surgimento de indústrias voltadas para o abate de bois e frangos, e o processamento da soja.

Em relação às indústrias não-tradicionais, estas se concentram em poucos municípios, sendo que o curtimento do couro bovino é a principal atividade, localizando-se próximas às áreas de criação de bois.

No caso dos ramos tradicionais, em 2000 e 2007, estes se aglomeravam na confluência entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão e tinham como base o processamento do ferro metálico e o silício. Em 2015, essas atividades perdem importância, porém surgem novas unidades no oeste baiano,

sul maranhense e leste tocantinense, voltadas para a fabricação de biocombustível por meio da cana-de-açúcar.

Na mineração, entre 2000 e 2015, constatou-se o crescimento na quantidade de municípios especializados nessa atividade no sul piauiense e maranhense. Estes têm como base a extração de areia e brita para a fabricação de tijolos, telhas e lajotas. No Sudeste Paraense, os seus municípios extraem minérios, como o ferro, em Parauapebas-PA; ouro em Curionópolis-PA e Floresta do Araguaia-PA; cobre, em Marabá-PA; níquel, em Ourilândia do Norte-PA e Tucumã-PA; bauxita em Paragominas-PA e estanho em São Félix do Xingu-PA.

Entretanto, após o fechamento de unidades que fabricam ferro-gusa em Marabá-PA, Açailândia-MA e Pindaré Mirim-MA, devido à crise de 2008, restringe-se os ganhos da base econômica regional. Sem esse encadeamento, a maior parte dos minérios in natura extraídos no Sudeste Paraense destinam-se exclusivamente ao mercado externo pela Estrada de Ferro Carajás.

No ramo da construção civil, houve drástica diminuição na quantidade de municípios que o detinham como atividade básica no ano de 2015. Este fenômeno relaciona-se com o restrito tempo de duração de grandes obras como a Ferrovia Norte Sul e a construção de usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins, que trazem impactos significativos para o comércio municipal, porém somente por alguns anos.

Similar à construção civil, os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) possuem tempo limitado de atuação como atividade motriz. Entre 2000 e 2015, tornaram-se a base no sul piauiense e leste tocantinense, áreas agrícolas recentemente ocupadas. Ademais, presenciam-se QIs elevados na microrregião Médio Mearim-MA, onde se inicia a exploração de gás natural. São regiões que se encontravam ausentes de serviços essenciais para o bom funcionamento das unidades produtivas e bem-estar dos seus trabalhadores. Por isso, as instituições suprem essa necessidade realizando investimentos no abastecimento de água e energia elétrica para esses municípios.

Entre 2000 e 2015, observou-se a dispersão do QI comércio de produtos no Centro Norte, principalmente nos municípios localizados no centro e norte do Maranhão. São áreas desprovidas de grandes jazidas minerais e extensões de terra com fertilidade natural, fatores que alavancariam novos investimentos em suas bases econômicas.

O espraiamento dos ramos comerciais, de igual modo, relaciona-se com as políticas públicas federais, como o “Bolsa Família” e o “Fome Zero”. São iniciativas que aumentaram a procura por bens de consumo imediato, impulsionando as trocas internas. Em regiões marginalizadas, como a Caatinga piauiense e as microrregiões próximas de São Luís-MA, tratam-se de iniciativas que transformaram a base econômica regional.

No que tange aos serviços de suporte, os municípios que se especializaram nessas atividades foram impulsionados pela plantação de eucaliptos em Ananás-TO, Vila Nova dos Martírios-MA e Urbano Santos-MA, produção destinada à fábrica da Suzano Papel & Celulose, em Imperatriz-MA<sup>37</sup>, ou para abastecer os fornos das usinas de ferro gusa que continuam em operação apesar da crise de 2008.

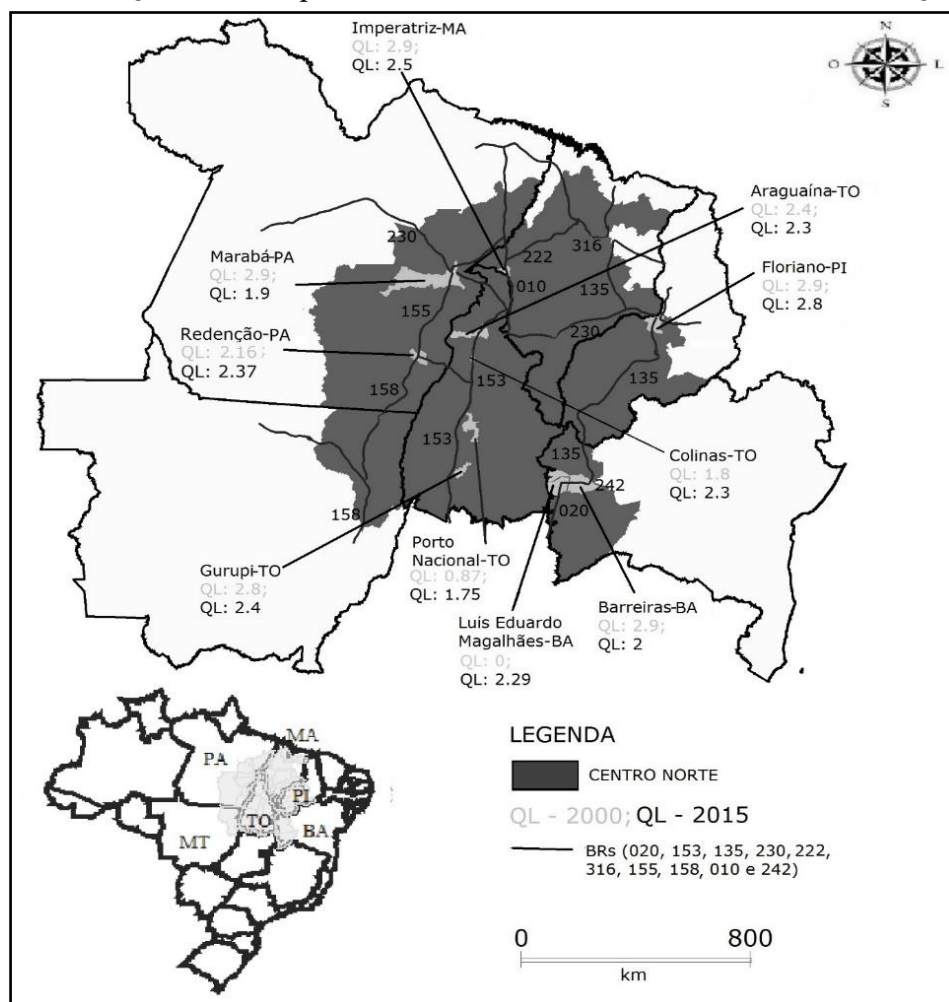
Em serviços sociais, observou-se a diminuição na quantidade de municípios especializados nesses ramos, diferente da administração pública, que avançou em todo o Centro Norte-BR. Isto demonstra a importância das instituições, através do poder estatal, em prover as necessidades dos residentes criando empregos, renda e poupança, estimulando o consumo e o surgimento de empreendedores que criarão novas capacidades produtivas.

Por outro lado, a ascensão de municípios especializados em administração pública e o arrefecimento no processo de verticalização da produção primária regional impactaram negativamente na geração de postos de trabalhos, conforme demonstrou o Multiplicador de Emprego. Ainda assim, Marabá-PA; Luís Eduardo Magalhães-BA; Barreiras-BA; Imperatriz-MA; Floriano-PI; Redenção-PA; Gurupi-TO; Araguaína-TO; Porto Nacional-TO e Colinas-TO, de acordo com o Coeficiente de Especialização, tornaram-se os principais shoppings centers, do Centro Norte - BR. Em comum, localizam-se em trechos com intenso fluxo de capital, conforme a Figura 2 demonstra:

---

<sup>37</sup> Vila Nova dos Martírios-MA produziu 738.821m<sup>3</sup> de eucalipto em 2013 (IBGE – PAM, 2016).

Figura 2. Localização dos ramais rodoviários e o desempenho do QL comércio de produtos - 2000 e 2015 - nos municípios com os menores CE do Centro Norte BR em 2015

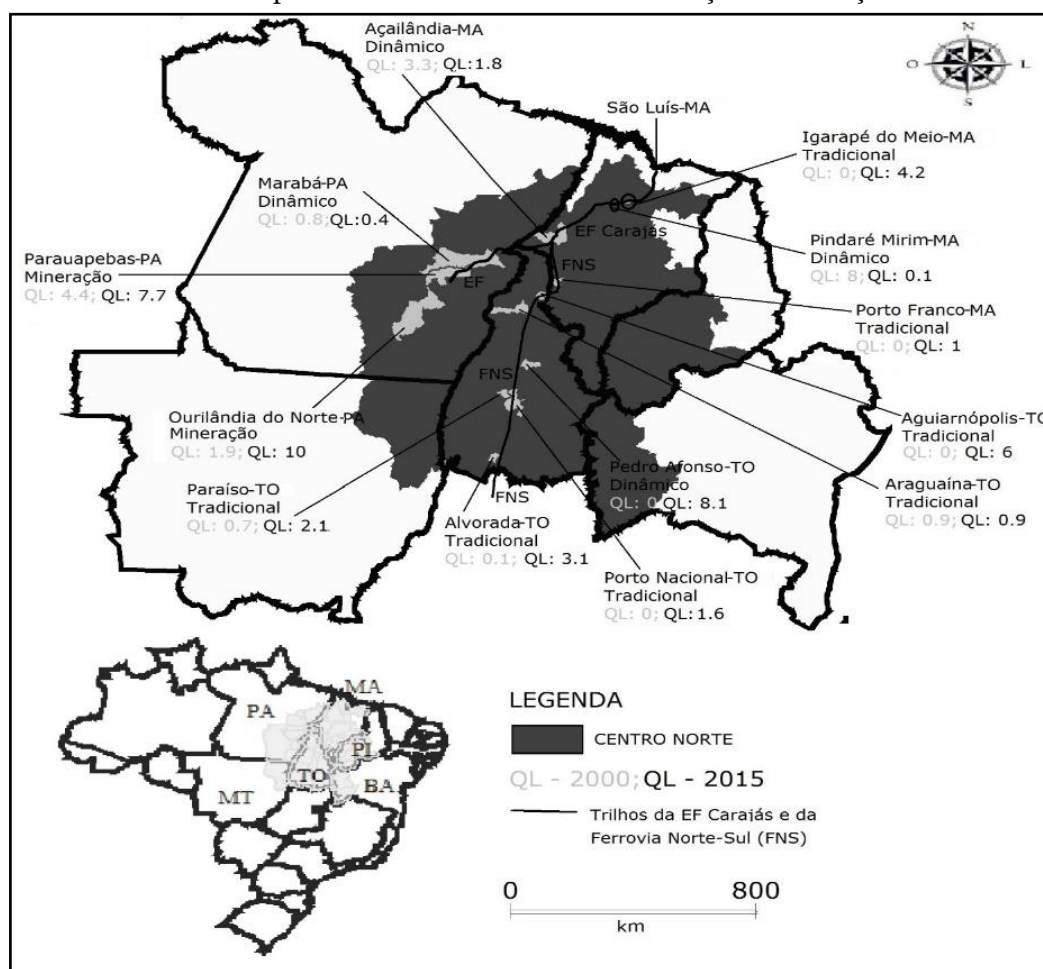


Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, as rodovias foram importantes para viabilizar as trocas comerciais entre os municípios do Centro Norte brasileiro, e ofertar produtos e serviços para os que trafegam nesses trechos e para os seus residentes, situação que dilatou os ganhos das suas bases econômicas. Em compensação, existem poucas unidades que utilizam a produção agropecuária regional como insumo. Desse modo, uma ligação viária eficiente que aumente a competitividade das regiões e garanta os rendimentos da sua base econômica por longos períodos torna-se imprescindível. Por isso, na década de 1980, o governo criou a Estrada de Ferro Carajás (EFC) para que a produção de minério de ferro do Sudeste Paraense alcance o mercado externo em menor tempo possível. Além disso, transportam-se cobre, níquel e manganês, e municípios como Marabá-PA e Açailândia-MA, localizados neste trecho, aproveitam este fluxo e fabricam ferro-gusa e ferro fundido. Estes bens são exportados por meio do porto Ponta da Madeira, em São Luís-MA.

Por isto, diferente da agropecuária, a mineração metálica do Centro Norte possui uma rota exclusiva de escoamento. Contudo, a ampliação do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM), a construção de um terminal que armazena carnes processadas em São Luís-MA, a duplicação da EF Carajás e o funcionamento do trecho da Ferrovia Norte-Sul (FNS) entre Açailândia-MA e Porto Nacional-TO<sup>38</sup>, possibilitarão a formação de linkage effects a partir da bovinocultura e da produção de grãos. A Figura 3 ilustra a localização geográfica desses trajetos ferroviários.

Figura 3. Localização dos canais ferroviários nos principais municípios industriais do Centro Norte BR e os seus desempenhos nas indústrias de transformação e mineração – 2000 e 2015



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Observa-se na Figura 3 que a FNS se trata de um prolongamento da EF Carajás que adentra no Tocantins. Neste estado, constata-se a evolução do QL da indústria tradicional em Aguiarnópolis-TO, Pedro Afonso-TO, Paraíso-TO, Porto Nacional-TO, Alvorada-TO, enquanto que Araguaína-TO estabilizou-

<sup>38</sup>O Terminal Integrador de Gurupi/TO aguarda licitação, assim como a operação do trecho da FNS entre Porto Nacional/TO e Anápolis/GO.

se entre 2000 e 2015. São municípios localizados próximos a este novo trajeto ferroviário, e com isso, as suas bases possuem condições de expandir os seus ganhos.

Desse modo, o Tocantins tem vantagens que colaboraram para o processo de transformação e inserção da sua base econômica em novas áreas de mercado. Dentre estes, destaca-se a existência de municípios com alto nível de desenvolvimento institucional na área da educação e saúde e a presença de Palmas-TO, que diferente dos estados vizinhos, localiza-se próximo a essa dinâmica, facilitando a comunicação entre o empresariado e o poder público

Em contrapartida, a região centro e norte do Maranhão e a Caatinga piauiense estão ausentes das vantagens que possuem os municípios do Tocantins. Diante disso, as suas bases econômicas persistem na especialização. Além disso, o baixo desempenho das suas instituições inclusivas colaborou para a perpetuação desse cenário nos próximos anos.

## **CONCLUSÃO**

Em vista dos resultados apresentados, afirma-se que a Teoria da Base Econômica e a influência das instituições, apresentadas por Douglass C. North, mostraram-se importantes ferramentas na fundamentação e análise empírica dos dados e informações estatísticas dos indicadores regionais utilizados nessa pesquisa. A partir desses procedimentos metodológicos, detectaram-se as bases econômicas do Centro Norte - BR e as suas capacidades de transformação, manutenção e difusão de novas atividades nessa região.

Constatou-se que a exploração dos recursos naturais para fins agropecuários e a extração de minerais foram os responsáveis por difundirem novas capacidades produtivas nos municípios do Centro Norte-BR. Todavia, a ocorrência desse fenômeno deve-se a criação de canais rodoviários que conectaram Brasília-DF e Goiânia-GO com o Norte e o Nordeste brasileiro, as ferrovias, ao Incra, que inicialmente planejou e distribuiu os lotes de terra para os colonos, à Embrapa que pesquisou sobre os cultivares adaptados ao Cerrado e à Amazônia, Sudam, Sudeco e Sudene, que viabilizaram os empreendimentos agrícolas, minerais e a infraestrutura urbana, e o Congresso Nacional, que aprovou a criação do estado do Tocantins.

A partir disso, uma minoria de municípios, Marabá-PA, Redenção-PA, Imperatriz-MA, Araguaína-TO, Colinas-TO, Porto Nacional-TO, Gurupi-TO, Colinas-TO, Luís Eduardo Magalhães-BA, Barreiras-BA, Floriano-PI e Palmas-TO, que se localizam próximos de canais com grande circulação de capital, mercadorias e pessoas, diversificaram as suas bases econômicas dentro de uma dinâmica de mercado competitivo, tornando-se, assim, centros de consumo e procura de emprego e renda, ou seja, os shoppings centers do Centro Norte-BR. Isto favoreceu a criação de dispositivos que possibilitam o empoderamento dos atores sociais no contexto nacional, além de realizar pressão política em prol do fortalecimento de serviços coletivos, como a educação, saúde, segurança, saneamento, lazer, transporte etc. Nesse contexto, os municípios tocantinenses possuem vantagens em relação aos demais devido ao alto desempenho das suas instituições inclusivas, possibilitando o surgimento em médio e longo prazo de inovações dentro das suas bases.

No entanto, a maioria dos municípios do Centro Norte brasileiro ainda se encontra em estágio de especialização produtiva. Diante dessa limitação, adota-se o poder público, principalmente a administração municipal, para que supram as demandas dos residentes criando empregos, renda e poupança. Por outro lado, a deficiência das instituições inclusivas principalmente no centro e norte do Maranhão e na Caatinga piauiense, dificultaram a formação de novas capacidades produtivas nessas regiões.

Para os próximos estudos referentes ao Centro Norte-BR, recomenda-se a análise sobre a formação profissional dos seus residentes, já que essa região possui instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), a Universidade Federal do Sul e Sudeste Paraense (UNIFESSPA), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), os Institutos Federais (IFs) e as universidades estaduais, instituições que colaboram para a expansão e o acúmulo do capital humano, condição essencial para o desenvolvimento nas bases econômicas.

## **REFERÊNCIAS**

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da propriedade e da pobreza.** Rio de Janeiro: Elsevier: 2012.



BECKER, B. K. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, p. 401-428, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: volume III – regiões de referência. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Base de dados da RAIS**. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id/caged\\_rais\\_vinculo\\_basico\\_tab.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php)>. Acesso em 22 de julho de 2016.

HIRSCHMAN, A. O. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Teoria regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG, p. 35-52, 1977.

IBGE. **Censos demográficos**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.br>>. Acesso em 21 de abril de 2016.

IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em 21 de abril de 2016.

LIRA, E. R. **A gênese de Palmas–Tocantins**: a geopolítica de re(ocupação) territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

NORTH, D. C. Especialização regional e crescimento econômico dos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n°3, p. 7-24, 1961a.

\_\_\_\_\_. Problemas teóricos do crescimento regional. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n° 3, p. 25-31, 1961b.

\_\_\_\_\_. **Growth and welfare in the American past**: a new history. EnglewoodCliffs, NJ,EUA: Prentice-Hall, 1966.

\_\_\_\_\_. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMANN, J.(org). **Teoria regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG, p. 291-313,1977a.

\_\_\_\_\_. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMANN, J. (org). **Teoria regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG, p. 333-343, 1977b.

\_\_\_\_\_. **Institutions, institutional, chance and economic performance**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/Instituto Millenium, 1998.

NOYA PINTO, V. **O ouro brasileiro e o comércio anglo–português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Nacional, 1979.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E. (org.). **Amazônia: desenvolvimento e integração**. São Paulo: Brasiliense, p. 145-327, 1983.

\_\_\_\_\_, T. J. A.; PIFFER, M. Palmas: lugar central ou enclave no centro-norte do Brasil? **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 2, p. 199-216, set./2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v18i2.2000>

\_\_\_\_\_, T. J. A.; PIFFER, M. Da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais. **RBEUR**, Recife, v.19, n.1,p.164-178, jan-abr, 2017. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p164>

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica: o caso do Estado do Paraná no Brasil**. Saarbrücken:Novas Edições Acadêmicas, 2013.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não comunista). Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiros, 1980.

## CAPÍTULO 13

### A ECONOMIA CRIATIVA NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Sérgio Luiz Kuhn  
Jandir Ferrera de Lima

**Resumo:** Esta pesquisa objetiva “analisar a Economia Criativa nos municípios periféricos do Oeste do Paraná”. Pautou-se, no seu fundador John Howkins, focada nos bens intangíveis. A metodologia buscou dados de fontes secundárias, junto a bibliografias e órgãos oficiais, bem como, em dados primários. Para tal, a pesquisa, via questionários, ocorreu nos 20 municípios, com população inferior a 7.000 habitantes, tendo como público alvo uma amostra intencional de 13 lideranças municipais, representantes de órgãos público-privados, institucionais e cidadãos, totalizando assim 260 pesquisados. Como resultados, identificou que aproximadamente 80% das lideranças são do gênero masculino e cuja formação escolar predominante é a graduação. Os municípios registraram na última década uma densidade demográfica negativa de 1,7% (1.563 habitantes). Vários são seus gargalos, como a dificuldade com a mão de obra especializada, além da perda de força de trabalho para os polos regionais, que oferecem maiores oportunidades de empregos, renda, estudos e outros. Tem ainda, alta dependência da agropecuária, bem como, dos recursos públicos federais e estaduais, vários com indicadores sociais críticos de PIB, IDH, municípios dormitórios, etc. Seus atores acreditam na Economia Criativa como uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico e cultural, como um projeto estruturante e uma política público-privada e institucional, apontando para um crescimento médio de 103,8% de suas inúmeras atividades, áreas e estruturas. Manifestam como maior potencial o jornal próprio, turismo rural e ecológico, parques ecológicos e roteiros de viagens, escolas profissionalizantes e de idiomas, teatro municipal, reciclagem e reutilização de materiais com valor agregado, desenho, pintura e outros. Estão entre os melhores desempenhos os municípios de Pato Bragado, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Maripá, Mercedes e Serranópolis do Iguaçu, e outros. Por fim, que a Economia Criativa, reúne forças e expertises para alavancar o crescimento e o desenvolvimento dos municípios periféricos, por meio dos seus principais atores públicos e privados, institucionais e cidadãos.

**Palavras-Chaves:** Economia Criativa; Desenvolvimento socioeconômico; Desenvolvimento local; Economia urbana; Oeste Paranaense.

**Abstract:** *This research aims to "analyze the Creative Economy in the peripheral municipalities of the West of Paraná". This study is based on its founder, John Howkins, focused on intangible goods. The methodology sought data from secondary sources, along with bibliographies and official entities, as well as in primary data. To do this, the survey, through questionnaires, was carried out in 20 municipalities, with a population of less than 7,000 inhabitants, with an intentional sample of 13 municipal leaders, representatives of public-private, institutional and citizens, totalizing 260*

*interviewed people. As results, it was identified that approximately 80% of the leaderships are of the masculine gender and whose predominant school education is the graduation. The municipalities recorded in the last decade a negative population density of 1.7% (1,563 inhabitants). There are many gaps, such as, the difficulty with skilled labor, and the loss of workforce for regional poles, which offer greater job opportunities, income, education, and so on. It also has high dependence on agriculture and livestock, as well as federal and state public resources, several with critical social indicators of GDP, HDI, dormitory municipalities, etc. Its actors believe in the Creative Economy as an alternative of socioeconomic and cultural development, as a structuring project and public-private and institutional policy, pointing to an average growth of 103.8% of its numerous activities, areas and structures. They show the greatest potential of the newspaper itself, rural and ecological tourism, ecological parks and travel itineraries, vocational and language schools, municipal theater, recycling and reuse of value-added materials, drawing, painting and others. Among the best performances are the municipalities of Pato Bragado, Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Maripá, Mercedes and Serranópolis do Iguaçu, and others. Finally, the Creative Economy brings together forces and expertise to leverage the growth and development of the peripheral municipalities, through its main public and private, institutional and citizen actors.*

**Keywords:** *Creative Economy; Socioeconomic Development; Local Development; Urban Economics; West Parana.*

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa analisar a Economia Criativa no desenvolvimento dos municípios<sup>39</sup> periféricos<sup>40</sup> da região Oeste do Paraná, com menos de 7.000 mil habitantes, com base no Censo de 2010.

Trata-se de um tema relevante, instigante e um desafio, haja visto a sua abrangência e complexidade de aplicabilidade, a partir de uma análise empírica, por buscar um novo caminho para a economia dos municípios periféricos, como territórios dotados de personalidade jurídica e com autonomia administrativa. Abre assim um vasto leque de alternativas e aplicações, pelo uso do capital intelectual e humano, do conhecimento, habilidade, expertises, talento e outros, oferecendo assim oportunidades inovadoras para o desenvolvimento dos municípios e da região.

---

<sup>39</sup> A literatura trata de Cidades Criativas o qual se estendeu neste estudo a dimensão de municípios, utilizando a sua respectiva fundamentação teórica.

<sup>40</sup> Municípios periféricos foram considerados baseando-se em quatro critérios que estão imbricados e devem ser analisados em conjunto: esvaziamento populacional, subordinação territorial, dependência econômica e indicadores sociais críticos (COSTA e ROCHA, 2009, 2010). Associou-se o conceito Periférico a relação de subordinação e dependência aos municípios polos/sedes das microrregiões: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu e outros, com complexos agroindustriais, dentro da Mesorregião Oeste do PR.

A Economia Criativa é um termo bastante novo e incipiente no Brasil. É um conceito subjetivo, em evolução e gradativa evidência. Tem sentido familiar, mas ainda pouco compreendido. É abordado de várias formas, visões e conceitos. Envolve um novo jeito de pensar, agir, relacionar-se e vender soluções em bens, produtos e serviços com valor agregado, pelo imaterial e intangível, também presente no material, buscando assim empreender, diversificar, dinamizar e alavancar a economia.

Iniciou em 1994, na Austrália, com o discurso proferido pelo então primeiro-ministro do país, Paul Keating, sob o título de “*Creative Nation*” e depois foi desenvolvido e aplicado na Inglaterra, com maior ênfase durante a década de 1990, para tornar o país mais competitivo no mercado internacional, proporcionando fortes investimentos público-privados.

No Brasil, a Economia Criativa chegou em 2004, como protagonista de um importante encontro que se desenrolava em São Paulo, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD XI), que funcionou como catalisador dos debates para aumentar a penetração de produtos e serviços nos países em desenvolvimento dos mercados de países desenvolvidos, sendo o "guarda-chuva" das discussões e como um fórum político, enquanto a Organização Mundial do Comércio (OMC), como a grande arena de negociações.

É uma nova e vital força em todos os ângulos da cadeia produtiva; um novo modelo de negócio com capilaridade de ações para atender necessidades e o sucesso de municípios, estados e regiões. Assim, uma nova forma de considerar e priorizar os recursos produtivos de uma sociedade, em que “a criatividade passa a ser o grande ativo diferencial da economia” (HOWKINS, 2001).

Frente à diversidade da Economia Criativa, essa pesquisa caracteriza os municípios periféricos da região Oeste do Paraná, no seu território delimitado, a sua população, seus atores e suas representações produtivas, laborais e sociais. As referências de produção do município dentre os setores da economia (primário, secundário e terciário<sup>41</sup>, incluindo a Economia Criativa) e os seus destaques nas atividades econômicas, bem como, as suas maiores

---

<sup>41</sup> A Economia Criativa pelas várias formas de serviços se assenta fortemente no setor terciário da economia. Provém da sociedade civil e sua forte presença se manifesta no espaço urbano, pelo uso do bem imaterial (conhecimento) para gerar emprego, renda, etc.

dificuldades, problemas, desafios e prioridades em geral, para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento econômico endógeno.

Os municípios periféricos são espaços delimitados urbano-rurais, que apresentam diversas questões preocupantes, como o esvaziamento populacional, forte subordinação e dependência dos municípios vizinhos mais bem estruturados e aos polos regionais, bem como, aos recursos públicos federais e estaduais. Muitos apresentam indicadores econômicos sociais críticos, como IDH, PIB e renda *per capita*, muitos são caracterizados como municípios dormitórios. Dos 50 municípios da mesorregião, 12 deles (24%) tem população inferior a 5.000 habitantes, enquadrados como pequenos municípios, segundo o Projeto de Lei 1327/11, em tramitação no Congresso Nacional, e a maioria possui menos de 20.000 habitantes. Todos esses sofreram ou sofrem ainda com o decréscimo populacional, acentuando assim as variáveis e carências quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, local e regional.

Vale destacar que este estudo se justifica por tratar de uma nova e pujante alternativa para o crescimento e o desenvolvimento dos municípios periféricos nas dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais, simbólicas, etc, e pela sua importância, já que a maioria das prefeituras dos municípios estabelecem uma forte relação de dependência de transferências de rendas da União e do Estado e, por isso, não se preocupam em articular e incentivar o desenvolvimento local, a partir de suas próprias potencialidades endógenas (SCHÖNTAG, 2009). Tratando-se então de uma condição e estratégia mais fácil de recursos, equipamentos e materiais em geral.

A Economia Criativa pela sua característica imaterial, utiliza poucos recursos naturais, os quais são limitados, escassos e finitos. Busca valorizar o uso de capital intangível, incorpóreo, imaterial, abstrato e subjetivo na agregação de valor incomensurável a bens e serviços, por meio do conhecimento, tecnologia / *know-how*, criatividade e originalidade, invenção e inovação, expertises e domínios, etc., tudo com um grau de novidade e diferenciais competitivos.

A mesorregião Oeste do Paraná é composta por 50 municípios e tem aproximadamente 1,211 milhões de habitantes pelo CENSO 2010. As 03 microrregiões, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, os quais dão também o nome a sua respectiva microrregião, possuem aproximadamente 661 mil habitantes, o

que equivale a 55% da população, tendo os demais 47 municípios 550 mil habitantes, ou seja, 45% da população.

Já os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu têm aproximadamente 67% e 63% da população de sua microrregião respectivamente, enquanto Toledo tem apenas 32% da população da sua microrregião.

Os municípios da mesorregião Oeste do Paraná têm a sua economia muito voltada aos segmentos agrícola e pecuário (agronegócio). Já os municípios periféricos muito mais nas matérias primas das *commodities* agrícolas, sendo, portanto, os mesmos muito sensíveis às mudanças e retrações do setor primário da economia. No entanto, a agropecuária do Oeste Paranaense possui uma forte articulação com a agroindústria e sua inserção no mercado internacional, fatores que vêm garantindo níveis de rentabilidade mais elevados aos produtores rurais, em detrimento das atividades mais dependentes da intervenção estatal e voltadas quase que exclusivamente ao atendimento do consumo doméstico (IPARDES, 2004, p. 74).

Também referenciado por Lima *et al.* (2011, p. 110), a polarização se reflete na concentração expressiva do PIB regional nos municípios de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Toledo e Cascavel polarizam cada vez mais os municípios do seu entorno. Apesar dos ganhos em produtividade e da expansão do setor de serviços nos municípios periféricos, um estudo de Schneider e Lima (2006) aponta o fortalecimento da capacidade de polarização de Cascavel. Já Toledo mantém uma economia urbana dinâmica, apesar dos municípios da sua microrregião apresentarem um avanço gradual e continuado ao longo do tempo.

Porém, no futuro, além do agronegócio, o Oeste Paranaense poderá ser destaque em novas e diferentes áreas, setores e atividades, pois a economia é dinâmica e os seus efeitos mudam com o tempo, se implementadas novas formas de produção, circulação, repartição e consumo de riquezas (bens e serviços). Para tal, investimentos em talentos criativos e empreendedores, novas bases produtivas, amparadas em políticas públicas e institucionais, ações e outros, lançam-se assim novas frentes para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Diante do qual, então, como **problema de pesquisa**, questiona-se: Como fazer uso da Economia Criativa para que ela seja uma alternativa, estratégia, opção e/ou solução para a diversificação da base produtiva impulsionadora e mobilizadora das atividades, áreas, setores e estruturas para o crescimento e desenvolvimento dos municípios periféricos,

classificados como estagnados, deprimidos e ou retardatários, da Região Oeste do Paraná?

Como objetivo geral visa: Analisar a Economia Criativa como alternativa estratégica de desenvolvimento dos municípios periféricos da mesorregião Oeste do Estado do Paraná, no início do século XXI, com população inferior a 7.000 habitantes” e como objetivos específicos: a) Apresentar a conjuntura socioeconômica, bem como, o cenário da Economia Criativa dos municípios periféricos da mesorregião Oeste do Paraná e, b) Identificar o perfil e descrever a percepção dos atores (público-privados, institucionais e lideranças), suas ações e desafios locais e regionais fundamentais, bem como, os seus atores responsáveis para alavancar a Economia Criativa dos municípios periféricos na mesorregião Oeste do Paraná.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A Economia Criativa, envolvendo conceitos, históricos, atividades, elementos, características e contribuições e ocorre muito pelo Desenvolvimento Endógeno local, Competitividade, Empreendedorismo e Inovação, entre outros.

### **2.1 Economia e Economia Criativa**

A Economia é “a ciência social que estuda a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços, que são utilizados para satisfazer as necessidades humanas”. (VICECONTI, NEVES, 2003, p. 1).

No entanto, para Wonnacott (2004, p. 3) é o estudo de como as pessoas ganham a vida, adquirem alimentos, casa, roupa e outros bens, sejam eles necessários ou de luxo.

A Economia e integrada a Criativa, tem grande potencial e carrega consigo um imprescindível diferencial de influência na dinâmica econômica dos municípios periféricos, sendo um novo caminho sob a ótica de alternativa, estratégia, opção e solução de desenvolvimento, local e regional, quem sabe, desde que ela promova ganhos tangíveis (materiais, corpóreos, físicos na forma de produtos, *softwares*, marcas, *design*,...) e intangíveis (conhecimento, capital humano e intelectual, expertises, ...), pela sua materialização em atividades, áreas, setores e estruturas no território.



### 2.1.1 Economia criativa, características e valor

A Economia Criativa como uma ciência, que atua como um guarda-chuva do Estado, de empresas e instituições, tendo sob subordinação estruturas menores, desdobradas em municípios, cidades, distritos, indústrias, eventos e setores, os quais devem reter os talentos criativos de todos os gêneros e idades, bem como atrair novos, criando condições e espaços multiuso, pelos recursos: capital e dinheiro, dentro das diversas espacialidades de fixação e aglomeração empresarial, industrial e populacional.

Segundo Davis (2008, p. 181), considerando as condições singulares da Economia Criativa de cada país, é necessário que cada um defina seus próprios parâmetros. As definições nacionais e regionais de Economia Criativa devem ser desenvolvidas tendo como base a vantagem competitiva, as políticas econômicas e a identidade de cada território, entre outros.

Para Fonseca Reis (2008, p. 141), cidades criativas, aqui abrangidas pelos municípios, são:

aquelas capazes de se transformar socioeconomicamente e mudar as relações que estabelecem com o mundo, tendo por base sua própria essência, é claro que os exemplos bem-sucedidos em um contexto não são transportáveis para outro. Há, porém, elementos comuns e fundamentais aos mais diversos casos, independentemente da localização ou do porte da cidade, que precisam ser valorizados e explorados como potenciais.

O intangível da criatividade gera:

valor adicional quando incorpora características culturais, inimitáveis por excelência. Do turismo cultural abrangendo patrimônio e festas típicas ao audiovisual, criam-se sinergias entre o estilo de vida e o ambiente no qual ele floresce. A noção de criatividade é também associada à cultura pela sua unicidade, capaz de gerar produtos tangíveis com valores intangíveis. Por isso, a diversidade de culturas, portanto de ideias, é vista como um grande alavancador de criatividade (FONSECA REIS, 2008, p. 29).

O intangível apresenta maior dificuldade de alcançar valor, porque há de um lado, o interesse da sobrevivência do grande capital e de escala, o qual também negligencia às necessidades e interesses humanos complementares, como a dos avanços humano-sociais e por outro, de materializar o intangível nas classes menos desfavorecidas, os quais carecem inicialmente das necessidades fisiológicas (básicas), além de toda a hierarquia das necessidades, apontadas por Maslow e Hersberg.

Destaca Davis (2008, p. 192) que a participação de 70% em todos os níveis da cadeia de valor agregado é a principal meta de uma Economia Criativa sustentável, de uma estratégia realista de crescimento e de geração de renda, para a Jamaica e para o Caribe em específico.

Além do valor de troca, como estágio final do consumo, a Economia Criativa tem em seus produtos e serviços um valor cultural expressivo, um tanto desintegrado dos demais custos de produção e utilidades em geral, a exemplo de bens de alta moda, filmes, marcas bem-sucedidas, *softwares*, novos *designs*, ícones religiosos, etc.

Nos dizeres de Askerud (2008, p. 236), a mudança,

no comércio e na economia em direção a uma produção baseada em conhecimento não é somente uma mudança de um tipo de produtos para outros bens e serviços, é uma mudança fundamental no modo como a produção e os negócios são organizados, assim como na forma como vivemos nossa vida e entendemos a nós próprios.

Assim sendo então, para implementar mudanças nos municípios, que alavanquem a Economia Criativa em diferentes âmbitos, segundo Schumpeter (1997, p. 85),

a realização de novas combinações não pode ser mais uma vocação, do que a tomada e a execução de decisões estratégicas, em que [...] o empreendedor inovador, ao criar novos produtos e serviços, é imitado por um verdadeiro enxame de empreendedores não inovadores, que investem recursos para produzir e imitar os bens criados pelo empresário inovador.

Produtos ou serviços serem imitados também nos municípios periféricos ou na região criativa e inovadora, buscam assim ganhos e vantagens comparativas competitivas, o que ocorre em diferentes amplitudes, via indústrias e *clusters* criativos, arranjos produtivos locais, em aglomerações espaciais de diferentes magnitudes, dos pequenos aos grandes negócios, bem como, por iniciativas individuais formais e ou informais, bem como, coletivas e outras.

### 2.1.2 Do conceito de economia criativa

A Economia Criativa é um termo novo e sob um novo olhar sobre muito do que já existe, se constitui por meio de um ativo intangível, não palpável, subjetivo, criado pela mente humana, altamente cobiçada pelo valor que agrega a indústrias novas e tradicionais da economia, presentes nas atividades e setores que resultam dos indivíduos exercitando a sua imaginação,

na criação, produção e distribuição de produtos e serviços nos diversos mercados.

Consiste na utilização de: conhecimento, criatividade e o capital intelectual, geradores de valores e riquezas, como principais recursos produtivos e mediante a exploração do seu valor econômico. Compreendem 13 setores, sendo:

Arquitetura, Publicidade, *Design*, Artes e antiguidades, Artesanato, Moda, Cinema e Vídeo, Televisão, Editoração e Publicações, Artes Cênicas (*Performing Arts*), Rádio, *Softwares* de lazer e Música, criado pelo inglês, John Howkins pelo livro “*The Creative Economy*”, publicado em 2001 e, ainda não lançado no Brasil (HOWKINS, 2001).

De acordo com Duisenberg (2008, p. 58), a Economia Criativa aparece como uma mudança das estratégias de desenvolvimento convencionais, para:

uma abordagem holística e multidisciplinar, que lida com a interface entre a economia, a cultura e a tecnologia, centrada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e objetivos de mercado, [...] resultante de uma mudança gradual de paradigma e se reformulando, baseada nos ativos criativos, dos quais espera-se aumento das perspectivas de desenvolvimento em muitos potenciais geradores de crescimento socioeconômico.

Conforme Howkins (apud SOLANAS, 2008, p. 165), a Economia Criativa estaria:

constituída pelas transações dos “produtos criativos”, e as indústrias criativas constituiriam o setor da economia cujos produtos entrariam na articulação das leis de propriedade intelectual (patentes, direitos autorais – *copyright* –, marcas registradas, *design*) e na qual, o trabalho cerebral seria preponderante.

Solanas (2008, p. 165) complementa:

Nessas indústrias se incluiriam: a propaganda, a arquitetura, a arte, o artesanato, o *design*, a moda, os filmes, a música, as realizações artísticas, as edições, a pesquisa e o desenvolvimento, os programas informáticos, os jogos e brinquedos, a televisão, o rádio e os videogames.

A profusão de interpretações conceituais não sugere uma linha comum, pois entende-se por indústrias criativas as relacionadas a artes, cultura e o entretenimento em geral. O divisor de águas da Economia Criativa seria o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual<sup>42</sup> (segundo o autor, a “moeda da Economia Criativa”), expandindo sua abrangência dos direitos

---

<sup>42</sup> De acordo com o CNPQ, em sua essência, a propriedade intelectual está relacionada à proteção de um determinado conhecimento. A concessão de patentes é uma medida de invenção, uma etapa importante do longo e complexo caminho de trazer uma boa ideia a uma condição de utilização extensiva pela sociedade, que é a essência do conceito de inovação.

autorais para desenhos industriais, marcas registradas e patentes. (HOWKINS, 2001)

Para o Ministério da Cultura, pelo Plano da Secretaria da Economia Criativa, a Economia Criativa compreende o ciclo de criação, produção, distribuição/difusão e consumo/fruição de bens e serviços, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.

Neste contexto, o desafio é encontrar uma forma de como a Economia Criativa alie o crescimento e ao desenvolvimento econômico e social dos municípios e regiões, ao potencial de promover mudanças socioeconômicas, culturais, turísticas, ambientais e outros.

### 2.1.3 Características da economia criativa e cidade criativa

Segundo Davis (2008, p. 181), considerando as condições singulares da Economia Criativa<sup>43</sup> de cada país, é necessário que cada um defina os seus próprios parâmetros. As definições nacionais e regionais de Economia Criativa devem ser desenvolvidas tendo como base a vantagem competitiva, as políticas econômicas e a identidade de cada território, cujas marcas definem sua identidade e outros.

Para Fonseca Reis (2008, p. 141), cidades criativas são:

aquelas capazes de se transformar socioeconomicamente e mudar as relações que estabelecem com o mundo, tendo por base a sua própria essência, é claro que os exemplos bem-sucedidos em um contexto não são transportáveis para outro. Há, porém, elementos comuns e fundamentais aos mais diversos casos, independentemente da localização ou do porte da cidade, que precisam ser valorizados e explorados como potenciais.

A cidade, como uma área delimitada, urbana, povoada, um complexo demográfico, que cresce sobre o município, com a sua organização, prédios, casas, infraestrutura, tecnologias, saneamento, atividades econômicas e do setor secundário e terciário, pelos diferentes serviços prestados, é o local onde muito mais,

o intangível da criatividade gera valor adicional quando incorpora características culturais, inimitáveis por excelência. Do turismo cultural abrangendo patrimônio e festas típicas ao audiovisual, criam-se sinergias entre o estilo de vida e o ambiente no qual ele floresce. A noção de criatividade é também associada à cultura pela sua unicidade, capaz de gerar produtos tangíveis com valores intangíveis. Por isso, a diversidade de

---

<sup>43</sup> Neste contexto, o desafio é encontrar uma forma de Economia Criativa que alie o crescimento e o desenvolvimento econômico dos municípios periféricos e das regiões, com potencial de promover mudanças socioeconômicas, culturais, turísticas, ambientais e outras.

culturas, portanto de ideias é vista como um grande alavancador de criatividade (FONSECA REIS, 2008, p. 29).

Nos dizeres de Askerud (2008, p. 30), a mudança em comércio e economia para uma produção baseada em conhecimento, não é somente uma mudança de um tipo de produtos para outros bens e serviços. É uma mudança fundamental no modo como a produção e os negócios são organizados, assim como, na forma como vivemos nossas vidas e entendemos nós mesmos.

Assim sendo, para implementar mudanças nos municípios, que alavanquem a Economia Criativa em diferentes âmbitos, faz-se necessário, segundo Schumpeter (1997, p. 85), que,

a realização de novas combinações não pode ser mais uma vocação, do que a tomada e a execução de decisões estratégicas, em que [...] o empreendedor inovador, ao criar novos produtos/serviços, é imitado por um verdadeiro enxame de empreendedores não inovadores, que investem recursos para produzir e imitar os bens criados pelo empresário inovador.

Assim o município ou a região inovadora, podem obter ganhos e vantagens comparativas, tanto via *clusters* criativos, arranjos produtivos locais, aglomerações espaciais de diferentes magnitudes, bem como, iniciativas individuais formais e ou informais.

#### 2.1.4 Atividades e promoções da economia criativa

A Economia Criativa, deve-se considerar que ela compreende diversas áreas, atividades, setores e estruturas, que serão retratados em: Eventos Criativos, Setores Criativos, Indústrias Criativas, *Clusters* Criativos, Segmentos Criativos, Micro e Pequenas Empresas Criativas e outros.

Para tal, é necessário que, “o capital não seja nada mais do que a alavanca com a qual o empresário subjuga ao seu controle os bens concretos de que necessita. Nada mais do que um meio de desviar os fatores de produção para novos usos, ou de ditar uma nova direção para a produção” (SCHUMPETER, 1997, p. 118), buscando retorno para si, bem como, aos trabalhadores, ao município e região.

## 2.2 Catalizadores da Economia Criativa

De acordo com Fonseca Reis (2008, p. 47), embora não tenha receita de sucesso, a Economia Criativa parece apresentar, de fato, potencial

significativo para promover o desenvolvimento socioeconômico, aproveitando um momento de transição de paradigmas globais para reorganizar os recursos e a distribuição dos benefícios econômicos. Embora a criatividade seja reconhecida como um ativo ubíquo, é preciso concretizar seu potencial econômico, com base em um decálogo de alicerces: Conscientizar os gestores públicos, privados e a sociedade civil de que inclusão se faz por convergência de interesses; Definir e implementar políticas públicas de desenvolvimento transversais aos setores e interagentes; Influenciar acordos internacionais para que possibilitem a apropriação dos benefícios da Economia Criativa por parte das comunidades que os originaram; Promover acesso adequado a financiamento; Levantar estatísticas que monitorem o desenvolvimento das ações de política pública; Disponibilizar infraestrutura suficiente de tecnologia e comunicações; Estabelecer um modelo de governança coerente; Analisar o processo de geração de valor, não em uma estrutura de cadeia, mas de redes e outros.

Para Haddad (2009, p. 121 e 125), este processo de crescimento econômico irá depender,

da capacidade da região para negociar e atrair recursos (financeiros, tecnológicos, institucionais, etc.) nacionais e internacionais, públicos e privados, através de diferentes modalidades (promoção de projetos de investimentos; transferências intergovernamentais de natureza constitucional e não constitucional; etc.), entre outros.

O mesmo se aplica também aos municípios, cidades, distritos e regiões, pois o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento endógeno e também exógeno sustentável, no âmbito econômico, social, cultural e ambiental, o qual pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de oportunidades e opções para as pessoas. Além de empregos de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, é preciso que os brasileiros, todos os brasileiros, desfrutem de uma vida longa e saudável, adquiram conhecimentos técnicos e culturais, tenham acesso aos recursos necessários à inclusão social e a um padrão de vida decente.

No entanto, como a região Oeste do Paraná é forte no agronegócio, precisa desenvolver aptidão se desagregando desta atividade e, alterando, conforme Haddad (2009, p. 140), “a sua vocação e/ou relevância da atividade econômica, e na região, seja pela importância para a economia local, seja por

uma vocação da região, a mobilização da população e das instituições de apoio é muito mais provável e importante”, para o seu crescimento e desenvolvimento, levando em conta também as preocupações e aspirações da população, bem como, dos seus grupos sociais, que tomam consciência de seus problemas e se empenham também em resolvê-los.

Cabe então aos municípios encontrarem novas possibilidades de trilharem caminhos a partir da valorização de suas especificidades territoriais, produtivas, populacionais e outras para manter e ocupar a sua população com emprego e renda compatíveis ao contexto da economia.

### **3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa foi desenvolvida pelo método qualitativo e quantitativo. Para tal, os dados secundários foram levantados junto aos diversos tipos de bibliografias disponíveis e documentais, junto aos órgãos oficiais do governo, tais como: Ministério do Trabalho, pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Prefeituras Municipais, Sindicatos Patronais e de Categorias Profissionais, Associações representativas, etc.

Já os dados primários foram colhidos diretamente nos municípios periféricos, via instrumento de pesquisa denominado de questionário, aplicado às suas lideranças predefinidas, público-privadas, institucionais, representantes de órgãos de categorias laborais e cidadãos, no ano de 2013, focadas em 105 atividades, entre o que mais tem ou possuíram no momento e/ou poderiam ter num futuro próximo, segundo a percepção das suas lideranças.

Da população de lideranças e atores pesquisados constituiu-se de uma “amostra intencional” de 13 lideranças por município e um total de 260 pesquisados nos 20 municípios, dos seus representantes com idênticas características de cargo ou representação, dos municípios.

Tabela 3 – Municípios periféricos por microrregião do Oeste do PR (2011).

Microrregiões	Municípios Estagnados, Deprimidos ou Retardatários
Cascavel	Anahy, Braganey, Campo Bonito, Diamante do Sul, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste.
Toledo	Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Iracema do Oeste, Maripá, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu.
Foz do Iguaçu	Ramilândia e Serranópolis do Iguaçu.

Nota: os municípios não informados compreendem os municípios com população superior a 7.000 habitantes, os quais são classificados em transição e avançados, como também estagnados e ou deprimidos.

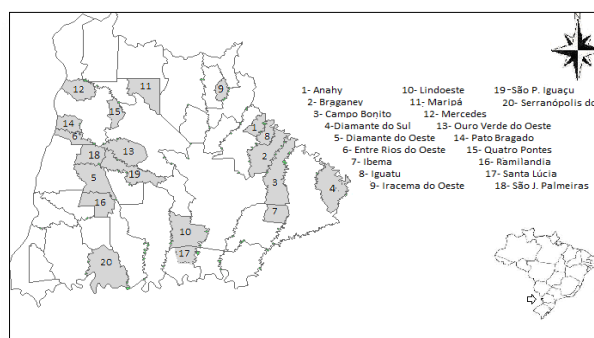
Fonte: Resultados de pesquisa, a partir de Lima *et al.* (2011).

A seleção da amostra de municípios, para a coleta dos dados primários, visou os municípios periféricos da mesorregião Oeste Paranaense, com a menor população, sendo inferior a 7.000 mil habitantes, classificados de uma forma geral como: estagnados, deprimidos e ou retardatários.

São municípios periféricos então, por apresentarem, segundo Costa Rocha, (2010), esvaziamento populacional (crescimento negativo), subordinação territorial, dependência econômica dos municípios maiores e dos polos regionais e vários com indicadores sociais críticos, tais como: renda, educação, saúde e outros. Não possuem estrutura produtiva diversificada e dinâmica, então com poucas forças de atração populacional e empresarial.

Segundo classificação também de Lima et al. (2011), são municípios periféricos, os que atendem a estas características críticas pesquisadas: IDH municipal, PIB, renda *per capita*, IPDM – Índice IPARDES de Desempenho Municipal e Razão de Dependência e outros.

A localização destes municípios periféricos pesquisados para melhor visualização e percepção da sua distribuição no espaço geográfico pesquisado, está indicada no mapa apresentado na Figura 1:



Fonte: IPARDES, PR.

Figura 2 – Localização dos Municípios Periféricos pesquisados na Região Oeste do Paraná, 2013.



Foram escolhidos 20 municípios periféricos para a pesquisa dos 50 municípios da mesorregião, envolvendo as 03 microrregiões do Oeste do Paraná, os quais são de pequeno porte, inseridos no entorno das suas microrregiões, os quais apresentam características de menor população, subordinação econômica e dependência aos municípios vizinhos e polos regionais. Vários então apresentam indicadores sociais críticos, retidos e inconclusos, os quais carecem demasiadamente de verbas para a sua recuperação econômica, obras públicas, investimentos, bem como, a manutenção de serviços públicos em geral, o que lhes dificulta a circulação de recursos e a geração de emprego, renda, riquezas e outros.

A amostra selecionada composta por 13 lideranças por município, totalizou 260 pesquisados, aos quais aplicou-se, via entrevista, um questionário, sendo **Prioritários:** Prefeito; Presidente da Câmara de Vereadores; Secretário da Indústria e Comércio; Presidente da Associação Comercial e Industrial; Empresário da empresa mais forte instalada no município (faturamento e ou número de empregados) com histórico e raízes locais; Presidente de Conselho do Desenvolvimento Rural / Ambiental e ou da Agricultura; Presidente de movimento social representativo e abrangente; Profissional Liberal, como: contador e advogado; Empreendedor diversificado no município; Presidente de sindicato patronal ou dos trabalhadores mais representativo e na ausência, liderança religiosa e ou presidente da igreja como a mais representativa; Artista formal e ou informal tradicional ou Secretário(a) da Cultura ou Educação do Município; Gestor / gerente de cooperativa de produção, crédito ou financeira; Representante técnico da EMATER: agrônomo ou técnico agropecuário. Já no caso de ausência e impossibilidades deste(s), foram incluídos os **Suplentes:** Secretário de planejamento, administração e ou equivalente; Gerente/gestor da Agência do trabalhador no município.

O levantamento de dados a campo foi procedido pelo próprio pesquisador, mediante entrevista *in loco*, realizada face a face, nos respectivos municípios categorizados, bem como, para o melhor entendimento e análise do ambiente, depois tabulados, sistematizados, analisados e apresentados.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Com base na pesquisa realizada junto às lideranças dos municípios periféricos selecionados da Região Oeste do Paraná, quantitativamente somadas, constatou-se que:

### **4.1 Perfil das Lideranças**

Das lideranças na gestão dos municípios, 79% são do gênero masculino e 21% do feminino, revelando assim uma ocupação dos principais cargos públicos, privados e institucionais pelo gênero masculino. Ressalta-se que na gestão pública municipal a existência de apenas uma Prefeita, no município de Mercedes e dezenove prefeitos.

Já a maior predominância de gênero masculino (100%) ocorreu em Ouro Verde do Oeste, sucedidos respectivamente por 92% em Diamante do Sul, Anahy, Santa Lúcia, Lindoeste, Pato Bragado, Braganey e São Pedro do Iguaçu, enquanto que, a melhor participação feminina ocorre em Ramilândia, Diamante do Oeste, Mercedes e Maripá por 38% das lideranças pesquisadas.

A faixa etária predominante das lideranças foi de 33%, entre 31 a 40 anos de vida, sucedidos por 31% entre 41 a 50 anos e de 19% entre 51 a 60 anos dos pesquisados, destacando-se dentre estes a maior faixa etária em Diamante do Oeste e a menor em Campo Bonito e Braganey, revelando assim uma composição profissional etária de média idade acima.

Quanto aos anos de residência das lideranças nos seus respectivos municípios periféricos, no geral, 62% residem nos mesmos entre 21 a 50 anos, dos quais 27% moram entre 31 a 40 anos, 18% de 21 a 30 anos e 17% de 41 a 50 anos, destacando-se dentre entre os maiores, o município de Entre Rios do Oeste e Serranópolis do Iguaçu; e dos menores, Diamante do Sul e Campo Bonito, entre outros.

Quanto à escolaridade predominante das 260 lideranças pesquisadas, no geral é o nível da graduação, tendo 39% o ensino superior, no qual especificamente destaca-se Quatro Pontes e Ouro Verde do Oeste, sucedido no geral pelo ensino médio com 36% e de 15% com a pós-graduação (especializações, mestrado e doutorado), demonstrando assim em termos gerais na gestão, uma boa formação escolar.

## 4.2 Eventos e Promoções da Economia Criativa

Das ações da Economia Criativa especificamente, grande parte está contemplada no Calendário de Eventos e Atividades urbano rurais dos Municípios, incluindo a cidade, seus distritos e vilas, bem como, suas entidades. Programação esta que atinge no geral mais a cultura, tradições, lazer, festividades, esporte, etc.

Dentre desta agenda, a maior envolve prioritariamente o aniversário do município, tendo cada qual uma programação diversificada, a saber: celebração religiosa e bailes; exposições e feiras do comércio, artesanato; da indústria, agropecuária ou outras; escolha de misses, rainhas e princesas; apresentações culturais e étnicas; bolo de metro, a *Oktoberfest*, *Kerbfest* e outras.

Ocorrência de Festivais de Música, da canção, sertaneja, popular, nativista e outras, em âmbito local (municipal), regional e ou nacional. De bandas, grupos de corda e fole infantil, mirim, juvenil, adulto; de corais ou outros, *shows* musicais. Destaca-se que muitos dos eventos tem parte do seu lucro destinados as entidades, como Apae, creches, asilos e outros.

Exploram-se também os pratos e comidas típicas, dentre eles: o costelão e a costela assada e ou no carrossel; leitão e porco na grelha; pernil desossado e recheado de suínos; festival da carne suína; o cupim, a festa da tilápia recheada e outros. O almoço ou jantar étnico italiano, alemão, mineiro, a paulista, entre outros. Acompanham também os cafés – colonial, caipira ou da roça e outras guloseimas. De cavalgadas anuais e ou periódicas, bem como, rodeios, como a festa do peão e peão boiadeiro, o rodeio dos peões com boi, a corrida do cavalo; o rodeio na forma de gaúcho, *country*, assim como, dos campeões.

Também realizam normalmente competições esportivas, torneios, olimpíadas e jogos abertos municipais e regionais em geral, destacando-se o futebol de salão, suíço, bocha, truco, torneio de pesca e gincanas. Os arrancadões de motos, automóveis, tratores, jerico (motor estacionário). O Verão Paraná pelos municípios lindeiros da Itaipu, com o apoio da Itaipu Binacional. Estão entre as realizações dos municípios periféricos, a festa da igreja, do Padroeiro(a), a festa da colheita, da primavera, o baile do *chope* ou da cerveja.

Destacam-se, dentre os municípios periféricos, as premiações de IDH e da longevidade da população por Quatro Pontes. A realização do programa dos Novos Talentos e a Educação premiada de Mercedes; a terra de água boa para Iguatu, a diversificação de atividades e áreas de produção de Pato Bragado, tornando-se um município diferenciado; os destaques de produção das fábricas de *jeans* de Pato Bragado, Iguatu, Santa Lúcia, Ramilândia, Campo Bonito (mini) e outros.

No entanto, muito há ainda por fazer no cotidiano, explorando e utilizando as riquezas do Oeste do Paraná e dos Estado próximos. Precisa-se de vontade política, assim como empresarial e institucional, visionária, prospectiva e empreendedora; de planos e projetos e outras, de gestores e grupos de trabalho integrados.

Também a presença maior das Universidades e Faculdades nos municípios para estudos e ações proativas junto à gestão pública e as lideranças municipais, em ideias criativas, geniais e práticas que valem ouro, amenizando as questões de criminalidade, drogas, vícios e, por outro, oferecendo opções e oportunidades de geração de emprego, renda e bem estar, entre outros.

Prevê-se como tendência que parte dos municípios periféricos, suas cidades, distritos e vilas, continuem sendo dormitórios, porém com uma gradativa melhora de sua infraestrutura, estradas, avenidas e ruas todas asfaltadas, bem como, nas condições dos diversos serviços prestados a população.

No entanto, pela proximidade de sua localização das cidades polos vizinhos e regionais, devem receber pequena migração de trabalhadores em função de serem menores, calmas, com menos barulho e certa segurança, habitadas em parte por idosos e aposentados, certamente obterão *pari passu* uma melhora no seu padrão de renda e de vida, com qualidade nos seus municípios.

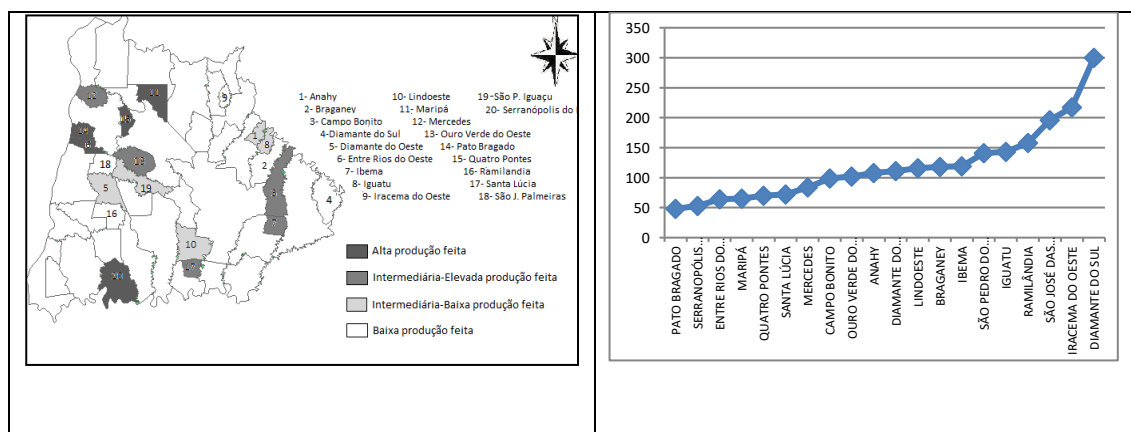
Grande parte destes municípios periféricos da Região Oeste do Paraná acredita-se que irá alcançar gradativamente uma elevação no seu nível atual de desenvolvimento existente, melhorando aos poucos a sua infraestrutura, saneamento básico, rede de esgoto, asfalto, educação, saúde, lazer, padrão de renda, veículos de comunicação e outros, então estagnar-se, mantendo o *status quo* um pouco melhor ao atual, tornando-se locais bons para

se morar e viver, a exemplo de Quatro Pontes, Maripá, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Serranópolis do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu e outros.

#### 4.3 Atividades, Áreas, Setores e Estruturas

Verificou-se o que mais existe nos municípios periféricos, apontadas pelas lideranças, quantitativamente somadas e os quais os munícipes os utilizam em maior e ou menor grau, são respectivamente pela ordem decrescente: a Produção da Agricultura Familiar; Biblioteca Pública; Praças e Pracinhas; Competições Esportivas e Jogos; Cadeiras e Bancos Públicos; Academias ao ar livre; Centros Esportivos; a Compra Direta de Alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos pelo governo federal (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar pelo Estado (PNAE).

Também destacam as Cavalgadas; *Lan-houses*; Produção Orgânica (sem agrotóxicos); Artesanato; Academias de Ginástica – particulares; Rádio FM Comunitária no município; as Indústrias de Confecção e Vestuário; Feira de hortifrutigranjeiros no município; Preparação Física e Bem estar; Festas Típicas étnicas; Clubes sociais e recreativos; Escola(s) de Informática; Parque Industrial (de Indústrias), Fotografias com revelação local, desenhos e projetos civis; centros culturais, cavalgadas e outros, em menor grau.



Fonte: Resultados de pesquisa, 2013.

Figura 2 – Produção feita e implantada e ainda por fazer e implantar das atividades da Economia Criativa por Faixas e Percentualmente por Município Periférico da Região Oeste do PR.

Conforme as Figuras representadas pelo mapa e gráfico, percebe-se por faixas, os municípios que mais e/ou menos implantaram atividades da Economia Criativa nos seus municípios. Com maior destaque pela sua alta

realização (tarja preta) procedida ao longo de sua história estão Pato Bragado, Maripá, Entre Rios do Oeste, Quatro Pontes e Serranópolis do Iguaçu e outros. Já noutra faixa, com o menor número de atividades implantadas (retícula branca) estão respectivamente, Diamante do Sul, Iracema do Oeste, Ramilândia, São José das Palmeiras, Iguatu e outros, os quais têm muito por fazer, desenvolver e implementar nos próximos anos pelas suas gestões público-privadas, institucionais e lideranças.

Verificou-se que, dentre todas as atividades, áreas, setores e estruturas listadas pesquisadas nos respectivos municípios, que há uma perspectiva geral média de crescimento de aproximadamente 104%, em curto e médio prazo, ou seja, até uns 05 a 06 anos.

No entanto, os municípios extremos com os mais baixos indicadores econômico sociais (IDH, PIB e outros, estão dentre os que mais têm ações a realizar nos próximos anos e, com isto, crescer e se desenvolver, estão Diamante do Sul ao maior percentual de 300%, sucedido por Iracema do Oeste 217%, São José das Palmeiras 196%, Ramilândia 158% e Iguatu 143%, dentre os demais municípios.

No entanto, faz-se necessário aqui ponderar estes percentuais (%) manifestados pelas lideranças municipais, pois para tal, deve haver vontade política de fazer acontecer, a necessidade e disponibilidade de recursos financeiros e materiais, projetos técnicos, a participação das organizações e instituições locais em geral e os cidadãos. Então, de iniciativas e criatividade amparadas numa atuação proativa efetiva.

Observa-se que a maioria dos municípios periféricos têm muito por realizar de ações para implementar e fazer acontecer no âmbito da Economia Criativa, de 48% a 300%, a curto, médio e longo prazo, para tornar o seu município um referencial, bom para se morar e viver, com bem estar e perspectivas.

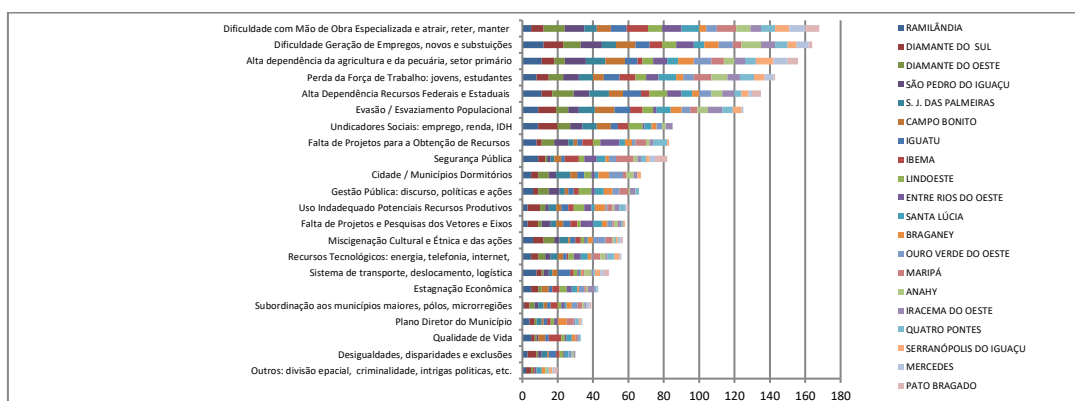
Como resultado da pesquisa levantados, reúnem o maior potencial de desenvolvimento e implementação gradativa, presente e futura, nos municípios periféricos, apontam o Jornal próprio no município; o Turismo Rural e ecológico, Parque(s) Ecológico(s) e os Roteiros de viagens por serviços com agências no município; as Escolas Profissionalizantes e Técnicas; Escolas de Idiomas - línguas estrangeiras e o Teatro Municipal. Sugerem também, a Reutilização de Lixos e a Reciclagem de materiais, com valor agregado; o

Desenho e Pintura de placas, faixas e *banners*; Restaurantes de comidas típicas e étnicas; Documentários do município; Parque de Exposições e Feiras em geral; as Feiras de Artes: artesanato, pintura, escultura. Ainda, o Desenvolvimento de Sistemas Integrados – comerciais, industriais e os serviços de apoio às tecnologias; de *Sites, Blogs* e das Mídias produzidas nos próprios municípios; Museu(s); Cafés – colonial e caipira ou da roça; a Produção de *Outdoors* e publicidades no município; Pesque-Pague e os Parques Temáticos; a Pesquisa e Desenvolvimento e a Escola(s) de Música, roteiros de viagens e passeios com agências no município e que explorem os parques ecológicos e a paisagem natural, dentre outras.

Como áreas e ou segmentos econômicos, destacou-se o Turismo - rural, ecológico, agroecológico, religioso e urbano; seguido da Agricultura - Familiar e Orgânica; depois a Cultura em geral e os festivais, o artesanato, a presença de museu(s), etc.

#### 4.4 Gargalos e Dificuldades da Economia Criativa

Quanto aos maiores gargalos e dificuldades manifestadas pelas lideranças, concentram-se:



Fonte: Resultados de pesquisa, 2013.

Figura 3. Maiores Gargalos e Dificuldades para expandir a Economia Criativa no Oeste do PR.

Destacam-se dentre os seus maiores gargalos, os ligados à mão de obra, geração de empregos e renda, iniciado nos municípios pelas fortes geadas principalmente sobre o trigo, café e milho, e pelas mudanças de culturas produtivas, a exemplo do algodão, hortelã, fumo e outras. Também pelos filhos

dos produtores rurais priorizarem os estudos e ou novas oportunidades, na cidade e nos polos regionais.

Os gargalos pela pesquisa apontaram que estão atrelados as diversas dependências, aos polos regionais e ao Estado (federal, estadual e municipal), bem como, ao setor primário (agricultura, pecuária e silvicultura); as gestões público-privadas e institucionais; as pesquisas sobre os vetores, projetos reivindicatórios financeiros e materiais em geral; de recursos, incentivos e perspectivas; as migrações, logística, localização geográfica, indicadores econômico sociais, interesses, etc. por município periférico.

Verifica-se quantitativamente que as maiores barreiras locais e regionais, constatadas pelos resultados em ordem decrescente, estão nos municípios de: Ramilândia, Diamante do Sul, Diamante do Oeste, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras, Campo Bonito, Iguatu, Ibema e Lindoeste, etc.

Vale destacar também o movimento pendular diário de trabalhadores por ônibus até as plantas dos complexos agroindustriais, localizados nos municípios próximos e polos regionais a BRF, Lar, Coopavel, Copacol, C.Vale, Copagrill, Diplomata, etc, em especial aos abatedouros de aves, suínos, bovinos, lácteos, das diversas cooperativas e empresas da região. Sucedido pelo segmento metal mecânico, das empresas Mascarello e Comil, e por fim, dos fármacos pela Prati-Donaduzzi, a Fiasul e outros. Pela ordem decrescente os maiores municípios dormitórios são: Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras e Braganey, tendo cada qual aproximadamente 460 empregados, sucedidos por Ramilândia, Campo Bonito, São Pedro do Iguaçu, Lindoeste, Diamante do Oeste, Anahy, Ibema e outros, em menor quantidade, dentre 200 a 350 trabalhadores diários, aos municípios de Cascavel, Toledo, Medianeira, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Cafelândia e alguns outros menores.

#### **4.5 Alternativa e Atores Responsáveis na Promoção de Mudanças**

Pelo estudo verifica-se em 38% dos pesquisados, que a Economia Criativa é uma “Alternativa” de desenvolvimento, ou seja, uma possibilidade de escolha, um caminho a seguir pelos mesmos. Para 30%, representa uma estratégia, 16% uma opção e para 15 % uma solução, quem sabe em parte, pelas suas contribuições imateriais e intangíveis para a economia dos municípios,



enquanto noutro extremo, 2% cada, um modismo e ou uma panaceia respectivamente.

Como atores principais para promoverem mudanças do *status quo* e transformarem a realidade para o que deve ser como ideal, da economia positiva para a normativa e criativa, apontaram como número um e o maior responsável para impulsionar a Economia Criativa nos municípios periféricos, o Setor Público - governo federal, estadual e municipal, mediante os seus diversos órgãos (executivo, legislativo e judiciário), via políticas, programas e ações concretas. Em segundo lugar, a Associação Comercial e Industrial do município, seguido pelo Sistema S - SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SESC, SENAT, SESCOOP e dos governantes e lideranças municipais.

Em escala menor, as Universidades e Faculdades; o setor Privado (Empresas); a Sociedade Civil Organizada; os Canais de Comunicação: TV, rádio, jornais,...; as pessoas físicas e os cidadãos; SERT / Agência do Trabalhador; os órgãos de representação patronal e profissional (sindicatos); Pesquisadores; Instituições, Fundações e Associações; Partidos Políticos e os Políticos; Artistas; Cooperativas, entre outros.

Vale destacar que o mesmo depende de uma ação integrada de cooperação dos diversos agentes econômicos (Estado, empresas e famílias), cujo norte pode também ser amparado pelo papel e contribuição das Universidades, Institutos e escolas e outros, ampliando os projetos de extensão universitária, aliando teoria e prática para o atendimentos das necessidades locais e regionais.

## **CONCLUSÕES**

Portanto, com base no exposto, constata-se e conclui-se que a Economia Criativa é um conceito novo no Brasil, de uso intensivo de capital intelectual e humano, imaterial e de caráter mais colaborativo.

Pelos resultados da pesquisa verificou-se como sendo uma “alternativa” para o crescimento e desenvolvimento dos municípios periféricos da Região Oeste do Paraná, e como sendo uma estratégia, opção e solução para os municípios, os quais podem em curto, médio e longo prazo, crescerem e se desenvolverem na faixa média de 103,8% nas diferentes áreas, atividades e estruturas, englobando os 105 itens levantados através do questionário de pesquisa.

Verificou-se que os municípios periféricos com os menores ou mais baixos indicadores econômicos sociais utilizados, IDH, PIB *per capita*, município dormitório, etc, ao invés do baixo quantitativo populacional, de uma forma geral tem mais atividades, áreas, setores e estruturas da Economia Criativa por desenvolver e implementarem gradativamente.

Então, tem mais por fazer respectivamente Diamante do Sul, Ramilândia, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Iracema do Oeste, Iguatu, São Pedro do Iguaçu, Ibema e assim sucessivamente outros municípios, o que deve(ria) ocorrer prioritária e gradativamente a curto e médio prazo, em maior intensidade, iniciando-se então pelos mais críticos, para um salto de qualidade e de gestão para o desenvolvimento dos seus respectivos municípios.

Por outro lado, estão em melhores condições na Economia Criativa, os municípios periféricos de: Pato Bragado, Serranópolis do Iguaçu, Entre Rios do Oeste, Maripá, Quatro Pontes, Mercedes e outros, pelos respectivos desempenhos constatados pela pesquisa e refletidos também por meio dos indicadores econômico-sociais de PIB, IDH, renda *per capita* e municípios menos/não dormitórios.

Percebeu-se vários contrastes nos resultados levantados, porém amparada numa forte confiança e crença na Economia Criativa em contribuições socioeconômicas, culturais, turísticas, ambientais e legais, partilhadas e auferidas pelos agentes econômicos (famílias, empresas e governo).

Quanto ao perfil das lideranças municipais, conclui-se que as mesmas são constituídas no geral, em sua maioria, por aproximadamente 80% pelo gênero masculino. Já a escolaridade predominante é a de nível superior, sucedida pelo ensino médio. A faixa etária de destaque dos atores é entre 31 a 60 anos e a residência nos seus respectivos municípios entre 31 a 50 anos.

Tem potencial demonstração de força de aplicação de atividades, áreas e estruturas nos municípios periféricos e as lideranças acreditam na sua possibilidade, revelada pelos percentuais mais expressivos de necessidade de realização, registrados em maior percentual nos municípios de: Diamante do Sul (300%), Iracema do Oeste (217%), São José das Palmeiras (197%) Ramilândia (158%) e Iguatu (143%) e por outro, com os de menores percentuais por fazer e implementar: Pato Bragado (48%), Serranópolis do Iguaçu (53%), Entre Rios do Oeste (64%) e Maripá (65%) e outros.

Com base em todas as atividades, áreas e estruturas listadas, apontadas por John Howkins, pai da Economia Criativa, concluiu-se que o maior potencial de desenvolvimento e implementação futura, a curto e médio prazo nos municípios pesquisados, reúnem maiores chances do seu sucesso, são as áreas do Turismo: rural, ecológico, agroecológico, religioso e urbano. Também revelou-se o segmento da agricultura, familiar e orgânica, a pecuária e silvicultura. Mais o papel amplo da cultura em geral e sua gestão na estratégia socioeconômica; dos festivais, artesanato, lazer, com a natureza e outras. Os parques, cavalgadas e rodeios; as feiras do comércio e as exposições; os esportes em geral, envolvendo competições escolares e as suas várias práticas esportivas. Da gastronomia; educação, ciência e tecnologia, os softwares sobre o desenvolvimento e comercialização dos sistemas integrados comerciais e industriais, jogos e *games*; arquitetura e engenharia em geral; a reciclagem e a reutilização de materiais; as festas, a moda e vestuário, etc.

Já individualmente por atividade econômica, reúnem maior potencial futuro, especificamente: o Jornal próprio no município, o turismo rural e ecológico, as escolas profissionalizantes e técnicas, as escolas de idiomas ou línguas estrangeiras, os roteiros de viagens e serviços com agências no município. Também, a reutilização de lixos e a reciclagem de materiais, com valor agregado; o desenho e a pintura de placas, faixas e *banners*; os restaurantes típicos e étnicos e os documentários do município.

Ainda, as feiras de artes envolvendo o artesanato, escultura e pintura. As mídias produzidas no município e os cafés – colonial, caipira ou da roça; a produção de *outdoors* e publicidades no município, a pesquisa e desenvolvimento e as escola(s) de música.

Quanto às estruturas pela ordem apontam-se o(s) parque(s) ecológico(s) e o teatro municipal; o parque de exposições e feiras, o(s) museu(s), pesque-pague, parques temáticos; espaços multiuso; hotéis e pousadas; bosques, galerias de arte; indústrias, fábricas, empresas e parques industriais.

Quanto aos fatores críticos e gargalos nos municípios, várias são as dificuldades destacando-se pela ordem: a dificuldade com os recursos humanos especializados, bem como, de atrair, reter e mantê-los no município. Registram a perda da força de trabalho, principalmente dos jovens e estudantes; bem como, a evasão e esvaziamento populacional pela migração para as cidades e ou para centros e polos regionais.

Realiza-se aqui uma crítica a esta atitude de espera, a condição passiva, a zona de conforto e de comodismo de muitos gestores e lideranças, com se diz popularmente, “de braços cruzados” ou “sentados esperando”, por uma solução que venha de cima para baixo, responsabilizando-se prioritariamente o poder público, na forma de Estado (União, Estados e Municípios), quando poderia haver uma ação maior endógena no município, de cima para baixo, de baixo para cima e de dentro para fora.

Para impulsionar a economia dos municípios periféricos e da região, devem estes gradativamente agregarem valor diferencial aos seus produtos e serviços e serem capazes de transbordar para outros setores da economia local e regional. Para tal, apoiarem-se nas Universidades, Faculdades, Escolas técnicas, Sistema S, nos Institutos e entidades em geral, nos polos industriais, bem como, nos agentes e fundos de pesquisa e desenvolvimento, incubadoras de empresas, laboratórios, celeiros de inovação e outros, gerando maior quantitativo de empregos qualificados e especializados, procedendo maior inclusão social dos jovens, talentos, empreendedores formais e informais.

Devem também, a Economia Criativa e as Indústrias Criativas (ligadas à geração ou exploração do conhecimento e da informação) tornarem-se políticas de Estado (governo), nas três esferas (federal, estadual e municipal), além de uma só secretaria de Estado.

Que os diversos municípios periféricos superem os seus vários desafios, mediante articulações intersetoriais com os parceiros institucionais, agências de fomento e desenvolvimento, bancos públicos e privados, órgãos bilaterais e multilaterais, bem como, através da criação e adequação dos marcos legais e institucionais envolvendo leis e direitos: intelectuais, trabalhistas, previdenciários, tributários, administrativos e constitucionais, para os setores, negócios e atividades criativas dos seus municípios e da região.

Que os municípios utilizem e apliquem as suas forças endógenas, de diferentes formas, inicialmente de cima para baixo (da gestão para a população), como também de baixo para cima (da população para a gestão) e, de dentro para fora e vice-versa, de forma integrada, priorizando e valorizando as características e potencialidades do seu povo, que de uma forma geral, muito se conhecem, se visitam, cultivam tradições e se ajudam; são simples e solidárias, participantes e trabalhadoras.

Que utilizem as características favoráveis do seu município, de localização geográfica, pequenas cidades, boas para se morar e viver, de qualidade de vida, etc. Da educação profissional, técnica, cultural e o conhecimento como insumo fundamental para a produção diferencial e concorrencial no mercado.

Que realizem parcerias público-privadas e facilitem a burocracia pública interna, de editais, trâmites e outros. Procedam a melhoria de sua infraestrutura e das instalações em geral, bem como, auxiliem na logística e transporte para os mercados consumidores.

Enfim, que o poder público municipal, estadual e federal, bem como, institucional, com protagonismo e iniciativas público-privadas, façam com que a Economia Criativa contribua e alavanque sobremaneira o crescimento e o desenvolvimento dos pequenos municípios, periféricos e da região, fugindo então da realidade ditada pelos municípios vizinhos melhor estruturados e ou polos regionais, de sua dependência econômica e a subordinação aos vários serviços e outros.

Respondendo por fim aos problemas da pesquisa, manifesto que a Economia Criativa é uma alternativa viável para a diversificação da sua base produtiva, mobilizadora e impulsionadora dos diversos recursos humanos, materiais e técnicos dos municípios periféricos e da Região Oeste do Paraná, apoiadas nos seus fatores endógenos capazes de atuarem sobre as diferentes atividades, áreas, setores e estruturas produtivas internas, para o crescimento e o desenvolvimento dos municípios periféricos (retardatários, deprimidos e estagnados e ou em transição), locais e da Região Oeste do Paraná.

Ante a necessidade de construir e transformar a realidade dos municípios periféricos da região, este estudo é uma alternativa importante e necessária, para o qual devem os atores e lideranças locais e regionais serem efetivamente protagonistas de uma mudança para melhor, alterando o *status quo*, com intervenções, mudanças e transformações, amparando-se na indústria intangível e sem chaminés, em escritórios e centros de apoio, assessorias e consultorias, instituições e empresas, na superação dos apegos ao modelo produtivo tradicional. Busquem somar, unir forças e sinergias, consensos e parcerias público-privadas e institucionais, mediante esforços coletivos de ações proativas conjuntas e em diferentes âmbitos, que alavanquem e impulsionem o crescimento e o desenvolvimento dos seus municípios e da região.

É necessário rever também as aptidões locais e regionais; no que o município quer ser conhecido, assim como, seus referenciais e diferenciais; explorando as suas potencialidades e fraquezas, buscando inserir gradativamente os seus jovens talentos e empreendedores formais e informais, a sua gente, como força de trabalho, que alia conhecimentos, *know-how*, *expertises*, competências e habilidades, inovações e outros, num imperativo que antecede o capital e apoiado nele, converta-o em bens e serviços factíveis de necessidades reais dos consumidores, porém com valor agregado e riquezas.

Que tornem efetivamente a Economia Criativa um projeto estruturante e uma política pública, que é mais ampla e vai além de apenas uma só secretaria de Estado, devendo ser conduzido por um comitê gestor representativo, para uma mudança diversificada da sua base produtiva e dos seus bens e serviços, superando os diversos fatores críticos locais e regionais de pessoal especializado, emprego, dependência, migrações e outros, além dos vários desafios vivenciados, mediante a realização de estudos, levantamentos e pesquisas materializadas e aplicadas proativamente.

Que procedam articulações intersetoriais, interdisciplinares e transversais com parceiros de negócios; adequando marcos legais, institucionais, regulações trabalhistas e previdenciárias; priorizando a educação para competências criativas, técnico-científicas e humanas; bem como, melhorando as infraestruturas de criação, produção, circulação e distribuição de bens e serviços, focado nas principais indicações de áreas, atividades e estruturas, apontadas pelos atores e lideranças pesquisadas, entre outros, com a valorização das potencialidades locais e regionais, organizando a comunidade envolvida para o seu aproveitamento e dinamização e posterior reflexo econômico, social, cultural, ambiental e outros.

Em especial, a superação da condição de estagnação, depressão e ou retardatária dos municípios periféricos na região Oeste do Paraná, do micro ao macro, deve ocorrer mediante intervenção das esferas do governo (federal, estadual e municipal) e seus respectivos órgãos; assim como, das representações e lideranças locais e regionais, tanto patronais, laborais, conselhos e associações e, por fim, dos próprios talentos, empreendedores formais e informais e cidadãos, entre outros, que conheçam, reconheçam, valorizem e apliquem os intangíveis implícitos na Economia Criativa para uma nova dinâmica de

impacto diferencial econômico, social e cultural, municipal e regional, no Oeste do Paraná.

## REFERÊNCIAS

ASKERUD, Pernille. **As Indústrias Criativas: Perspectivas da Região da Ásia-Pacífico**. In FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáú Cultural, 2008. 267 p.

DAVIS, Andrea Marie. A Economia Criativa como Estratégia para o Crescimento e a Geração de Riqueza na Jamaica e no Caribe. In FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáú Cultural, 2008. 267 p.

FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáú Cultural, 2008.

HADDAD, Paulo. R. **Capitais Intangíveis e Desenvolvimento Regional**. Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009. Editora UFPR.

HOWKINS, John. **The Creative Economy?**. England, 2001, revised 2007.

\_\_\_\_\_. **The Creative economy – How people make money from ideas**. London: Penguin Books, 2001.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**. – Curitiba: IPARDES, 2004.

LIMA, Jandir Ferrera de; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro; BARROS, Augusto Luiz Heck. **Os Territórios Econômicos no Oeste do Paraná: Uma Análise do seu Crescimento no início do século XXI. Ciências Sociais em Perspectiva 10-18 : 111 – 122 1º sem. 2011.**

SCHNEIDER, Iara; FERRERA DE LIMA, Jandir. Os efeitos polarizantes da microrregião de Cascavel e Toledo sobre os municípios do entorno. **Anais...** (ENABER), Foz do Iguaçu: ABER, 2006- CD-ROM.

SCHÖNTAG, Rodolfo da Rosa. Autônoma financeira municipal: contradição ou realidade? **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2349, 6 de dez. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13977>. > Acesso em 23/11/2010.

SHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução Zahr Editores S.A. Rio de Janeiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. Tradução Maria Silvia Passos. Abril Cultural, 1982 (Os economistas) e Editora Nova Cultura, São Paulo, 1997.

SOLANAS, Facundo. **Economia Criativa e as Possibilidades de Desenvolvimento na Argentina**. In FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Introdução à Economia** / Paulo E. V. Viceconti, Silvério das Neves. 1948. 6.ed. São Paulo: Frase Editora, 2003.

WONNACOTT, Paul. **Economia**. Paul Wonnacot & Ronald Wonnacot; tradução e revisão técnica: Celso Seiji Gondo, Antonio Martins Cortada e Jayme Fonseca Francisco Jr. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.



# SUMÁRIO

## CADEIAS PRODUTIVAS

ANÁLISE DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO BIODIESEL NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA.....12

Bárbara Françoise Cardoso; Pery Francisco Assis Shikida

TRÊS ENSAIOS SOBRE A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO BRASIL PÓS-DESREGULAMENTAÇÃO.....21

Darcy Jacob Rissardi Júnior; Pery Francisco Assis Shikida

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA COMPETITIVIDADE DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO OESTE DO PARANÁ.....32

Paulo César da Silva Ilha; Carlos Alberto Piacenti

A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DA SOJA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MARANHÃO.....42

Stefan Hubertus Dörner; Mirian Beatriz Scheneider

O BIOGÁS NO OESTE DO PARANÁ: POTENCIALIDADE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS À LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI).....59

Udo Strassburg; Weimar Freire da Rocha Jr.

## ECONOMIA REGIONAL E SOCIEDADE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MÉDIO ALTO URUGUAI: PERCEPÇÕES, IMPASSES E ALTERNATIVAS.....74

Claudia Cristina Wesendonck; Jandir Ferrera de Lima

CULTURA ASSOCIATIVA: A GÊNESE DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO DE ALIMENTOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.....85

Ednilse Maria Willers; Ernelo Schallenberger

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.....	95
Katia Fabiane Rodrigues; Ricardo Rippel	
JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DAS COLETIVIDADES GERACIONAIS JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PR.....	113
Luciana Vargas Netto Oliveira; Silvio Antônio Colognese	
CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO: IMPLICAÇÕES ESPACIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL AO FINAL DO SÉCULO XX.....	123
Marines Orlandi Taveira Chioveto; Jefferson A. R. Staduto	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO TOCANTINS.....	147
Nilton Marques de Oliveira; Moacir Piffer	
AS TRANSFORMAÇÕES DA BASE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DO CENTRO NORTE -BR (2000-2015) .....	161
Thiago José Arruda de Oliveira; Moacir Piffer	
A ECONOMIA CRIATIVA NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	180
Sérgio Luiz Kuhn; Jandir Ferrera de Lima	

ISBN 978-658047401-1



9

786580

474011